



# DIÁRIO

## República Federativa do Brasil

# DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLV - Nº 96

SÁBADO, 18 DE AGOSTO DE 1990

BRASÍLIA - DF

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 - ATA DA 2ª REUNIÃO, EM 17 DE AGOSTO DE 1990

##### 1.1 - ABERTURA

##### 1.1.1 - Comunicação da Presidência

- Impossibilidade para realização da sessão, em virtude da inexistência de quorum.

##### 1.2 - ENCERRAMENTO

##### 1.3 - EXPEDIENTE DESPACHADO

##### 1.3.1 - Comunicações da Presidência

- Recebimento do Ofício nº s/35/90 (nº 9.311/90, na origem), através do qual o Presidente do Banco Central solicita autorização para que a Prefeitura Municipal

de Itaquaquecetuba, (SP) possa emitir 75.441.036 (setenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e um mil e trinta e seis) Letras Financeiras do Tesouro do Município de Itaquaquecetuba - LFTM-IT.

- Recebimento do Ofício nº s/36/90 (nº 9.312/90, na origem), através do qual o Presidente do Banco Central solicita autorização para que o Governo do Estado da Bahia possa emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado da Bahia (LFTBA).

- Recebimento do Ofício nº s/37/90 (nº 9.314/90, na origem), através do qual o Presidente do Banco Central solicita autorização para que a Prefeitura Municipal

do Estado do Rio de Janeiro, possa emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro Municipal (LFTM-RJ).

- Deferimento, na presente data, do Requerimento nº 285/90, de autoria do Sr. Senador Divaldo Suruagy, lido em 15 do corrente.

#### 2 - DIRETORIA GERAL

- Extratos dos Contratos nºs 34 e 35/90.

#### 3 - ATAS DE COMISSÕES

#### 4 - MESA DIRETORA

#### 5 - LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 6 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

**EXPEDIENTE**  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

**PASSOS PÔRTO**  
Diretor-Geral do Senado Federal  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor Executivo  
**CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA**  
Diretor Administrativo  
**LUIZ CARLOS DE BASTOS**  
Diretor Industrial  
**FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA**  
Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**  
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**

Semestral ..... Cr\$ 1.669,00

Tiragem: 2.200-exemplares.

**Ata da 2ª Reunião, em 17 de agosto de 1990**  
**4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura**  
**Presidência do Sr. Mendes Canale**

**ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Ronaldo Aragão - Jarbas Passarinho - Afonso Sancho - João Lyra - Lourival Baptista - Mendes Canale.

**O SR. PRESIDENTE** (Mendes Canale) - Presentes, na casa, 6 Srs. Senadores. Não há número, em plenário, para realização da sessão.

Nos termos do art. 155, § 2º, do Regimento Interno, o expediente que se encontra sobre a mesa será despachado pela Presidência, independentemente de leitura.

Nestas condições, vou encerrar a presente reunião, convocando os Srs. Senadores para a sessão ordinária de segunda-feira, dia 20, às 14 horas e 30 minutos, adiantando que não serão designadas matérias para a Ordem do Dia desta sessão, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Mendes Canale) - Está encerrada a reunião.

*Levanta-se a reunião às 9 horas e 25 minutos.*

**EXPEDIENTE DESPACHADO NOS TERMOS DO ARTIGO 155, § 2º DO REGIMENTO INTERNO:**

**COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA**

Recebimento do ofício nº S/35, de 1990 (nº 9.311/90, na origem), através do qual o Presidente do Banco Central, nos termos da Resolução nº 94, de 1989, solicita autorização

do Senado para que a Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba (SP) possa emitir 75.441.036 (setenta e cinco milhões, quatro centos e quarenta e um mil e trinta e seis) Letras Financeiras do Tesouro do Município de Itaquaquecetuba - LFTM-IT.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

Recebimento do ofício nº S/36, de 1990 (nº 9.312/90, na origem), através do qual o Presidente do Banco Central, nos termos da Resolução nº 94, de 1989, solicita autorização do Senado para que o governo do Estado da Bahia possa emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado da Bahia (LFTBA).

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

Recebimento do Ofício nº S/37, de 1990 (nº 9.314/90, na origem), através do qual o Presidente do Banco Central, nos termos da Resolução nº 94, de 1989, solicita autorização para que a Prefeitura Municipal do Estado do Rio de Janeiro possa emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro Municipal (LFTM-RJ).

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

Deferimento, nos termos do artigo 43, inciso II, § 2º do

Regimento Interno, na presente data, do requerimento nº 285, de 1990, do Senador Divaldo Sruuagy, lido em 15 do corrente, por não ter sido votado nas duas sessões consecutivas, devido à falta de quorum.

**EXTRATOS DE CONTRATO**

**Espécie:** Contrato nº 34/90.

**Contratada:** Elevadores Elbo Ltda

**Contratante:** Senado Federal

**Objeto:** Execução, com fornecimento de material, de reparos no elevador AT nº 240087-0, marca OTIS, instalado na Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro.

**Crédito pelo qual correrá a despesa:** À Conta do Programa de Trabalho nº 3.007.0025.2022/0002, Natureza da Despesa 34909-3947/0.

**Empenho:** Foi emitida a Nota de Empenho nº 00922/9, de 25-6-90.

**Valor contratual:** Estimado em Cr\$ 1.318.000,00 (um milhão trezentos e dezoito mil cruzeiros).

**Vigência:** 13-8-90 a 9-1-91.

**Signatários:** Pelo Senado Federal: Dr. José Passos Pôrto..

Pela Contratada: Ruy Cardoso.

**Amaury Gonçalves Martins,** Diretor da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio.

**Espécie:** Contrato nº 035/90.

**Contratada:** Xavier - Comércio e Refrigeração Ltda

**Contratante:** Senado Federal

**Objeto:** Prestação de serviços de manutenção corretiva, com fornecimento de peças originais, dos aparelhos eletrodomésticos pertencentes ao Senado, instalados nos diversos setores desta Casa.

**Crédito pelo qual correrá a despesa:** À conta do Programa de Trabalho 01.001.0001.2021/0002, Natureza da Despesa 3490-3946/0.

**Empenho:** Foi emitida a Nota de Empenho nº 01013/8, de 13-7-90.

**Valor contratual:** Estimado em Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros).

**Vigência:** 14-8-90 a 31-12-90.

**Signatários:** Pelo Senado Federal: Dr. José Passos Pôrto.

Pela Contratada: Alfredo Lopes Xavier.

**Amaury Gonçalves Martins,** Diretor da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio.

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Destinada a examinar os critérios, as possíveis irregularidades e os efeitos socioeconômicos da dispensa e colocação em disponibilidade de servidores, da extinção de cargos e empregos, repartições, autarquias e empresas, no âmbito da Administração Pública da União, direta, indireta e fundacional.

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM, 28 DE JUNHO DE 1990

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa, às dez horas e vinte e cinco minutos, na Sala de Reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Luiz Viana Neto, Pompeu de Sousa, Jutahy Magalhães, Maurício Corrêa, Mansueto de Lavor, Lourival Baptista, João Meneses, Wilson Martins, Afonso Camargo, Odacir Soares, Antônio Luiz Maya e Cid Sabóia de Carvalho, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 178, de 1990, com a finalidade de "Examinar os critérios, as possíveis irregularidades e os efeitos sócio-econômicos da

dispensa e colocação em disponibilidade de servidores, da extinção de cargos e empregos, repartições, autarquias e empresas, no âmbito da Administração Pública da União, direta, indireta e fundacional".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Aureo Mello e Afonso Sancho.

De acordo com o preceito regimental assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Pompeu de Sousa, que declara instalada a Comissão.

Em seguida, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão, convidando o senhor Senador Luis Viana Neto para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verificase o seguinte resultado:

**Para Presidente:**

Senador Maurício Corrêa...10 votos

**Para Vice-Presidente**

Senador Lourival Baptista...9 votos

Senador Afonso Sancho...1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Maurício Corrêa e Lourival Baptista.

Assumindo a Presidência o Senhor Senador Maurício Corrêa agradece, em seu nome e do Senhor Senador Lourival Baptista, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Mansueto de Lavor para relatar a matéria.

Prosseguindo, o Senhor Presidente sugere o nome do Doutor João Santana, Secretário da Administração Pública Federal, como a primeira autoridade a ser convocada para prestar esclarecimentos sobre as recentes demissões e disponibilidades ocorridas no serviço público, o que é aprovado pela Comissão.

Usam da palavra os Senhores Senadores Pompeu de Sousa e Jutahy Magalhães.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Inhard Acauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico dos deba-

tes. — Senador Maurício Corrêa Presidente

ANEXO À ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 1990, ÀS 10 HORAS E 25 MINUTOS, DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A EXAMINAR OS CRITÉRIOS, AS POSSÍVEIS IRREGULARIDADES E OS EFEITOS SÓCIO-ECONÔMICOS DA DISPENSA E COLOCAÇÃO EM DISPONIBILIDADE DE SERVIDORES, DA EXTINÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS, REPARTIÇÕES, AUTARQUIAS E EMPRESAS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UNIÃO, DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, SENADOR MAURÍCIO CORRÊA.

Presidente: — Senador Maurício Corrêa

Vice-Presidente: — Senador Lourival Baptista

Relator: — Senador Mansueto de Lavor

(Íntegra do apanhamento taquigráfico)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, com a finalidade de examinar os critérios adotados, as possíveis irregularidades, os efeitos sócioeconômicos da dispensa e colocação em disponibilidade de servidores, da extinção de cargos e empregos, repartições, autarquias e empresas no âmbito da administração pública da União, Direta e Indireta e Fundacional, conforme requerimento do nobre Senador Maurício Corrêa, subscrito por vários Srs. Senadores. Crei que, inclusive, os aqui presentes.

O objetivo desta reunião é a instalação da Comissão, que me cabe, pela idade, presidir-la, inicialmente.

Convido o nobre Senador Luiz Viana Neto para escrutinador. Vamos proceder à eleição para Presidente e Vice-Presidente da Comissão, de forma que convido o nobre Senador Luiz Viana Neto para escrutinar. Realizada a votação, S. Ex<sup>a</sup> fará a apuração.

O SR. LUIZ VIANA NETO — Dez sobrecartas. Confere.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Confere.

O SR. LUIZ VIANA NETO — Procedese à votação.

O SR. LUIZ VIANA NETO — Dez votos para o Senador Maurício Corrêa.

Nove votos para o Senador Lourival Baptista.

Um voto para o Senador Afonso Sancho.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Declaro, portanto, eleitos Presidente, o nobre Senador Maurício Corrêa, e Vice-Presidente o nobre Senador Lourival Baptista.

Tenho o prazer e a honra de convidar o Senador Maurício Corrêa para assumir a direção dos trabalhos como Presidente já eleito e, portanto, devemos empossá-lo imediatamente, de vez que esta Comissão tem pressa.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Srs. Senadores, declaro instalados os trabalhos desta CPI.

E, na forma regimental, tendo em vista entendimentos entre as diversas correntes que formam esta CPI, indico o nobre Senador Mansueto de Lavoura para ser o relator. Tenho a impressão de que todos os Srs. Senadores estão de acordo. (Palmas)

Srs. Senadores, temos que tomar algumas providências iniciais e creio que, por força regimental, não temos condições de funcionar durante o recesso. Mas seria prudente que já adiantássemos algumas providências entre hoje e amanhã, apenas à guisa de sugestão, convocar para o início de agosto, uma data que podemos escolher, para a convocação do Sr. João Santana que é a figura mais importante, inclusive já nesse ofício, requisitando algumas informações, algumas dados, para prestar a essa CPI. De sorte que é a questão que eu, de ofício, coloco à apreciação dos Srs. Senadores.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Sr. Presidente, Srs. Senadores, creio que há uma premência incontestável acerca dos resultados desta CPI. Quanto à oportunidade não se precisa dizer mais nada. Mas a questão do tempo também é importante e dizia até em tom de brincadeira, antes da reunião, informalmente, que se nós não avançarmos, o Supremo Tribunal Federal avança e até anula os objetivos desta Comissão. Porque, realmente, a situação dos servidores federais é de extrema gravidade. Creio que esta CPI venha dizer a eles e ao País que o Poder Legislativo, especificamente o Senado não está alheio nem indiferen-

te a esse drama vivido pelos servidores públicos.

O Presidente falou que realmente só queria esclarecer uma dúvida, pois não estou vendo no texto constitucional qualquer vedação ao funcionamento da CPI no recesso de julho. É proibido? Se por questões práticas não podemos, é outra coisa, mas parece-me que não há nenhuma vedação constitucional a que essa CPI pratique alguns atos durante o recesso de julho.

O SR. — Inaudível.

O SR. — Inaudível.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Terá recesso total ou não? Na realidade, não encontrei nenhum empecilho no texto para que a CPI não funcione no mês de julho. Os empecilhos serão burocráticos. E dada a pressa dos trabalhos da conclusão, não vejo por que não se combinar um ou dois atos também nesse período, se bem que a convocação dessas autoridades e da representação de servidores na realidade fosse a partir do dia 1º de agosto. Mas não vejo nenhum empecilho para que a Comissão praticasse alguns atos que pudessem avançar esse trabalho, tomasse algumas providências.

Agora, ao lado do depoimento do Sr. Secretário de Administração, Dr. João Santana, considero da maior importância ouvir as representações dos servidores públicos da Administração Direta e da Administração Indireta. Nesse sentido, os servidores já estão organizados em associações, em sindicatos. Sugiro ao Presidente da Confederação Nacional dos Servidores Públicos do País que se convidasse também um representante das empresas estatais.

Com relação à pauta para esses outros depoimentos, eu gostaria de sugerir ao Presidente que ela ficasse em aberto e que fosse dado um prazo até sexta-feira, para que os ofícios de minha sugestão fossem expedidos agora, para logo na primeira semana de agosto essas autoridades não alegarem falta de tempo. Convém lembrar que a Câmara lutou um mês para conseguir a presença do Sr. João Santana em uma das suas Comissões e, me parece, que até agora ele não compareceu. Ele pode alegar agenda completa, doença, viagem, etc. Eu sugiro que essas convocações de autoridades fossem feitas agora, para a primeira semana de agosto. Era esta minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Eu gostaria de ler o dispositivo do Regimento que, parece-me, fala nessa proibição. É o art. 67, § 3º: "O prazo das comissões temporárias é contado a partir da publicação dos atos que as criarem, suspendendo-se nos períodos de recesso do Congresso Nacional". Parece-me, então, que o Congresso suspende a CPI ou comissão temporária evidentemente...

O SR. POMPEU DE SOUSA — Parece-me que este receio do nosso Relator é procedente, porque temos nos atrasado em relação ao Judiciário. Neste terreno, especificamente, não há nenhuma possibilidade, de vez que já houve uma liminar sobre esse assunto, mas também o Judiciário entra em recesso. O recesso é coincidente, de forma que temos exatamente o mesmo tempo que eles têm de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Há os plantões do Judiciário para as medidas excepcionais, mas acredito que, do ponto de vista prático, diminui a incidência de pleitos perante o Supremo Tribunal Federal do atual Poder Judiciário. Não sei se seria prudente não uma delegação de Srs. Senadores, mas, pelo menos, um indicativo de que nós, o Relator e eu, pudéssemos organizar esse organograma de convocações. Os Srs. devem ter recebido manifestações de várias entidades do Brasil. Recebi ontem uma dramática carta de um velho funcionário da Petrobrás, que foi sumariamente despedido porque não teria concordado com critérios adotados por um chefe, que foi nomeado sem concurso; ele era concursado. Também várias outras manifestações da Petrobrás, onde — parece-me — reside um núcleo de grandes perseguições. Acredito que a Petrobrás, através da sua representação, do sindicato dos petroleiros, devesse ouvir imediatamente, tendo em vista esse pânico que se estabelece.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Não só dos petroleiros, como dos engenheiros.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Vamos examinar aqui, se houver essa delegação...

O SR. POMPEU DE SOUSA — A Petrobrás é muito atuante e muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Parece-me que podemos encerrar esta reunião. Vamos organizar — os outros e eu — esse cronograma. Avisaremos os Srs. Senadores depois, a respeito da data da presença

dessas autoridades com dia e hora estabelecidos para que tomemos seus depoimentos.

A princípio, seria às 10 horas de todas as terças-feiras, seria isso? Estão de acordo?

Fica estabelecido que vamos nos reunir todas as terças-feiras. Se houver necessidade de uma reunião extraordinária, combinaremos para que ela se realize.

O Relator e o Presidente, em decorrência disso, vão tomar as primeiras providências com relação a essa parte prática, efetiva, para os depoimentos, inclusive a requisição que a Constituição assegura de peças fundamentais. Vamos já solicitar o número exato de demitidos, de funcionários colocados em disponibilidade, não só da Administração Direta, mas da Indireta e da Fundacional, porque os Srs. Senadores devem ter visto pelos jornais afirmações constantes do Sr. João Santana, que se nega a dizer o volume dessas disponibilidades e demissões. E eles não têm recesso. Então, vamos expedir esses ofícios. Se não houver outra sugestão, se ninguém mais quiser usar da palavra, declaro encerrados os trabalhos de hoje, já com o pré-aviso de que no início de agosto, estaremos aqui para dar prosseguimento, primeira terça-feira de agosto. Marcaremos, então, para 2 de agosto. Fica acertado que mandaremos o ofício ao Sr. João Santana, excepcionalmente à tarde, às 17 horas.

Vamos, então, expedir o ofício convocatório do Sr. João Santana para o dia 2, às 17 horas. Há tempo suficiente, mais de um mês para ele preparar toda a documentação que vamos arrolar.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

## 2ª REUNIÃO, REALIZADA

EM 2 DE AGOSTO DE 1990

Aos dois dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa, às dezessete horas, na Sala nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Maurício Corrêa, Lourival Baptista, Jutahy Magalhães, Mansueto de Lavor, Pompeu de Souza, Chagas Rodrigues, Afonso Sancho e Antônio Luiz Maya, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 178, de 1990, com a finalidade de "Examinar os critérios, as

possíveis irregularidades e os efeitos sócio econômicos da dispensa e colocação em disponibilidade de servidores, da extinção de cargos e empregos, repartições, autarquias e empresas, no âmbito da Administração Pública da União, direta, indireta e fundacional. Comparecem, ainda, os Senhores Senadores Ney Maranhão, Jarbas Passarinho, Alexandre Costa, Francisco Rollemberg, Alfredo Campos e Deputado Geraldo Campos.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Cid Sabóia de Carvalho, Luiz Viana Neto, Wilson Martins, Aureo Mello, Odacir Soares e João Menezes.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Senador Maurício Corrêa, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que logo após, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente esclarece que a presente sessão destina-se ao depoimento do Doutor João Eduardo Cerdeira de Santana, Secretário da Administração Pública Federal.

Após o juramento e a qualificação, de acordo com o disposto no Código de Processo Penal, o Doutor João Santana faz suas explanações, afirmando que o objetivo do Governo, na atual reforma administrativa, é estancar o desperdício de recursos humanos, tecnológicos e financeiros, visando maior valorização institucional da administração pública. Esclarece, também, quais os critérios adotados nos casos de demissões e disponibilidades de servidores públicos, dizendo que, com essas medidas, o objetivo é dotar o Poder Executivo Federal de um corpo de funcionários públicos, altamente profissionalizados.

Durante o período das inter-pelações, tomam assento à Mesa os Assessores do depoente, Senhores Maurício Teixeira e Pedro Maranhão, Diretor de Recursos Humanos e Chefe de Gabinete da Secretaria de Administração Pública Federal, respectivamente.

Na fase das inquirições, usam da palavra os Senhores Senadores Jarbas Passarinho, Pompeu de Souza, Jutahy Magalhães, Antônio Luiz Maya, Ney Maranhão, Chagas Rodrigues, Alexandre Costa, Alfredo Campos, Afonso Sancho. Encerrando os debates, arguem o depoente, o Senhor Senador Maurício Corrêa e o Relator, Senhor Senador Mansueto de Lavor.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Heilena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico dos debates. — Senador Maurício Corrêa, Presidente.

ANEXO À ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A EXAMINAR OS CRITÉRIOS, AS POSSÍVEIS IRREGULARIDADES E OS EFEITOS SÓCIO-ECONÔMICOS DA DISPENSA E COLOCAÇÃO EM DISPONIBILIDADE DE SERVIDORES, DA EXTINÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS, REPARTIÇÕES, AUTARQUIAS E EMPRESAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UNIÃO, DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL, REALIZADA EM 2 DE AGOSTO DE 1990, ÀS 17:00 HORAS, DEPOIMENTO DO DOUTOR JOÃO EDUARDO CERDEIRA DE SANTANA, SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, SENADOR MAURÍCIO CORRÊA.

Presidente: Senador Maurício Corrêa

Vice-Presidente: Senador Lourival Baptista

Relator: Senador Mansueto de Lavor

(Íntegra do apanhamento taquigráfico)

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Srs. Senadores, declaro aberta esta reunião, que tem por finalidade ouvir o Dr. João Santana, Secretário da Administração.

Convidaria o Dr. João Santana, por gentileza.

Dr. João Santana, estamos aqui como Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, especialmente instalada para o fim de ouvir a explicação de V. S<sup>a</sup>, que está sob juramento; de modo que, nos termos do Código de Processo Penal, eu pediria a V. S<sup>a</sup> que lesse este compromisso.

O SR. JOÃO SANTANA — "Juro, sob palavra de honra, dizer a verdade no que souber e do que me for perguntado."

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Nome completo de V. S<sup>a</sup>?

O SR. JOÃO SANTANA — João Eduardo Cerdeira Santana.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) - Idade?

O SR. JOÃO SANTANA - 32 anos.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) - Estado Civil?

O SR. JOÃO SANTANA - Solteiro.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) - Estado de origem?

O SR. JOÃO SANTANA - São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) - Residência?

O SR. JOÃO SANTANA - Super Quadro Sul 314 - Bloco "C" - Apt<sup>o</sup> 402.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) - Profissão?

O SR. JOÃO SANTANA - Advogado.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) - Função pública ou cargo público que V. S<sup>a</sup> exerce?

O SR. JOÃO SANTANA - Secretário de Administração Federal.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) - Lugar onde V. S<sup>a</sup> exerce a sua atividade?

O SR. JOÃO SANTANA - Em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) - Convido-o para que se sente aqui, por gentileza.

Eu indagaria se V. S<sup>a</sup> gostaria de fazer uma exposição por escrito ou de falar. V. S<sup>a</sup> tem direito, primeiro, antes das perguntas, de fazer uma exposição. V. S<sup>a</sup> preferiria fazer uma exposição?

O SR. JOÃO SANTANA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) - Seria em termos de meia hora, 30 minutos?

O SR. JOÃO SANTANA - Por aí.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) - Srs. Senadores, eu gostaria de apenas avisar, para que os nossos trabalhos possam se desenvolver dentro de um ritmo regimental, que cada Sr. Senador terá o direito de fazer as suas perguntas logo após o depoimento do Dr. João Santana. No momento, estabelecemos o prazo, que é regimental, em torno de 5 minutos para cada formulação.

Vamos passar a palavra ao Secretário, para que S. S<sup>a</sup> faça uma explicação inicial, assegurando o tempo de 30 mi-

nutos e, se houver necessidade, nós prorrogaremos. V. S<sup>a</sup> tem a palavra.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é com muita honra que compareço a esta convocação, cumprimentando os ilustres Senadores pela iniciativa da criação da Comissão Parlamentar de Inquérito. É desnecessário dizer que este fato demonstra o vigor e o dinamismo do Poder Legislativo, essencial para o funcionamento pleno e harmônico dos Poderes da União. A própria atenção do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, às questões que movem este encontro expressa a gravidade da iniciativa do Governo do Presidente Fernando Collor de Mello na execução do Programa de Reforma Administrativa do Poder Executivo Federal.

Sanear as finanças públicas e recuperar a capacidade de gestão do Governo foi a primeira grande ação do Presidente Collor em resposta às expectativas da sociedade brasileira. Os Senhores, com a sabedoria política e técnica que dignifica este Congresso Nacional, têm claro o princípio de que a organização administrativa de cada país é transformada por decisões políticas da Nação.

No caso brasileiro, a determinação é da maioria dos eleitores, manifesta na mais ampla, pluralista e democrática campanha presidencial realizada no País que aprovou o Programa do Governo Collor. E neste, há um especial destaque para uma nova configuração da estrutura organizacional do Poder Executivo.

Isto ocorre dentro de uma tendência mundial de revisão do papel do setor público na economia, de devolver à iniciativa privada o espaço indevidamente ocupado pelo Estado. E até mesmo passar para a iniciativa privada áreas tradicionalmente gerenciadas pelo setor público, mas onde a razão da sua presença já não existe.

Um Estado pequeno, com custos justificáveis para a sociedade, mas ágil e capaz de administrar os conflitos próprios da atividade econômico em defesa do conjunto da população, das ações eventualmente predatórias dos oligopólios, dos monopólios e cartéis. O Presidente Fernando Collor tem dado exemplos eloquentes do combate a esse processo.

De fato, o que caracteriza o Governo Collor é sua capacidade de ação. Em menos de quatro meses, graças à vigorosa resolução do Presidente da Repú-

blica, foi realizado o mais abrangente e profundo movimento de realocação de pessoal já registrado, numa só gestão na história do País. No universo de 1,6 milhão de funcionários, foram afastados em torno de 200 mil da Administração Direta, empresas públicas, empresas estatais, fundações e autarquias.

Esta ação se desenvolve dentro do projeto de redesenho da estrutura organizativa do Poder Executivo, no qual foram extintas 30 entidades, entre Ministérios, autarquias, fundações, empresas e outros órgãos públicos. A resolução é estancar o desperdício de recursos humanos, tecnológicos, financeiros, que ocorre com maior evidência em órgãos públicos com funções redundantes e superpostas e em setores onde o Governo não deveria atuar. Através de mecanismos como este, o Executivo Federal terá maior capacidade de financiamento das atividades próprias do Estado, o que possibilitará a valorização institucional da administração pública.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, somente para citar um exemplo de como sustar ao uso indevido de pessoal e dinheiro público: entre estes órgãos extintos, estava a antiga Suca (Superintendência de Administração Imobiliária), justificadamente colocada em evidência pela mídia como "a maior imobiliária do mundo" que chegou a ter 500 funcionários voltados para administração de 10.717 apartamentos, em Brasília.

Com a venda destes apartamentos a seus ocupantes, com base em lei proposta pelo Governo Collor e aprovada pelo Congresso Nacional, põe-se fim à despesa mensal de mais de 3 milhões de cruzeiros com moradias de menos de um por cento dos servidores públicos do País.

De uma forma justa para os ocupantes legítimos dos apartamentos, inclusive, aposentados e viúvas de ocupantes, e para a sociedade, o Governo fez cessar mais uma fonte de pulverização das finanças públicas. Ao invés de desembolsar essas vultosas quantias, passa a arrecadar as prestações correspondentes ao pagamento dos imóveis e a investir este dinheiro na construção de casas populares.

Já foram vendidas 20, das 36 residências oficiais - as famosas mansões da Península dos Ministros - em apenas duas licitações que produziram uma arrecadação de 1 milhão e 31

mil cruzeiros. Estima-se que ao final das licitações a União arrecadará, aproximadamente, 1,7 bilhão. Paralelo a estas iniciativas, o leilão de 4.472 carros oficiais produziu, para os cofres públicos, a arrecadação total de Cr\$ 1 bilhão, 101 milhões e 087 mil cruzeiros.

Para as finanças públicas, soma-se a este valor uma economia de 375 milhões de cruzeiros que eram gastos com manutenção e combustíveis que deixarão de ser feitos com aqueles veículos. Depois destes exemplos, da arrojada e ampla ação do Governo em todo o País e em todos os setores volto aos detalhes da política de recursos humanos do Programa de Reforma Administrativa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, — alguns dirigentes sindicais dos funcionários públicos, numa equívoca estratégia de confrontação com o Estado, criticam a política de recursos humanos do Governo, afirmando que as demissões, as dispensas, as disponibilidades e a colocação de funcionários, em disponibilidade fora da máquina do Estado não têm critérios. Afirmando para os Senhores que estes critérios existem e obedecem a leis, aprovadas pelo Congresso Nacional, bem como em decretos e atos normativos (Lei nº 8.028 de 12 de abril de 1990; Decreto nº 99.235 de 4 de maio de 1990, regulamentados pelo Ofício nº 5 da Secretaria da Administração Federal, de 30 de abril de 1990).

Cito para os Senhores alguns destes critérios. Primeiro: demitir entre funcionários dos órgãos, entidades, empresas e fundações extintas, os que não têm direito à estabilidade. Segundo: cortar na atividade-meio e não na atividade-fim. Terceiro: afastar os aposentados que continuavam no serviço público ocupando cargos. Quarto: aqueles funcionários relapsos, com baixo conceito, vítima do absenteísmo na avaliação do seu desempenho funcional. Quinto: dispensar aqueles que estavam contratados por empresas que funcionavam como **leasing** de mão-de-obra para a Administração Direta (ressalvo que esta numeração não é uma ordem valorativa, foi usada apenas para facilitar a exposição).

Para a disponibilidade, posso lembrar também que foram arbrangidos alguns servidores estáveis mas, de fato, disponíveis por terem sido extintos os órgãos, entidades ou empresas em que trabalhavam. Outro critério para a disponibilidade: cortar as "gorduras", os

excessos das atividades-meio, de forma a preparar os funcionários para a reciclagem e o treinamento em atividades-fim ou em outros órgãos ou setores onde possam ser mais produtivos para a população brasileira.

Por que cortar nas atividades-meio? Por que colocar em disponibilidade, para posterior reciclagem, com vistas a aumentar a produtividade com prioridade para atividades-fim?

Sr. Presidente, Srs. Senadores, os diagnósticos realizados indicavam que as atividades administrativas, as atividades-meio, as atividades de direção, a burocracia do "carimbo", da "quarta e da quinta via de carbono", do documento, do processo, além de utilizarem métodos obsoletos de trabalho, absorviam 70 por cento do pessoal do serviço público. Tinha mais servidores nos gabinetes do que nos guichês. Esqueceram os guichês. As análises da Secretaria da Administração Federal e da Fundação Centro de Formação do Servidor Público (Funcep) mostram estas graves distorções.

Somente para ilustrar, cito o caso do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), criado há 26 anos para fazer a reforma agrária e que tinha mais da metade dos seus oito mil funcionários lotados em Brasília. Mesmo assim, o Rio de Janeiro, que deixou de ser Capital Federal há 30 anos, concentra quase o dobro do número de funcionários públicos federais lotados em Brasília. Aí está um magistral exemplo da má distribuição geográfica da força do trabalho.

Os Srs. Senadores já conhecem bem esta realidade, mas posso acrescentar que em todos os Ministérios encontramos exemplo desta natureza. O Ministério da Fazenda tinha oito Secretários-Gerais, Adjuntos, ou seja, além da máquina para baixo, as carreiras dos funcionários públicos, foram construindo um novo Ministério no meio e isto resultou no Poder Executivo disforme.

Com a cabeça e o tórax enormes e os braços e pernas mirrados, o Poder Executivo ficou com sua capacidade de ação tolhida. E o objetivo da reforma administrativa é desenvolver a capacidade de ação governamental para que ela seja eficaz e com velocidade contemporânea, não à velocidade das carroças.

Para isso, a diretriz fundamental é fortalecer a Adminis-

tração Direta. É cortar pela raiz as causas do déficit público, muito claras nas empresas públicas, fundações e autarquias, que não vinham prestando contas à sociedade da relação custo-benefício dos seus projetos, locupletando-se da autonomia administrativa e financeira. Essa vertente é a que mais inchou a folha de pagamento do Governo que precisa, nesta conjuntura econômica de falta de financiamento interno e externo, poupar os poucos recursos da União para investimentos essenciais à população pobre do País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a meta do Governo Collor é dotar o Poder Executivo Federal de um corpo de funcionários públicos altamente profissionalizados, capazes de servir ao público. Serviços públicos de qualidade para a população na área de educação e saúde, principalmente, exigem esta nova distribuição espacial, funcional e geográfica de recursos humanos, tecnológicos e materiais. Por esta razão, o Presidente Fernando Collor está realizando profundas transformações neste País. Transformações em defesa do conjunto da sociedade, mas na qual alguns somente parecem ver demissões e afastamentos de funcionários.

A demissão e a colocação de funcionários em disponibilidade, são apenas um meio, não um fim, da reforma administrativa. Um meio para capacitar o Poder Executivo a cumprir suas verdadeiras funções constitucionais. Um meio para equilibrar as contas nacionais, para diminuir os custos da máquina até um nível razoável para a sociedade. Isso dentro de um grande movimento para deslocar a maioria dos funcionários para as atividades-fim, para o posto médico, para o atendimento ao público, para a sala de aula.

Com o instrumento da disponibilidade, também abrimos o caminho para a reciclagem, para o treinamento, formação e a mudança da cultura administrativa do servidor público em favor da Nação, não de corporações, de castas burocráticas. Estas castas se formam em qualquer sociedade, em detrimento da maior parte da população, e é fundamental combatê-las. O crescimento desmedido e parasitário das "burocracias" é um fato mundial e, como pode parecer a incautos, não apenas um fenômeno exclusivo do Leste Europeu.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, há décadas, os projetos de desburocratização e de re-

forma administrativa ocupam dirigentes políticos em qualquer região do mundo. No Brasil, como em qualquer país onde se procura fazer uma reforma administrativa, a capacitação da mão-de-obra é crucial para o êxito do projeto. Aqui, junto a má distribuição funcional e geográfica dos servidores, que estamos corrigindo, existem as notórias falhas de profissionalização.

A própria expansão da Administração Indireta, na década de 70, com as distorções já tão enfaticamente registradas (contratação sem concurso, falta de uma política de formação e treinamento e de planos de carreira etc.) provocou drásticas consequências para o quadro de pessoal do serviço público, até da Administração Direta, que é o principal instrumento do Poder Executivo.

Dos 800 mil funcionários públicos da Administração Direta, apenas 150 mil servidores estão numa carreira e entraram através de concurso público. Os outros são celetistas (CLT) e entraram das maneiras mais diferentes possíveis. Mas a grande carência ocorre na gerência intermediária.

Destaco, por exemplo, o setor saúde. Os recursos eram mal utilizados por falta de gerência intermediária. Existem muito poucas pessoas com capacidade para fazer a gerência da disposição de leitos numa rede hospitalar, por exemplo. Ou gerenciar a farmácia do hospital com métodos atuais.

Mas nem tudo estava tão obscuro. A nova Constituição criou a norma básica para uma política justa para o servidor público: a obrigatoriedade do concurso público para o ingresso no quadro. E discute-se no Congresso o projeto de lei que institui o regime jurídico único do servidor público.

Do lado do Executivo, o Governo também utiliza o instituto da disponibilidade para colocar os servidores considerados desnecessários em situações de distanciamento do ambiente profissional, no qual não demonstravam boa produtividade, de modo a conduzir o diagnóstico de suas carências e a análise do seu potencial de reaproveitamento.

Com os proventos proporcionais, próprios do instituto da disponibilidade, o Governo objetiva reduzir os custos de manutenção destes servidores e maximizar o estímulo à reciclagem e ao retorno ao trabalho com preparo técnico aprimorado, para aqueles com potencial de reaproveitamento.

Os Ministérios e todos os órgãos da Administração Federal, orientados pelas diretrizes do Programa de Reforma Administrativa, realizam seus projetos específicos de lotação ideal, identificando suas carências de pessoal a médio e a longo prazos. Isto possibilita um reaproveitamento futuro de um grande contingente colocado em disponibilidade.

O reaproveitamento ocorrerá de forma planejada, em novas situações, nas quais o potencial destas pessoas seja desenvolvido num amplo programa de formação, treinamento e reciclagem. Com técnicas adequadas, deve-se incorporar a prática profissional dos participantes ao ensino de aplicação, objetivando melhor adequação à realidade do trabalho.

Elevar a competência gerencial dos diferentes níveis da administração pública é o principal objetivo destes programas, como de toda política da Reforma Administrativa. Somente através destes processos é que poderá o Governo alcançar um sistema meritório de ingresso e progressão na carreira para total profissionalização do serviço público.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Secretaria de Administração Federal além de ser o órgão central dos Sistema de Pessoal Civil - Sipec, Modernização Administrativa - Sidemor, Serviços Gerais - Sisg, tem ainda a atribuição de estudar, planejar e normatizar o uso da informática no âmbito do Poder Executivo Federal. Nesta área também existem expressivos exemplos da necessidade de um gerenciamento mais eficiente e de uma política de mão-de-obra mais efetiva, para evitar o desperdício de recursos humanos, financeiros e tecnológicos.

O Governo Federal participa com 33 por cento do total de compras de equipamentos e serviços de informática do País e tem, por isso mesmo, uma imensa quantidade de equipamentos espalhados por órgãos e entidades e por empresas voltadas exclusivamente para processamento de dados.

Duplicidade inútil de acervos e de atividades de coleta de informações, inadequada distribuição de equipamentos e falta de comunicação entre eles são alguns sintomas apresentados, ainda hoje, no sistema de informática do Executivo Federal. Os feudos da informação impediram o acesso do público e de órgãos do próprio do Governo aos bancos de dados, aos equipamentos e aos

serviços de interesse de toda sociedade.

Mesmo nos Ministérios que dispunham de empresas de processamento de dados era claro o desprestígio das atividades-fim, e equipamentos e pessoal de informática eram usados principalmente para as atividades-meio.

Portanto, tornamos prioritário, entre as ações da Subsecretaria de Informática, a instituição de padrões na administração dos recursos de informação e de informática da Administração Pública Federal. Para corrigir aqueles desvios, também precisamos: promover o conhecimento e o acesso às informações constantes dos acervos do Setor Público Federal ao Governo e à sociedade, objetivando a modernização e a transparência de seus processos de gestão e a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Para isso é fundamental coibir as redundâncias e retenções indevidas de informações de interesses de terceiros, ressaltados os aspectos relacionados à privacidade e ao sigilo previstos na legislação vigente. Estamos, deste modo, promovendo a racionalização do uso de bens e serviços de informação e de informática, preparando o desenvolvimento de recursos humanos na área. Há, todavia um princípio que permeia toda a estratégia do Governo Collor: a transferência progressiva da execução de serviços, não exclusivos do Governo, à iniciativa privada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o País decidirá sobre o parlamentarismo com um plebiscito em 1993. O regime parlamentarista, se escolhido no futuro pelo povo brasileiro, exige, além do voto distrital, e de uma lei de fidelidade partidária, no campo político, um quadro de pessoal do Poder Executivo altamente profissional organizado em carreiras que manterá a máquina funcionando independente das mudanças de Gabinete comuns nessa forma de Governo. O Projeto de Lei de Sistema de Carreiras que está sendo examinado por esta Casa Legislativa virá constituir-se num instrumento básico de gestão do sistema de recursos humanos do setor público - espinha dorsal da reforma administrativa.

Não poderá ser o Governo uma máquina com 20 mil cargos de confiança, por exemplo, como encontramos. Por esta razão o Governo Collor vem imprimindo a reforma administrativa a velocidade contemporânea da qual

os conservadores tanto reclamam.

Seria impossível criar uma nova qualidade no serviço público sem um gesto radical, veloz e até traumático. Seguramente todos nós gostaríamos que pudéssemos realizar este projeto tão necessário sem o ônus que se impõe a todos nós. Mas se o processo é traumático é porque a sociedade retardou-se na sua execução, deixou de fazer as reformas que deveria ter feito há décadas atrás.

Para constatar esta realidade, basta citar um fato da história deste País: somente nos últimos três decênios foram criados três Ministérios especialmente voltados para a reforma administrativa do Poder Executivo (um em 1963, no Governo João Goulart, o segundo em 1979, no Governo Figueiredo, e o terceiro no Governo Sarney). Depois da grande transformação do Estado brasileiro levada a cabo no bojo da Revolução de 1930, já em 1952, o Governo criou o Projeto de Reforma Geral da Administração Federal. Em 1956 criou-se a Comissão de Simplificação Burocrática, título aparentemente paradoxal que inspirará, 23 anos depois o Programa Nacional de Desburocratização. Para concluir, parece-me ilustrativo registrar que, em 1967, já fora criado o ERA - Escritório de Reforma Administrativa.

Estas, Srs. Senadores, algumas considerações que procurei trazer para informação deste nobre plenário, mesmo porque o universo de abordagem da reforma administrativa é por si só muito amplo e muito complexo.

Muito obrigado pela atenção dos Srs. Senadores. Estou à disposição de V. Ex<sup>as</sup> para prestar quaisquer esclarecimentos ou informações de interesse do Poder Legislativo sobre os temas concernentes à Secretaria da Administração Federal.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) - EU gostaria de comunicar ao depoente que tem direito de se valer da Assessoria, caso, em alguma resposta, precise se socorrer dela. E se V. S<sup>a</sup> precisar da Assessoria, colocamos uma cadeira.

O SR. JOÃO SANTANA - Acho que seria importante. Eu precisaria de dois Assessores: o Dr. Pedro Maranhão e o Dr. Maurício Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) - Vamos, agora, passar às indagações dos Srs. Senadores.

O primeiro Senador a formular indagações é o nobre Senador Jarbas Passarinho, a quem passo a palavra.

O SR. JARBAS PASSARINHO - Sr. Secretário, Sr. Presidente, Srs. Senadores, vi, pela exposição de V. S<sup>a</sup>, Sr. Secretário, que os critérios foram colocados aqui com a caracterização de que não há uma ordem de valoração, é apenas uma seqüência de critérios.

Devo dizer, preliminarmente, que não estou entre os conservadores, que recusam a aceitar a diminuição do papel do Estado; ao contrário. Mas analisando os critérios que V. S<sup>a</sup> citou, vejo, primeiro, os que não têm direito à estabilidade (esse é um critério muito geral); segundo, cortar na atividade-meio e não na atividade-fim; terceiro, afastar os aposentados que continuavam no serviço público ocupando cargos; quarto, relapsos; quinto, aqueles que estavam contratados por empresas que funcionavam como leasing e mão-de-obra, e me perguntei se as dispensas ocorridas na área da Sucam e na área da Fundação Sesp, poderiam estar enquadradas nos critérios a que V. S<sup>a</sup> se referiu, exceto no primeiro, que não tinham direito à estabilidade.

Tenho pelo Ministro da Saúde muito apreço pessoal, mas como homem da Amazônia preocupou-me muito em saber que haveria uma redução da mão-de-obra qualificada, porque não é apenas horrível a pessoa que faz exame de sangue, que faz a entrega de medicamento, numa área que, como V. S<sup>a</sup> sabe muito bem, infelizmente, para nós, espero seja o último grande reduto de malária no Brasil; e a Fundação Sesp, que, no meu entender, merece até um monumento naquela região, criada a partir dos acordos de Washington na 2<sup>a</sup> Guerra Mundial. Também os seus hospitais foram atingidos por cortes.

Eu perguntaria a V. S<sup>a</sup> se essa dispensa, quantitativa, que se fez na Sucam, está adequada à necessidade da proficiência do trabalho, que é o objetivo fundamental de V. S<sup>a</sup>.

O SR. JOÃO SANTANA - Sr. Senador, eu gostaria de, primeiro, falando sobre a questão da Sucam, especificamente, as dispensas que lá foram procedidas, todas elas foram feitas em cima de inquéritos administrativos e o pessoal da Sucam que foi afastado eram pessoas que foram caracterizadas no inquérito administrativo, desvios de função, em geral, ausência ao serviço público; al-

guns casos, inclusive, infelizmente, até de alcoolismo. Esse relatório das dispensas da Sucam - eu pedi a partir, inclusive, de algumas notícias do jornal, que apontava um caso grave e esse relatório foi-me passado pelo Ministro da Saúde, inclusive assinado pelo Dr. Waldir Arco Verde, que também já foi Ministro da Saúde e que hoje milita na área junto com o Ministro Alcenir Guerra, na área da Sucam.

É improvável que, infelizmente, a Sucam ainda precisa e, ao longo do tempo, de outros funcionários, mas seguramente pelas investigações que a Secretaria fez junto ao Ministério da Saúde, esses funcionários que foram dispensados nesse momento o foram em cima desse critério, não só em cima da questão da disponibilidade.

Da mesma forma eu enquadraria a questão da Fundação Sesp. Eu gostaria de colocar ao senhor que no caso tanto da Sucam quanto da Fundação Sesp, se nós olharmos atentamente a Reforma Administrativa, o esboço principal dela, que está na Medida Provisória n<sup>o</sup> 150, sem dúvida, depois foram transformadas em lei pelo Congresso Nacional; nós preservamos os instrumentos que dispunham a Sucam e a Fundação Sesp, que facilitava a sua vida, proporcionando a unificação de alguns setores, Fundação Sesp e Sucam, para que inclusive a gente pudesse, a médio prazo, dar uma equiparação salarial aos funcionários da Sucam com a Fundação Sesp; que a Fundação Sesp ganha hoje mais do que a Sucam e é necessário que essa equiparação exista, haja vista a natureza de trabalho e de desdobramento que os dois conjuntos de funcionários praticam na região.

Então, eu responderia a essas colocações do senhor. Não foi só apenas o critério da estabilidade, mas foi o critério também de inquéritos, todos eles que foram passados, todas essas pessoas dispensadas, tanto da Sucam, como da Fundação SESP, não só o Norte do País, Pará, como no Nordeste, no Ceará foram dispensadas também, no Piauí e mesmo no Rio de Janeiro.

O SR. JARBAS PASSARINHO - Bom, espero que pela resposta que V. Ex<sup>a</sup> está dando, haja aquilo que V. S<sup>a</sup> chama de felizmente, eu diria de felizmente, porque o problema não é apenas evidentemente de diminuir a qualquer preço a quantidade de pessoas que operam, mas sim quando V. S<sup>a</sup> colocou...

O SR. JOÃO SANTANA — Se V. Ex<sup>a</sup> me permite quando eu digo infelizmente é porque quando precisamos de mais funcionários, é que a malária pode recrudescer e, infelizmente, nós precisaremos de mais gente para combater. Foi nesse sentido! Seria feliz se a malária não ocorresse e nós precisássemos de menos pessoas para a malária e mais pessoas para diligenciar sobre outros objetivos mais nobres da Sucam e da área de saúde.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Quer dizer, infelizmente, talvez a Amazônia hoje seja, eu espero, o último reduto, mas sei que outras áreas do Brasil ainda estão marcadas pela presença da malária. Quando eu fui Governador do Estado do Pará tive uma experiência que foi dolorosa para mim: manter esse pessoal trabalhando às expensas do tesouro Estadual, porque o Governo Federal tinha retraído, e no entanto, Sr. Secretário na Estrada Belém-Brasília, que tinha sido aberta pelo Dr. Juscelino, morria-se de coma de malária com falciparum — o Senador Lourival Baptista, que é médico, poderia atestar o pior tipo de malária que nós tivemos. Eu felizmente, só tive três. De maneira que acho que estou curado, porque quando me falam 40 a 42 eu penso que é uma mal curada e não 42 diferentes. Mas esse é um ponto para mim importante, porque, como eu disse tenho muito apreço pelo Ministro Alcenir, que me frequentava muito quando eu tive oportunidade de ser Ministro pela primeira vez, e ele disse no programa Bom Dia Brasil, que fomos juntos, que grande parte desse pessoal estava sendo distribuído — é o que V. S<sup>a</sup> falou — o era por desvio de funções, pois eram garimpeiros.

Bom, evidentemente, deve haver mas não todo o pessoal da Sucam que foi demitido. Mas V. S<sup>a</sup> me dá outras informações: inquérito administrativo. Eu já respeito plenamente não há problemas.

Agora, espero que haja exatamente isso e tenho certeza que pelo Ministro da Saúde, o Presidente e V. S<sup>a</sup>, a área da Amazônia não poderá ficar desfalçada quando ela, na verdade, já é insuficiente para tratamento.

Na campanha eleitoral no Estado do Pará, que tem superfície superior a da Colômbia, verificamos esse drama, essa tragédia que existe. Hoje, nos jornais e televisão aparecem apenas os índios Yanomamis, que de fato merecem também uma providência urgente que o Go-

verno está tomando, mas morressem de malária por falta exatamente dessa assistência, e a Fundação SESP mantinha, ao tempo em que eu cheguei ao Pará como Governador, os únicos hospitais do interior que havia. De modo que isso me preocupou, daí a razão de eu lhe fazer a pergunta.

O segundo ponto em nossa segunda pergunta, Sr. Presidente, que eu vou encerrar já, tenho horror dos que dizem "vou ser breve", e relacionamento com essa informação que V. S<sup>a</sup> dá a respeito do Rio de Janeiro.

Havia alguma razão de ser, não que justificasse totalmente, mas havia, quando o Ministério do Presidente Médici recebia a instrução para trazer o Ministério para Brasília, "eu disse que trazia o Ministério da Educação, mas não trazia o da Cultura, porque da Cultura estava lá a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vamos trazê-lo para Brasília, os arquivos nacionais, os museus históricos que estão lá, um até em Petrópolis. Isso tudo seria muito difícil de se fazer, com uma transposição imediata. Podia transferir-se a chefia do próprio Inamps, mas o grosso dos hospitais da Previdência, como V. S<sup>a</sup> conhece bem, estão no Rio de Janeiro, embora agora com os Sucs isso passe a ser atribuição estadual.

Isso seria não um reparo, mas um acréscimo à colocação que V. S<sup>a</sup> fez. Agradeço-lhe a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Passo a palavra ao nobre Senador Pompeu de Sousa.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Secretário, eu iria fazer indagações justamente na área de saúde. Não tenho a autoridade, o saber de experiência que tem o nosso Colega, Senador Jarbas Passarinho, com o seu recorde de malária. Eu não tive nenhuma, de forma que sou um privilegiado neste País.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Mas teve outras coisas.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Todos nós tivemos muitas coisas, mas felizmente, não provenientes de falta de medicina preventiva, mesmo porque sou filho de médico, tenho privilégio.

Mas V. S<sup>a</sup> disse da urgência que havia para fazer essa reforma administrativa. Eu lhe perguntaria se essa urgência não foi um pouco um atabalhoamento, em princípio, dadas as múltiplas alterações que foram feitas num dia, desfeitas no

dia seguinte e refeitas num terceiro dia? Não havia uma certa falta de planejamento elementar, primário, essencial a qualquer reforma séria e duradoura? Não havia assim um sentido de criar mais um acontecimento do que reforma propriamente dita?

Com relação ao suposto enxugamento do número de Ministérios, eu não sei se houve enxugamento ou alargamento, se houve retirada ou acréscimo de gordura, uma vez que os ministérios desapareceram com nome de ministério e reapareceram com o nome de secretarias, inclusive o de V. S<sup>a</sup> é a quarta versão — segundo diz a exposição de V. S<sup>a</sup> — do Ministério da Administração. De forma que há um sem-número de alterações, a meu ver, puramente semânticas.

Por outro lado, gostaria que V. S<sup>a</sup> explicasse realmente algumas dessas alterações semânticas. Uma, por exemplo, que até hoje não consegui entender, Sr. Secretário, é a de um órgão que se chamava Ministério da Desburocratização, que acho que é uma atividade necessária para tornar mais ágil o aparelho do Estado, e que passou a se chamar desregulamentação. Confesso que não entendo, porque a atividade regulamentar é essencial à ação do Estado. Um Estado que não tem regulamentos, que não tem normas regulamentares, está no caos. Isso me assusta um pouco porque cria um precedente realmente inexplicável. Desregulamentar tudo. Desregulamentar o quê? Como é mesmo que se chama? É secretaria? Não, é serviço. O prenome eu não me lembro, mas é um órgão que nem tem poder ministerial — quem tem poder ministerial é o de V. S<sup>a</sup> —, mas tem poder subministerial, que está procurando desregulamentar.

Então, me assusto com esse prefixo des. Pode-se passar da desregulamentação, da deslegislação e até da desconstituição. Vamos ditá-los de des em des e acabaremos no desgoverno, e isso é um perigo, Sr. Secretário!

Gostaria que V. S<sup>a</sup> nos tranquilizasse, porque o Presidente de V. S<sup>a</sup> é um rapaz muito ardoroso. Eu o conheço há muitos anos, desde muito jovem; sou velho amigo da família desde o avô dele. O poder lhe deu um ardor ainda maior, um ardor atlético. Ele está exercendo o poder atléticamente. Eu, que nunca fiz atletismo na minha vida, me assusto um pouco com o atletismo governamental. Ele pode fazer atletismo no particular e eu não tenho nada contra isso.

Mas, essa ânsia de a cada dia criar o acontecimento como quem cria um número de espetáculo e a cada dia esse acontecimento às vezes precisa anular o acontecimento do dia anterior, sinceramente me assusta, Sr. Secretário.

Eu gostaria que V. S.<sup>a</sup> me desassustasse e nesse terreno, se é que tem, para tanto procuração do chefe.

Inicialmente, gostaria de perguntar isso.

O SR. JOÃO SANTANA — Bom, eu vou tentar colocar algumas observações, da minha parte. Não sei se este modesto Secretário tem condições de desassustar o Senador...

O SR. POMPEU DE SOUSA — Pelo status deve ter.

O SR. JOÃO SANTANA — Mas, guardamos uma certa humildade, para dessassustar o nobre Senador, que tem tanta história e bem mais idade do que este do ponto de vista positivo, talvez, até com idade para ser meu avô. Então, um jovem falará para um homem de experiência.

Mas, em relação à desregulamentação, eu concordo com o Sr., porque foi criado um neologismo. Se procurarmos tanto no Aurélio ou nos antigos, o Caldas Aulete ou qualquer outro futurólogo e perguntarmos ao Professor Antônio Houaiss...

O SR. POMPEU DE SOUSA — É algo "imexível"...

O SR. JOÃO SANTANA — ... vamos verificar que desregulamentação é uma palavra nova. Mas é uma dessas palavras novas que foram criadas, aí, no recente quadro brasileiro, como pós-moderno, pós-tudo, "imexível e tal", e que a sociedade brasileira, como sempre, dinâmica em mudança e contemporânea, acaba absorvendo. Então, talvez seja, primeiro, necessário esclarecer. Quer dizer, a atividade desregulamentação — essa palavra criada, por exemplo é para justamente fazer uma revisão de uma série de regulamentos, que são arcaicos e que atrapalham a ação do Executivo e do cidadão, quer seja pessoa física, quer seja pessoa jurídica.

Em primeiro lugar, não é uma entidade, não é um organismo, é um programa. Dessa vez, mudamos no sentido de criar, simplesmente, um programa. Ninguém foi contratado para fazer a desregulamentação. Há comissão em que participam funcionários públicos de todos

os órgãos da administração federal, que têm a tarefa de fazer todo um levantamento da legislação existente, no primeiro momento, ver a legislação que é completamente arcaica, que atrapalha, providenciar as medidas legais, jurídicas, constitucionais, para revogar essa legislação e, inclusive, os projetos de lei necessários para serem remetidos ao Congresso Nacional para que venham a ser aprovados. Mesmo, ainda na semana passada, essa série de medidas que o Presidente anunciou, basicamente, na área do Ministério da Infra-Estrutura: de energia, combustíveis e lubrificantes e, também, na área da agricultura, fora as portarias que foram revogadas, decretos em que foram dados novos sentidos a essa atuação, foram dois projetos de lei, também, remetidos ao Congresso.

Então, em hipótese alguma, pensamos em desconstitucionalizar. Mas só para V. Ex.<sup>a</sup> ter uma idéia, no que toca aos decretos presidenciais, aos decretos do Executivo, estamos chegando a 100 mil decretos. É necessário que seja feita toda uma revisão desses decretos, até porque ali pelos 20 mil ou 50 mil decretos, criou-se um péssimo hábito na administração em termos de Direito Administrativo, em que se faz o decreto, resume-se a ementa teoricamente, no assunto principal, em que se quer tratar no decreto e revogam-se as disposições em contrário. Só que, pela prática, no decreto, como vamos analisá-lo particularmente, vamos ver que, efetivamente, no resumo da ementa, ele trata pouco, pois se aproveita aquele negócio de pegar carona: o Presidente vai assinar um decreto, então vamos aproveitar e mexer nessa questão. Quer dizer, estamos fazendo toda essa revisão desses 100 mil decretos presidenciais, para revogar toda uma parte que não serve mais, muitos, inclusive, bastando um ato de revogação; até porque, hoje, ferem a nova Constituição e as leis novas que vieram posteriormente foi para dar um guia para as pessoas se orientarem. Quer dizer, pretendemos colocar isso num livro só, num *Vade Mecum*. Isso, nos países mais modernos é comum encontrar.

Compra-se um pequeno livro e tem-se ali, orientada, toda a legislação do Poder Executivo, como se pode referenciar com esse Poder Executivo.

Então, eu diria que essa é a ambição do programa de desregulamentação e das pessoas que lá trabalham, alguns consultores *ad hoc*, que não ganham

nada para isso, mas que chamamos, porque têm grande experiência nessa área, como o Dr. Piquet Carneiro, que já participou do Ministério da Desburocratização, o Dr. Guilherme Duque Estrada, que tem uma grande experiência na área, além de que, através do programa, chamamos todas as associações da sociedade civil, para que dessem a sua contribuição, por telegrama, para que elas identificassem, no programa, as questões que mais atrapalham o seu exercício cotidiano, para que fôssemos lá e corrigíssemos, revogando um decreto, fazendo um projeto de lei, etc. Também faz parte dessa comissão de desregulamentação, trabalhar junto com o Ministério da Justiça num projeto de lei que deve ser remetido, em tempo breve, ao Congresso, de uma lei antitruste. Porque é fundamental que, quando se desregulamenta ou se dá uma nova regulamentação...

O SR. POMPEU DE SOUSA — Quando se...

O SR. JOÃO SANTANA — Tenhamos cuidado com a questão da formação de trustes, oligopólios, porque é muito fácil, sem a regulamentação do Estado, que verticalizamos em vários setores, prejudicando o pequeno ou a atividade econômica que já luta com grande dificuldade.

Em relação à outra estrutura matricial, procuramos desenvolver, para a nova feição do Estado brasileiro, uma estrutura mais matricial, realocando as funções do Estado em novas estruturas.

Nós não rebatizamos antigos ministérios. Na lei que foi aprovada pelo Congresso ficam extintos, os Ministérios antigos, que não mais existem, e essas entidades novas da administração que fizeram a assunção das competências que permaneceram, que remanesceram, têm outra organização administrativa. Eu dou um exemplo: a Secretaria da Administração Federal, a Secretaria com a qual hoje eu estou à frente conduzindo esse processo, tem pelo menos 70% menos o tamanho do extinto Ministério da Administração. Porque, sendo uma Secretaria, um órgão mais ágil, não precisa por exemplo, de uma Ciset própria, a Ciset da Presidência da República que toma conta da auditoria de todas as outras Secretarias da Presidência.

Também o corte de uma série de estruturas que os ministérios antigos tinham, quer dizer, nós não temos mais a criação de um organismo. Então, os antigos ministérios

criavam o organismo secretaria geral, criamos o organismo, secretaria geral, tem o cargo de secretário geral e toda uma série de outros cargos que são lotados naquela organização secretaria geral.

Nos novos ministérios e nas secretarias nós apenas temos cargos assemelhados, não estruturas. Organizando esse trabalho do Estado matricialmente em novas estruturas, é mais fácil se coordenar uma ação conjunta do Estado. É importante nos lembrarmos que esse alargamento da máquina, esse inchaço no meio é importante.

Esta questão secretário-geral, antigo Ministério da Fazenda, chegou a ter nove Secretários Adjuntos. Então, cria-se um ministério no meio do ministério, tem-se o ministro, os seus assessores, lá em baixo as atividades-fim, as atividades pontuais da administração organizadas em carreira e, no meio, acaba-se criando um segundo ministério. Chegou-se a ter nove Adjuntos. No tempo do Ministro Mailson da Nóbrega, cortou-se e reduziu-se isso para cinco ou seis, não me lembro agora. Mas na época em que eu cheguei ao Ministério da Fazenda chegou-se a ter nove Secretários Adjuntos, em 1986, na época do ex-Ministro Dilson Funaro.

Isso foi cortado, com a nova estrutura procura-se cortar isso aí, corta-se também para tentar recuperar o poder de coordenação do Estado e o poder de controle. Então, quando nós aglutinamos toda a ação econômica do Estado numa só estrutura, pudemos coordenar, com mais facilidade, essa ação econômica do Estado, ou mesmo a ação de infra-estrutura.

Nós temos, hoje, minas e metalurgias trabalhando em conjunto, porque é impossível que elas trabalhem separadamente. Um novo conceito de ação nessa área é fundamental, como também a área de transporte não pode ficar distante, longe de outras atividades fundamentais da questão da infra-estrutura, como minas e metalurgias, comunicações, quer dizer, dá-se essa noção funcional matricial ao Estado.

Eu digo até com certa largueza que essas idéias de reorganização do Estado não são simplesmente deste atual Governo, dessas pessoas que estão na Secretaria da Administração, de há muito já eram apontadas em relatos da própria administração de institutos modernos, tendo provas da administração pública que deveriam ser feitas para resumir os gastos do

Estado e, com isso, ceifar uma série de cargos e atividades improdutivos e que duplicavam a ação do Estado.

É importante que nos lembremos, e era muito comum que ocorria em programas sociais, determinava-se um programa social de modo xis, para atingir determinado objetivo; eram tais e tamanhas as estruturas que se tinha que aglutinar para chegar àquele objetivo do programa social e estruturas de ministérios, entidades tão diferenciadas que não se conseguia. No final é que se acaba construindo uma nova estrutura para gerir um programa.

Se se tem o Estado organizado de maneira funcional e matricial, pode-se começar a devolver a noção para administração pública de trabalhar por programas, não necessariamente por estruturas. As estruturas participam dos programas, que recuperam um pouco alguns dos elementos fundamentais do Decreto-Lei nº 200 que, infelizmente, foi abandonado, mas que é muito atual, até hoje, em uma série de posições e posturas.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Apenas para completar, V. Ex<sup>a</sup>, na parte inicial a que eu me referi, da instabilidade das decisões, do faz, desfaz ou refaz — hoje faz, amanhã desfaz, depois de amanhã refaz — eu lhe pergunto: qual foi, realmente, a fase de preparação, de estudo, se não houve uma improvisação excessiva nesse critério, inclusive até nas denominações, como V. S<sup>a</sup> reconhece, no caso da desregulamentação? Espero, como velho Professor de portugueses que fui, quando tinha 18 anos de idade, que respeite um pouco mais a língua, porque eles querem exatamente ao contrário do que estão dizendo: não é desregulamentar, é regulamentar o caos. Porque havia um excesso de regulamentos e agora vamos regulamentar, quer dizer, põe regulamentos coerentes, consequentes, no que hoje está caótico — aí é regulamentar e não desregulamentar.

Mas sobre essa multiplicidade, esse vai-e-vem que as coisas foram feitas me parece que há um certo excesso de ansiedade de fazer uma coisa a cada dia, mesmo que no dia seguinte se faça em sentido contrário. Agora mesmo fui informado por alguém de origem sindical a respeito de uma área que o corte de despesas estava previsto em 17% de despesas. Entretanto, como houve uma resistência do setor, baixou-se para 14%. Como foram fixados

essas cotas, arbitrariamente ou resultante de um estudo sério e concatenado, com a respeitabilidade e seriedade de algo que se destina a uma reforma séria e não a um espetáculo aparentemente reformista?

Desculpe-me, tenho uma certa tendência à caricatura um pouco, chamando de espetáculo reformista, mas sem nenhum desrespeito a V. S<sup>a</sup> é um contexto geral que V. S<sup>a</sup> está inserido, não se sinta atingido pessoalmente com isso.

O SR. JOÃO SANTANA — De forma alguma. Na parte específica que me compete, que é a reforma administrativa, costume dizer que é mais do que uma reforma administrativa, é uma reforma do Estado brasileiro: primeiro que as bases dessa reforma administrativa as pessoas que trabalharam nela, e vejo algumas delas aqui presentes, lembrar-se-ão fundamentalmente dessa estória — vêm desde 1986. Em 1986, trabalhávamos com algumas dessas pessoas que estão presentes aqui no Ministério da Fazenda e outras no Ministério do Planejamento, na gestão Sayad e Funaro.

Naquele plano de estabilização econômica que pensávamos — infelizmente, foi jogado pela janela por vários motivos que não convém aprofundarmos, não temos tempo — na segunda fase daquele programa, estava prevista uma profunda reforma administrativa do Estado, que aliás, diga-se naquele momento, teria sido mais fácil de realizar, pois tínhamos uma outra Constituição, outro ordenamento jurídico e mesmo, do ponto de vista econômico, no momento onde queríamos fazer, tínhamos uma iniciativa privada altamente contratante naquele momento, puxando mão-de-obra do Estado. Teria sido mais fácil, mas infelizmente não quis o Governo naquela época. Desde aquela época, havia profundos estudos, várias equipes envolvidas nesse trabalho.

Quando começamos a elaborar o programa do Presidente Fernando Collor, grande parte dessas mesmas pessoas se reorganizaram e voltaram a recuperar grande parte desses estudos e adaptá-los, efetivamente, a uma nova realidade, porque infelizmente vimos nesses quatro anos, que separaram de 86 a hoje, que o nível de degradação do Estado foi de uma violência antes nunca vista. Quer dizer, a rapidez com os instrumentos do Estado foram sendo perdidos...

O SR. POMPEU DE SOUSA — V. Ex<sup>a</sup> diz de 86 a hoje, quer di-

zer, no período ditatorial não?

O SR. JOÃO SANTANA — No período ditatorial também e muito, mas em 86 foi de uma rapidez talvez até maior do que no período ditatorial. O período ditatorial pode ter feito mais rapidamente ações nefastas em outro campo e também na organização do Estado. Mas de 86 a 90 a degradação, a perda de controle do Estado sobre seus instrumentos mínimos e básicos, foi enorme!

Posso lhe dar vários exemplos. Poderemos pegar a Lei do Suds, como V. S<sup>a</sup> já se referiu, referiu-se também o Senador Jarbas Passarinho, que foi um princípio altamente louvável, a importância de repasse e desconcentração de atividades do Governo Federal para Estados e Municípios: fizemos um repasse altamente desorganizado, o que trouxe no setor Inamps, nos seus 110 mil funcionários que lá estão registrados, cerca de 80 mil funcionários que não sabemos direito onde estão e a que situação eles dizem respeito. Porque foram passados simplesmente, muitos dos quais sem nenhum decreto, sem nenhum ato administrativo que qualificasse administrativamente esse repasse de funcionários; o setor de pessoal da autarquia federal se desobrigou de verificar o dia-a-dia funcional desses funcionários; o Estado entendeu que não era tarefa dele, porque eram funcionários do Governo Federal. Portanto, o Departamento de Pessoal não tinha que cuidar, o município... e, no final, se cria cerca de 80 mil funcionários que não se sabe direito onde estão e o Ministro Alcenir Guerra está procurando recuperar o histórico desses funcionários.

O mesmo, logo no primeiro mês que estava na Secretaria da Administração Federal, num telex corriqueiro que passei a todos os departamentos de pessoal da administração pública federal a nível do Brasil inteiro, pedia que eles informassem quantas aposentadorias tinham acontecido naquele mês, assim como outras informações. E era comum os departamentos — tenho um conjunto desses telex — informarem aproximadamente 45 aposentadorias. Eu devolvi o telex perguntando qual é o decimal que devo usar, aproximadamente. Essa degradação foi muito grande.

O próprio fato de que o Estado não sabia ao certo quantos funcionários públicos possuía. Hoje já estamos com uma conta bastante próxima desses funcionários. Mesmo assim eu, com

excessiva cautela, não aposto num número final fixo. Acho que é isso, mas posso ter surpresas, como diariamente acabamos tendo surpresas de funcionários fantasma, funcionários já falecidos, etc.

Mas, retornando à pergunta inicial de V. Ex<sup>a</sup>, recuperado esse trabalho inicial, e fazendo essa adaptação aos novos tempos, essa equipe que participou da formação do programa Fernando Collor, diretrizes para o Governo Fernando Collor, ela chegou a reunir cerca de 400 técnicos, divididos nas várias áreas: de saúde, justiça, habitação, transporte, economia, para pensar a questão política e a questão administrativa. Essa reunião desses 400 técnicos durou perto de 4 meses, pessoas de várias partes do País, pessoas altamente qualificadas, muitos funcionários públicos. Dou exemplo a V. Ex<sup>a</sup> que na Secretaria da Administração Federal, que hoje coordeno, o único que não é funcionário público originalmente sou eu, que vim da iniciativa privada. Todos os meus auxiliares, o Dr. Maurício Teixeira, o Dr. Pedro, que está aqui, e vários que hoje vejo com felicidade aqui, são pessoas que vieram comissionadas da própria administração pública, ou muitos que já se encontravam na antiga Sedap — veja o Dr. Wilson Cal, que tem 15 anos de serviço público. Registro isso porque, infelizmente, há tempos a imprensa, numa rapidez, noticiou que tinha um funcionário que não tinha estabilidade, que só era de 1986 e o Dr. Wilson Cal tem 15 anos de serviço público no qual entrou por concurso.

Então, todas essas pessoas participaram da formação da administração deste projeto de reforma administrativa que, muitas vezes, ele não é tratado eficientemente do ponto de vista mais nobre, melhor desse projeto.

Quanto à necessidade de se realizar rapidamente, nobre Senador, se V. Ex<sup>a</sup> me permite e os outros Senadores, vou dar um dado: em fevereiro de 1990, portanto um mês antes de o Presidente Fernando Collor tomar posse, o Estado gastou com pessoal 87% das despesas correntes — fevereiro de 1990. V. Ex<sup>as</sup> sabem mais do que ninguém que a nova Constituição limita essa gasto a 65% das receitas correntes, com um gravame: como ainda não é definido na nova sistemática orçamentária o que são receitas correntes, estou trabalhando aqui com um critério antigo de receitas correntes, que se inclui aqui o repasse para os Estados e

Municípios. Então, a soma é vultosa. Não chegaríamos ao final desse segundo semestre na escalada que estávamos indo com gasto de pessoal. A projeção era de 9% do PIB com gasto de pessoal, projeção essa não só feita pelos economistas do Governo, pelos novos administradores mas, inclusive, por esta Casa, por Senadores e Deputados desta Casa, da Comissão de Orçamento, outros economistas, citaria o Deputado Delfim Netto, na Câmara Federal; o Deputado José Serra, por exemplo, entre outros, que alertavam para isso.

O risco que a sociedade brasileira corria é que se nada fosse feito e, infelizmente, o maior impacto é na folha de pessoal, nós paralisaríamos o Estado, chegaríamos à situação terrível de no meio do semestre que vem dizermos às pessoas: paramos.

Porque outra questão fundamental, importante e relevante de se dizer é que os instrumentos tradicionais de financiamento do Estado brasileiro faliram, e graças a Deus faliram, com o advento do Plano de Estabilização Econômica, porque, como estávamos trabalhando no sentido de financiamento do Estado? Primeiro, o excesso de arrecadação. Tínhamos uma economia indexada, os preços subiam, a alíquota dos impostos automaticamente arrecadavam mais e tínhamos o famoso excesso de arrecadação, entrava mais dinheiro para os cofres públicos do que o anteriormente previsto no Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional.

E esse excesso de arrecadação fazia frente às várias despesas do Governo. Não temos mais uma economia indexada, foi feito um plano de Estabilização Econômica que desindexou a economia brasileira e, ainda mais, felizmente, tirou uma inflação de 80% para perto de 10% de valores inflacionários. Acabou esse financiamento do Estado, felizmente, porque esse era altamente inflacionário.

Acabamos com a ciranda financeira. O Estado fez uma ação histórica...

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Dr. João Santana, desculpe-me, mas gostaria que V. S<sup>a</sup> respondesse mais diretamente, porque há vários Senadores que querem indagar. Não vou limitar o seu tempo, mas gostaria que as respostas fossem mais sintéticas.

O SR. JOÃO SANTANA — É que a pergunta do Senador é muito ampla, atinge um tema de tal

envergadura que, infelizmente...

Vou tentar, com o meu poder de síntese, resumir a amplitude da pergunta que o Senador me fez.

Perdemos esses instrumentos, houve um enxugamento, acabou a ciranda financeira, não podemos colocar títulos do Estado e muito menos imprimir dinheiro para financiar o Estado público. Sem falar da dívida externa, do recurso de poupança exterior, porque essa já não temos desde 1982. Portanto, resta à sociedade brasileira apenas trabalhar para que tenha um Estado fazendo o Orçamento equilibrado. Nós não podemos mais buscar esses recursos sob pena de pedirmos a volta da inflação. É essa a questão que também está fundamentalmente voltada no sentido da pressa de nós fazermos uma reforma administrativa e cortarmos os gastos se podemos chegar com um Orçamento equilibrado no segundo semestre e, se Deus quiser e nos ajudar, como a Ministra Zélia falou, ainda com um superávit financeiro. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) - Passo a palavra, agora, ao Senador Jutahy Magalhães, para formular suas perguntas.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Dr. João Santana, eu gostaria, em primeiro lugar, de perguntar a V. S<sup>a</sup> qual foi a economia real da folha de pessoal com os cortes já efetivados, quantos foram os funcionários já demitidos, colocados em disponibilidade, e quais os outros tipos de afastamento?

O SR. JOÃO SANTANA - Pois não. Eu começaria dizendo que nós tínhamos uma previsão de gastos de 222,2 bilhões de cruzeiros para o mês de junho, e conseguimos reduzi-lo a 134,5 bilhões de cruzeiros. A diferença disso é justamente a economia que fizemos, em percentuais das receitas correntes; a previsão de gastos, se os mantivéssemos, seria de 95%, e nós chegamos, no mês de junho, a 57,5% das receitas correntes. Ainda no mês de junho fomos obrigados a um gasto maior, porque pagamos a primeira parcela do 13<sup>a</sup> salário dos Poderes Legislativo e Judiciário. Ao Executivo serão pagas as duas parcelas em novembro e dezembro. Essa é a fundamental poupança que fizemos em termos de bilhões de cruzeiros. Fazendo um paralelo, poderíamos dizer que isso representa um corte de 10% na massa, na folha de pagamento do Governo Federal, dos funcionários que são pagos di-

retamente pelo Tesouro Nacional. Estamos excluindo aí, evidentemente, as empresas estatais, que geram o seu próprio caixa, portanto, não fazendo pedidos ao Departamento do Tesouro Nacional para que suplementem folhas de pagamento. Essa é a principal poupança que fizemos apenas em termos de pessoal. São dados que estou citando a V. Ex<sup>a</sup>.

Do ponto de vista de afastamentos, eu diria a V. Ex<sup>a</sup> os números que temos hoje, realizados na administração pública. Fizemos 200 mil afastamentos de servidores, um pouco mais do que isso, 200.123 servidores que afastamos da máquina da administração pública, administração direta e indireta, e no sentido das disponibilidades, 42.605 já efetivadas; cerca de 13 mil aposentadorias, que foram incentivadas e 140 mil dispensas efetivamente realizadas no setor público, administração direta e indireta, incluindo aí a área autárquica e fundacional.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Os números de V. S<sup>a</sup> não batem com os que eu retirei, logicamente, de publicações que dizem que na rubrica de despesas com o pessoal e encargos sociais, em junho, ficou em 147 bilhões de cruzeiros, sendo que 7 bilhões para o pagamento de parte do 13<sup>a</sup> salário, e que a economia estava sendo de 6 bilhões porque os encargos sociais de junho para julho teriam diminuído de 6 bilhões, porque seria a diferença de 140 bilhões para 134 bilhões.

O SR. JOÃO SANTANA - É, mas essas informações que eu tenho é do Departamento do Tesouro Nacional. Eu trabalho com essas informações, que é 134,5 bilhões, 57,5 na folha...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. S<sup>a</sup> está afirmando que os dados concretos são esses que V. S<sup>a</sup>, acabou de se referir?

O SR. JOÃO SANTANA - Sem dúvida. Esses foram os dados que, pelo menos, recebi do setor competente da administração.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Tenho aqui um recorte que V. Sa, em 30 de maio, falava sobre a meta de arrecadar 36 bilhões de cruzeiros com a venda dos imóveis funcionais, mas afirmava no final: "A Secretaria de Administração admite que é um chute". Qual é a meta real?

O SR. JOÃO SANTANA - A Secretaria de Administração, na época, admitiu que é uma projeção bastante oscilante, porque efetivamente ninguém pode, com

certeza, afirmar quanto arrecadará em nove mil e trezentas unidades residenciais que serão vendidas, e, até hoje não se terminou o processo de avaliação de todas elas. Do processo de avaliação, só a partir do momento em que, efetivamente, for realizada a venda é que se saberá quanto se apurou. Mas essa é uma previsão mínima de arrecadação com a venda dos imóveis funcionais.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - A meta do Governo de economizar 2,5% do PIB significa mais ou menos 8 bilhões, 750 milhões de dólares. Com a reforma administrativa, ainda é a meta?

O SR. JOÃO SANTANA - Nunca foi essa a meta. A economia que o governo pretende de 2,5% do PIB é em geral: reforma fiscal e reforma administrativa.

A reforma administrativa contribui, dentro desses 2,5% do PIB que estão no plano do Governo, com 0,5% obrigatoriamente. Se conseguirmos realizar esse esforço ainda este ano, esperamos poder chegar até a 1% do PIB como contribuição. Se chegarmos a mais esse 0,5% do PIB, aí estaremos contribuindo decisivamente, na reforma administrativa, para o superávit anunciado pela Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. S<sup>a</sup> falou em critérios que foram estabelecidos pela Secretaria. Foram feitos estudos setoriais para o corte de pessoal? Certamente devem ter sido feitos.

O SR. JOÃO SANTANA - Foram feitos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Agora, nesses estudos setoriais não se chegou à conclusão de que o corte por exemplo, de 53 dos 159 funcionários do Programa Imunogênica e Transplante de Órgãos acarretaria grandes prejuízos para esse setor, como já foi citado aqui pelo Senador Jarbas Passarinho com relação à Sucam, e outros órgãos como Meteorologia também, que, parece chegou um dia em que não havia quem fizesse o estudo da meteorologia por falta de pessoal. Esses estudos setoriais não foram feitos um pouco apressadamente?

O SR. JOÃO SANTANA - V. Ex<sup>a</sup> e a população como um todo, devem ter visto que os jornais continuam a informar o programa de meteorologia diariamente, em mais de um horário pela televisão. Então, é evidente, pela própria prática...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Se V. S<sup>a</sup> me permite, vou contar uma coisa que é mais anecdótica. Tenho um amigo na Bahia que disse que quando era jornalista, no jornal em que trabalhava pediram que ele fizesse a previsão do tempo; ele olhava fora da janela e dizia: o tempo está nublado.

O SR. JOÃO SANTANA — Mas é com dados técnicos, fornecidos pelo Instituto de Meteorologia.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Com dados técnicos, mas se houver corte entre os técnicos que faziam esse trabalho...

O SR. JOÃO SANTANA — V. Ex<sup>a</sup> tem assistido aos jornais? Sempre dizem assim: o tempo na região Sudeste é tal, dados fornecidos pelo Instituto de Meteorologia. Estou falando das informações de meteorologia, colocadas pelos institutos oficiais de meteorologia, que continuam fornecendo a previsão do tempo. Nada ocorreu em sentido contrário.

Em relação a essa outra notícia que V. Ex<sup>a</sup> colocou, desse setor de transplante, o Ministro da Saúde — porque V. Ex<sup>a</sup> vê uma notícia no jornal, e, no dia seguinte vê outra —, mas o Ministro Alcení Guerra respondeu sobre questões desse setor questionando integralmente. Ele diz mais: que esse mecanismo das campanhas, ao invés de estar servindo efetivamente às campanhas, para as quais a lei existe e determina, estava sendo usado como muleta para que se fizesse uma série de operações desnecessárias, que já tinham o competente organismo operatório em outros hospitais que não pertenciam ao sistema previdenciário.

Apesar da notícia alarmista do jornal, não tivemos a informação concreta de que alguém, em necessidade desesperadora, não tivesse sido operado por esse cancelamento. O Ministro Alcení responde corretamente, no dia seguinte, em outra notícia de jornal.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Mas V. S<sup>a</sup> falou, com relação à Sucam, que o desvio de função tinha sido responsável pela maioria também das demissões.

O SR. JOÃO SANTANA — Exato.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Eles foram nomeados para qual cargo? Para exercer que função?

O SR. JOÃO SANTANA — Para vários cargos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Eles estavam exercendo a função devida?

O SR. JOÃO SANTANA — Muitos deles de cabo eleitoral, afastados dos órgãos.

A Sucam, e V. Ex<sup>a</sup> sabe disso, é um órgão extremamente meritório. Ao longo dos anos ela conseguiu preservar uma atividade muito importante para a população brasileira, principalmente para a do interior. É comum, quando se vai aos pontos mais distantes do interior do Brasil, verificarmos o borrifador, que anda a pé, de jumento, de canoa, de bicicleta. Graças à ação de uma série de pessoas que lá estão a ação da Sucam é preservada, por anos, com muitas dificuldades, com salários baixos, com contratações. Infelizmente, a partir de notícias, também infelizmente verdadeiras, em que se previa o aumento da malária, do dengue e de uma série de outras epidemias e endemias, foram contratadas centenas de matamosquitos, recolhimento de sangue, e examinadores e uma série de outras pessoas que nunca fizeram essas tarefas. Foi, inclusive, dado cotas a setores que disputavam eleição: "Olha, você pode indicar 30, você pode indicar 100, você pode indicar 150". Isso foi feito. Esse mesmo jornal que tem sido bastante referido e que tem acompanhado bem a reforma administrativa, que é o **O Jornal do Brasil**, nessas notícias, há três ou quatro anos denunciava com grandes manchetes: "Estão contratando na Sucam pessoas sem critérios para fazer campanha política". Essas é que foram dispensadas. Felizmente não ganharam a estabilidade com o art. 19 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, porque se não nós teríamos que ter colocado em disponibilidade.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Eu queria felicitá-lo porque V. S<sup>a</sup> foi muito delicado conosco aqui na exposição que fez, porque modificou totalmente... e eu que me barrei em declarações do jornal. V. S<sup>a</sup>, referindo-se a esse problema da necessidade de demissões, responsabilizou, em determinada entrevista, a nova Constituição, a irresponsabilidade dos Constituintes em terem votado algumas medidas que constam hoje da nossa Constituição. V. S<sup>a</sup> citou novamente os dados, mas sem fazer essa referência aos Constituintes. Então, felicito-o por ter mudado de opinião. Acredito que sim, e não ter sido apenas simpático e delicado conosco.

Mas eu gostaria de perguntar, e possivelmente será a minha última pergunta: V. S<sup>a</sup>, numa das declarações — não me recordo se na exposição ou se numa dessas declarações, que estou lendo aqui apressadamente — afirma que os trabalhadores estão tendo ganhos reais nos seus salários. Eu perguntaria se V. S<sup>a</sup> ainda reafirma isso e, principalmente, se V. S<sup>a</sup> considera que os servidores públicos estão tendo ganhos reais, e se há realmente qualquer palavra do Governo — pelo menos está também nos jornais declarações da Ministra — de que neste ano os servidores públicos não teriam condições de receber qualquer aumento de vencimento.

O SR. JOÃO SANTANA — Primeiro, essas declarações que fiz e reafirmo foi no sentido de que algumas empresas estatais que o Brasil possui, notadamente as de maior força, no setor energético, petróleo, Banco do Brasil, no que foi chamada "a década perdida" dos anos 80, onde todos nós perdemos em poder real de salários, essas categorias conseguiram preservar o seu poder real de salário e muitas delas, inclusive, tiveram ganhos de poder real de salário. Como também reafirmo e disse isso e creio que, logo após o Plano de Estabilização Econômica do Presidente Collor, os salários tiveram um ganho real de cerca de 10% a 13%.

O que eu quero dizer em relação aos servidores públicos, particularmente aos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, que têm os seus salários tirados do Tesouro Nacional, efetivamente há uma série de servidores que ganham pouco; perderam em poder real de salário. Há algumas categorias, poucas, é claro, que têm salários mais convidativos, que inclusive disputam com setores da iniciativa privada: Técnicos de Orçamento, Receita Federal, Fiscais do Trabalho, Procuradoria-Geral da República, Ministério Público da União, alguns Procuradores Autárquicos, como os Procuradores da Fazenda Nacional, que estão com níveis de salários bastante compatíveis com a iniciativa privada. Mas o que desejo salientar é o que disse no começo: não há como se discutir aumento salarial se você não tem receita para fazer frente a esse aumento salarial. O escopo, o objetivo nosso da reforma administrativa e da própria reforma do Estado é recuperar a capacidade econômica do Estado, a da economia brasileira, construindo um Estado mais organizado em carreiras, menor, mais transparente, com outro tipo de ro-

tina, que possamos, inclusive, poder pagar melhor os funcionários públicos que prestam serviço à população.

Nesse momento, a Ministra Zélia está analisando, dentro das possibilidades do Tesouro, as possíveis folgas que eventualmente ela teria, no sentido de se discutir reposições salariais aos funcionários públicos, mas até o presente momento as informações que tenho é que essas folgas não existem, pelo menos, em termos de até mês de julho de 1990.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Eu não posso dizer que estou satisfeito, mas pelo menos acho que as perguntas que eu teria para fazer apressadamente, de imediato, seriam essas. Lamento ver que tudo está baseado somente na esperança, na expectativa de um futuro mais radiante, mais colorido, porque por enquanto o presente está bem preto.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Com a palavra o Senador Antônio Luiz Maya.

O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA — Sr. João Santana, V. Sa. é responsável pela execução do Programa de Reforma Administrativa e é deste assunto que V. Sa. está falando aqui perante esta Comissão de Inquérito.

V. Sa. não acha precipitado centrar exatamente essa reforma em cima dos funcionários ao invés de centrá-la em cima da própria estrutura administrativa? Quero dizer, uma vez feita a reforma estrutural, então se pensaria no aproveitamento racional de todo o potencial, dinâmico dos funcionários que hoje pertencem ao quadro de pessoal da União. V. Sa. não acha que isso seria um ato precipitado? Para mim, os órgãos são instrumentos de ação e de trabalho, mas a dinamização desses órgãos é feita exatamente através da pessoa humana; os funcionários são os responsáveis pelo, vamos dizer assim, desenvolvimento de todas as atividades que venham proporcionar o bem-estar da comunidade. V. Sa. não acha precipitação centrar a sua ação diretamente na dispensa de funcionários, enxugando o quadro, antes de pensar exatamente na reforma estrutural dos próprios órgãos da administração pública federal?

O SR. JOÃO SANTANA — Não. Primeiro, porque estamos atacando os dois focos ao mesmo tempo. Fizemos uma total rees-

truturação do Estado, fechando ministérios, extinguindo cargos e funções, fechando empresas e autarquias que já claramente não produziam efeito concreto para a administração pública, para o Estado brasileiro e para o contribuinte. E isso estamos fazendo. As duas leis que dão a base para a reforma administrativa e que foram aprovadas pelo Congresso Nacional deixam claro isso. Começam dando uma nova reorganização ao Estado, dizendo quais os ministérios que foram extintos, quais os cargos que foram extintos, as empresas, por que elas são extintas, o corte, a duplicação, e tudo o mais.

A nível de pessoal é dado uma relevância grande nesse momento, justamente pelo fato que expus — quer dizer, isso é um dado básico. O Estado não teria mais como financiar o seu gasto com pessoal, porque iria bater, necessariamente, este ano, se nada fosse feito, em 9% do PIB. E não teríamos esses recursos, principalmente se os instrumentos tradicionais de financiamento do Estado fossem ceifados e que já eram perversos por si mesmo: excesso de arrecadação, a ciranda financeira com a colocação de títulos e a emissão de moeda. Nenhum desses três itens podíamos fazer. O recurso externo já estava cancelado — desde 1982 já não tinha recurso externo no sentido de pagamento de financiamento do Estado brasileiro.

Foi por isso que tivemos de acelerar ainda mais a questão do pessoal, mas consideramos dentro da reforma — e está registrada nas duas leis básicas da reforma administrativa e nos decretos que as regulamentaram — toda a reestruturação dos órgãos da administração. Não passa por nós achar que mesmo a avaliação da existência desses órgãos, nesse segundo semestre e nos anos seguintes, tenha que amparar os que ficaram; ficaram, existem, e estão muito bem, porque achamos que reforma administrativa não é um ato instantâneo, imediato, do Estado, mas ela tem que ser realizada no seu cotidiano; quer dizer, a fiscalização da administração do Estado, para evitar o crescimento desmesurado da sua máquina, tem que ser feita cotidianamente. Para tanto, inclusive, tem que se recuperar os instrumentos de controle, e para a recuperação de tais instrumentos é dado como degrau básico a reforma das estruturas e a análise dos órgãos, que foram feitas, em nosso entender — e é nesse sentido que estamos caminhando.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Senador Ney Maranhão, com a palavra.

O SR. NEY MARANHÃO — Sr. João Santana, antes de formular a minha pergunta a V. Sa., desejo fazer algumas considerações, referentes ao início desse debate, quando V. Sa. mencionou que em menos de 4 meses, com a vigorosa resolução dos Presidentes, foi realizado o mais abrangente e profundo movimento de remanejamento de pessoal já registrado, numa só gestão, na História do País. De um universo de um milhão e 600 mil funcionários, já foram afastados duzentos mil da administração direta: empresas públicas, estatais, fundações e autarquias. V. Sa. chamou a atenção da extinção da Sucud como a maior imobiliária do mundo, que administrou 10.700 apartamentos em Brasília. E com essa extinção pôs-se fim em despesas a nível de 3 bilhões de cruzeiros com moradias de menos de 1% para os servidores do País. Esse dinheiro e a venda desses imóveis era para arrecadar as prestações correspondentes ao pagamento dos imóveis e investir em construções de casas populares.

Foram vendidas as famosas mansões, 36 residências, e mais ainda, no seu relatório V. Sa. diz: "foram vendidos 4 mil, 472 carros oficiais, os famosos chapas-branca, arrecadando quase 5 bilhões".

Cita os critérios das demissões aprovadas pelo Congresso bem como os decretos nominativos. Diz mais que 70% do pessoal do serviço público tinha mais servidores nos gabinetes do que nos guichês. Tendo o exemplo do caso do In-cra, onde metade dos 11 mil funcionários lotados em Brasília estava no Rio, já mais de trinta anos deixou de ser a Capital, e continuou com o dobro do número de funcionários lotados em Brasília.

Chamo a atenção dos 800 mil funcionários em Brasília, que apenas 150 estão com carreira e entraram no serviço público através de concurso. E mais ainda, o reaproveitamento que V. Sa. acaba de citar ocorrerá de forma planejada.

Assim, Sr. Secretário desejo congratular-me pela maneira transparente que V. Sa. está debatendo nesta Comissão do Senado Federal, esse enxugamento da máquina administrativa na qual coube, no Governo Collor, sua Secretaria executar a mais ingrata das missões: demitir.

Mas com esse debate acabamos de assistir e estamos assistindo, e temos a consciência de que era necessária essa operação dolorosa ser executada, como todos sabemos que quase 90% o Governo gastava com a máquina administrativa, na qual a Constituição determina, como V. S.<sup>a</sup> acabou de citar, 65%. E as próprias pesquisas junto a funcionários deram apoio às demissões. Apenas com mais critérios, isto que V. S.<sup>a</sup> está colocando com a devida transparência neste debate, na qual servirá para maiores esclarecimentos da opinião pública nacional.

Portanto, depois dessas considerações pergunto-lhe: Quando V. S.<sup>a</sup> espera terminar essa reforma administrativa?

O SR. JOÃO SANTANA - Senador, como acabei de dizer aqui, penso que a preocupação da Reforma Administrativa do Estado, a intenção de, permanentemente, estar olhando a estrutura do Estado, ver se ela está aproveitada corretamente, cumprindo os seus objetivos é uma ação permanente do Estado.

Nesse sentido inclusive, quero colocar alguns instrumentos importantes que tenha. A própria Lei de Diretrizes Orçamentárias, recentemente aprovada, reforça muito no sentido de termos uma vigilância mais próxima, mais permanente que o futuro do Estado. Acho que sempre o Estado terá que estar vigiando seus instrumentos de controle para ver se o órgão está funcionando direito, aprimorando-se. Há uma modernização necessária na vida incorporando tecnologia.

Mas eu diria, Sr. Senador, que esse primeiro projeto mais pesado, mais importante da Reforma Administrativa, essa mexida mais profunda que estamos fazendo esperamos tê-la pronta até o final do primeiro semestre do ano que vem. Por quê? Porque dividimos em três fases. A primeira foi a mais necessária, no primeiro semestre, que deveria ter sido feita de uma maneira muito mais rápida, porque estávamos pressionados pelas contas públicas e a necessidade de trabalharmos com o Orçamento equilibrado já para o segundo semestre.

Nesse segundo semestre esperamos verificar essas estruturas já em funcionamento. Esta nova estrutura terá uma tarefa fundamental e básica que é, inclusive, elaborar o novo Orçamento para o ano de 1991, o primeiro Orçamento do novo Governo, do Presidente Fernando Collor far-se-ão os reparos necessários nesse segundo semestre a eventuais incorre-

ções, aprofundamentos que devem ser feitos na máquina administrativa, inclusive fazendo-se a avaliação das estruturas que permaneceram, das novas estruturas que foram criadas, do que faltou já e houve excesso aqui, ou seja, fazer toda essa estrutura. E esperamos que o primeiro semestre do ano que vem seja definitivo no sentido de testar essa estrutura, já operando com um novo Orçamento, que foi por ela mesma elaborado. Quer dizer, colocaremos como fundamental, dentro do Projeto de Reforma Administrativa, esses três semestres. Um já passou, e temos dois para o futuro. Este aspecto é que coloco como principal nessa fase mais decisiva e importante da reforma, sem nunca esquecer que os instrumentos de controle que serão criados e os novos que venham também a ser criados pelo Estado, pelo Congresso Nacional, devem ser usados sempre para que possamos evitar que o Estado volte, amanhã ou depois, a ficar inchado e a gastar mais do que pode.

O SR. NEY MARANHÃO - Estou satisfeito com a resposta do sr. Secretário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) - Concedo a palavra ao nobre Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES - Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Dr. João Santana.

Ouvi, com muita atenção, a exposição de V. S.<sup>a</sup>, e até apreciei, de modo especial, as críticas aos conservadores.

Já deu V. S.<sup>a</sup> os dados precisos quanto aos servidores postos em disponibilidade e dispensados.

Há uns três meses, li que em um porto da Alemanha havia mais fiscais do que em todos os portos do Brasil.

Como o Governo está interessado em combater a sonegação, o contrabando e, enfim, em aumentar a arrecadação, apenas me permito, aqui, já que essas dispensas foram feitas e o próprio Governo, em determinados casos, reexaminou, que tendo V. S.<sup>a</sup>, em seu relatório, falado em reciclagem, em reaproveitamento, espero que os Srs. tenham uma atenção especial, para que o funcionalismo dispensado, posto em disponibilidade, seja reaproveitado nesses setores vitais de fiscalização, saúde e segurança. A educação é importante, mas eu consideraria a área de fiscalização, de saúde e de segu-

rança, porque até para estudar é preciso ter saúde e segurança.

Aqui vai uma sugestão nossa: fala V. S.<sup>a</sup>, aqui, em transferência para o Distrito Federal e cita que algumas repartições ainda mantêm um grande número na antiga Capital, o Rio de Janeiro. Ora, como não vivemos num País em condições normais - nosso País está em profunda crise, V. S.<sup>a</sup> sabe disso, daí essa reforma e esse programa, - este País vive uma crise habitacional, um déficit habitacional imenso, sobretudo em Brasília, onde os aluguéis são os mais altos do Brasil. Esperamos que o Governo leve em conta esse aspecto social. Transferir essas repartições e servidores para o Distrito Federal significa que teremos problemas ainda mais sérios aqui, nessa área.

Como estão sendo vendidas as mansões, os apartamentos, esperamos que o Governo possa ter um plano de construção ou de ajuda aos financiamentos, através dos órgãos, de habitações populares, para que se possa atender às transferências que vierem a ser feitas para Brasília.

A título de sugestão, eu gostaria de fazer duas perguntas: uma, não sei se causará risos, mas a outra acredito que não os causará.

V. S.<sup>a</sup> fala, aqui, justamente na página 4, em venda de mansões, venda de imóveis, casas, apartamentos e na venda de automóveis e dá a receita. Parabéns! V. S.<sup>a</sup> foi até modesto. Não fez referência às vendas de aviões que li nos jornais. Foram vendidas muitas aeronaves. Nessa área de aeronaves, V. S.<sup>a</sup> não precisa responder. Não sei se o Governo também pretende vender helicópteros. Daí a minha pergunta. Posso discordar, mas quero render as minhas homenagens à sua inteligência.

A respeito da Reforma Administrativa, V. S.<sup>a</sup> foi o grande responsável por ela, na área administrativa propriamente. E na página 2 diz o seguinte: "refere-se a uma nova configuração da estrutura organizacional do Poder Executivo". Na página 3, diz: "Entre órgãos e entidades foram extintos vinte e oito, entre ministérios, autarquias, fundações, empresas e outros órgãos públicos." Vai aqui a minha outra indagação, porque tenho ouvido alguns sussurros, alguns comentários.

Ilustre Secretário, V. S.<sup>a</sup> sabe que em matéria de reforma administrativa, nova organiza-

ção do Estados temos as duas superpotências: Estado Unidos da América e a URSS. São ainda duas superpotências, apesar das suas crises. Além desses dois países, poderia citar também o Japão, potência que se agiganta e, economicamente, está impressionando os Estados Unidos. Países em guerra, como Israel; e, finalmente, para não irmos tão longe, na Argentina, no Uruguai, no Chile, no Peru, não existe Ministério do Exército nem da Marinha, nem da Aeronáutica. Existe o Ministério da Defesa. V. S<sup>a</sup> tendo dito isso, ou seja, que todos os ministérios foram extintos... No caso, permito-me discordar, é uma questão teórica: não foram propriamente extintos. Houve fusão. É o que acontece na área dos partidos políticos e das sociedades mercantis. As vezes, sociedades de economia mista, sociedades por quota de responsabilidade limitada se transformam em sociedades anônimas. Mas não houve propriamente extinção; houve transformação. As vezes, duas sociedades se fundem. Houve uma fusão. Não houve rigorosamente extinção.

Entendo que não houve propriamente extinção dos ministérios. No meu modo de ver, houve a fusão de alguns ministérios, com a consequente redução do número e o aparecimento de novos ministérios, com novas denominações.

Considerando que já existe no mundo todo, considerando a profunda reforma que os Srs. estão fazendo — redução de ministérios etc. —, o Governo a que V. S<sup>a</sup> serve com tanta dedicação, a Presidência da República está cogitando de fundir os três Ministérios Militares e até o quarto, o Estado-Maior das Forças Armadas, em um único, que seria o Ministério da Defesa? Essa notícia tem alguma procedência? Na hipótese de não ser verdadeira, V. Ex<sup>a</sup> poderia dizer por que é contrário a essa fusão?

O SR. JOÃO SANTANA — Se V. Ex<sup>a</sup> me permite, não tenho conhecimento de nenhuma comissão que tenha estudado concretamente a questão específica da fusão dos três Ministérios Militares ou mesmo do quarto para que nós tivéssemos apenas o Ministério da Defesa. Eu não tenho notícia que exista essa comissão, pelo menos eu não fui participado; se ela existe eu não tenho participação diante dessa comissão. A notícia que eu tenho é que os três Ministérios Militares estão estudando no sentido de redução inclusive do pessoal militar para que se tenha uma poupança ainda maior de gastos do

Estado, com racionalização, fechamento de alguns setores — eu citei até o exemplo na primeira colocação quando eu disse que o Ministério da Marinha, por exemplo, já está fechando algumas bases navais que não têm mais sentido que elas existam.

Então, eu não tenho notícias específicas disso, mas posso me permitir um comentário de que é uma das alternativas de organização de um Estado moderno o Ministério da Defesa.

Esse tema já foi discutido durante o trabalho da Constituinte, é verdade, como V. Ex<sup>a</sup> disse, que grande parte dos países modernos organizam as suas forças armadas no sentido da organização e é uma hipótese a ser discutida e a ser trilhada.

Mas, de qualquer forma, devo dizer a V. Ex<sup>a</sup> que não tenho conhecimento de uma comissão que esteja estudando isto especificamente no momento; eu não estou participando de nenhuma comissão essa área. Agora, evidentemente, é um tema onde nós, que mexemos com a reforma administrativa e reforma do próprio Estado, temos interesse em que venha a ser montada esta comissão de tentar dar a nossa modesta contribuição de como é que poderia ser feita uma configuração de um ministério desse porte.

Eu responderia sim. Mas eu gostaria também, paralelamente, de comentar alguns temas que V. Ex<sup>a</sup> colocou.

Primeiro, na questão das casas em Brasília, os imóveis em Brasília. É sabido que Brasília é hoje a cidade de maior especulação imobiliária no País, com altos preços de aluguel e altos preços do seu imóvel, porque a União detém quase que o controle absoluto, principalmente dos imóveis situados no Plano Piloto, não só imóveis construídos como as projeções para construção, todos estão na mão da União.

Com a venda dos imóveis funcionais, nesse primeiro momento, dos 9.300 pertencentes à União (administração direta), e já também no segundo momento com a venda dos outros imóveis que pertencem às estatais e autarquias especiais, que somam mais outros dez mil imóveis no Plano Piloto e em algumas cidades satélites mais próximas, desbloqueia-se um mercado imobiliário que até agora estava extremamente seguro pelo Poder Público. Isso necessariamente contribuirá para que o preço do aluguel, o preço da moradia em Brasília caia. Mais do que isso está

uma ação toda da administração de que os vários órgãos e empresas públicas que possuem as projeções no Plano Piloto, em que podem ser construídas novas moradias, eles também fazem as concorrências, as licitações para que vendam essas projeções a particulares e eles possam fazer mais construções, contribuindo também para a queda do preço.

É importante dizer que na medida provisória enviada ao Congresso e que o Congresso votou dando autorização ao Poder Executivo para a venda das casas e dos apartamentos funcionais, é colocado na medida provisória — e o Congresso aprovou — que isso tudo ia ser montado um fundo para a construção de habitações populares em Brasília, não é no resto do País, mas em Brasília, com linhas de financiamentos mais propícias e evidentemente o funcionário público será uma das pessoas beneficiárias dessa questão do reaproveitamento.

Eu só me permita fazer uma colocação da questão da venda dos helicópteros. V. Ex<sup>a</sup> disse, por exemplo, que foi colocado em leilão no Banco do Brasil e não apareceu comprador no primeiro momento. Agora, há uma questão delicada porque o Banco do Brasil possui um helicóptero, ele comprou o helicóptero que emprestou ao Governo do Distrito Federal; o Governo do Distrito Federal usa para policiamento em Brasília. Então, o Governo do Distrito Federal diz: como vou ficar sem helicóptero? Mas, de toda maneira, o Banco do Brasil aprovou em assembleia a venda deste helicóptero; foi feito leilão, mas não apareceram compradores específicos; não é um material muito fácil de ser vendido.

No caso dos aviões nós temos feito a venda de várias dessas unidades. Paralisamos algumas vendas, a imprensa tem noticiado, é bom que se aproveite e exemplifique que foi na questão da venda de algumas aeronaves pertencentes à Funai; pretendíamos vender essas aeronaves e a Funai, quando precisasse dos serviços, licitava, comprava as horas de voo, o que fica muito mais barato. No entanto, fui alertado pela Funai que ela não conseguiria fazer isso porque infelizmente os aviões à disposição para aluguel de horas de voo nessa região onde a Funai mais trabalha, 99% deles são de propriedade do garimpo, do garimpeiro e o garimpeiro não aluga para a Funai e mesmo o piloto tem medo de trabalhar para a Funai sob contrato porque se ele trabalha uma vez

para a Funai, nunca mais ele tem trabalho com o garimpeiro. Então, temos que estudar de maneira mais delicada, principalmente quando temos uma série de endemias na questão dos índios, antes de vender essas aeronaves e verificar se não vai ocorrer um prejuízo maior.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Dr. João Santana, aproveitando a "deixa" do Senador Chagas Rodrigues, gostaria de fazer uma indagação: V. S.<sup>a</sup> foi até muito gentil na questão dos aposentados que foram excluídos da venda dos imóveis. Diga-se de passagem, a medida provisória havia condições de eles comprarem. Posteriormente, por iniciativa do Deputado Geraldo Campos, eu trouxe um projeto de lei, e o Presidente o sancionou. De tal modo que os aposentados foram contemplados.

A minha preocupação é com relação àqueles 10%. Até lhe fiz aquela pergunta naquela ocasião. Está havendo algum embaraço ou está tendo um desfecho normal as manifestações para as compras?

O SR. JOÃO SANTANA — Quero lembrar — o Senador colocou bem — que primeiro quanto a essa questão dos aposentados terem o direito, que na medida provisória original poderíamos ter resolvido isto por decreto, depois com o projeto de conversão, até talvez um problema momentâneo de redação, isso foi vetado. Acabou-se vetando aos aposentados, mas houve esse projeto de iniciativa da Câmara, e o próprio Senador procurou-me — e a imprensa noticiou — junto com o vice-Presidente Itamar Franco, e realmente o Governo não tinha nenhuma intenção de proibir que os aposentados, viúvas e pensionistas pudessem comprar os imóveis, porque a intenção primeira do Governo é vender os imóveis.

Na questão dos 10%, das primeiras 190 unidades que colocamos à venda na Octogonal, 100% deles se manifestaram pela compra e nenhum até agora se mostrou com dificuldade de fazer a taxa de 10%, porque é importante que, no decreto que regulamentava a venda, até por iniciativa não só nossa, mas dos Institutos dos Arquitetos do Distrito Federal, que participaram da elaboração do decreto que regulamentava a venda e mesmo, inclusive, de representantes dos funcionários públicos e do MOSIF, que participaram da elaboração do decreto que regulamentava a venda, fizeram questão de caracterizar que era necessário o desprezo na avaliação pela parte especulativa, da especulação

imobiliária, tendo em vista que Brasília — como todos sabemos e já dissemos — é a campeã da especulação imobiliária. Então, por isto, é evidente que tem dado uma diferença na avaliação dos imóveis entre 30 a 45%, porque essa diferença da avaliação de preço anteriormente praticado no mercado e a avaliação real é justamente o fator especulativo. Então, tem caído o preço, não no sentido de fazer uma coisa de graça, mas no sentido de praticar o preço real e sem especulação. E os 10%, portanto, não têm tido problema até agora no sentido da venda dos imóveis.

Como eu havia dito a V. Ex.<sup>a</sup> naquela oportunidade se, no curso da venda desses imóveis, verificarmos que há problema na questão de 10%, reavaliaremos, porque a intenção primeira do Governo é que se faça uma venda com equidade, que todos comprem, e nós, de uma vez por todas, nos livremos da administração de cerca de 20 mil imóveis, 9.300 na administração direta, mais 10 mil na administração indireta, de imóveis funcionais, porque não é função do Governo ficar administrando esses imóveis.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Secretário, não se trata de questão de segunda época, é uma oportunidade de se fazer um pedido de esclarecimento.

Como disse a V. S.<sup>a</sup> — tenho horror a este tratamento, mas aqui se obriga a chamar V. S.<sup>a</sup> — o Ministro da Saúde falou no desvio de função para garimpeiros. Ao responder ao Senador Jutahy Magalhães, V. S.<sup>a</sup> falou em cabos eleitorais que teriam sido nomeados em grande número, talvez de uns anos apenas para cá. Tenho a impressão de que eles foram promovidos a sargentos, Sr. Secretário, porque um dos mais votados Vereadores de Belém, Capital do Estado que represento, pertence ao PMDB. Então, acredito que seria muito importante que a Comissão Parlamentar de Inquérito tivesse uma relação conhecida por V. S.<sup>a</sup> para separarmos o joio do trigo. Amanhã, quando pedirmos para que haja um reforço do quadro sanitário, podemos ser inquinados de estar pedindo a nomeação de cabo eleitoral. Então, seria muito importante que soubéssemos quem é quem e como as coisas se passam, porque, na resposta que V. S.<sup>a</sup> me deu, admitiu que é possível — infelizmente devido à permanência do quadro nosológico da

Amazônia, ainda se pode pensar em admitir, não diria readmitir, pessoas qualificadas.

Finalmente, eu preferia dizer isto ao Ministro da Saúde, mas V. S.<sup>a</sup> está ecleticamente resolvendo os problemas.

Quando fui Superintendente da Petrobrás, tínhamos 32 equipes no interior da Amazônia, nos locais mais recônditos. E a malária grassava.

Havia o Ministro da Saúde chamado Pinotti, não sei se Mário Pinotti, que declarou extinta a malária na Amazônia. Quase chegou lá, porque ele passou a fazer obrigatoriamente com que os nossos caboclos se alimentassem com sal cloroquinado. Porque o quinino, como sabe V. S.<sup>a</sup>, ainda é hoje a grande arma contra a malária.

O Senador Pompeu de Sousa aqui diz que nunca teve malária, mas possivelmente teve outras coisas confessáveis, S. Ex.<sup>a</sup> pode saber que o quinino ainda é hoje o bálsamo nessa defesa.

Muito bem. Um certo dia eu recebi uma informação de que toda uma equipe estava com uma febre estranha. Toda a equipe que ficava no Amazonas, próximo à fronteira do Pará. E nosso médico foi lá para saber do que se tratava. Fez os exames e era malária. Por quê?

Porque a equipe tinha trocado o sal cloroquinado por sal comum. E qual a razão? Porque um miserável inventor de mentiras disse e fez vetular isso amplamente, que o sal cloroquinado exercia certas funções desastrosas para o homem.

De maneira que eu pergunto se, talvez, não se pudesse pensar nisso?

O SR. JOÃO SANTANA — Eu respondendo a V. Ex.<sup>a</sup> pois tenho a cópia do relatório que o Ministro da Saúde me passou, falando especificamente da Sucam e vou remeter à Comissão. E se a Comissão achar necessário, pode evidentemente, através de minha pessoa pedir mais esclarecimento ou mesmo convidar o Dr. Waldir Arcoverde, que coordenou toda essa questão da reforma administrativa na Sucam, para que ele, de viva voz, dê todos os depoimentos de como é que foi encontrado esse pessoal contratado irregularmente na Sucam.

É importante dizer, eu gostaria de frisar novamente, que desde o começo, na reforma administrativa — e eu tenho uma experiência com Sucam, que não

é na Amazônia, mas é no interior do Estado de São Paulo, no cerrado do sul do Minas e no cerrado do Estado de Goiás, onde vi sempre a presença da Sucam.

Em fazendas que foram abertas pela minha família era comum, a gente mal abria a fazenda, ainda tinha a casa de pau-a-pique, chegava o borrifador da Sucam, logo depois da pessoa que estava lá no trabalho.

Deve ser preservada e fortalecida ao máximo a Sucam, evitando-se que novamente aconteça esse tipo de ação.

De qualquer maneira, vou passar cópia desse relatório.

O SR. JARBAS PASSARINHO — O caso da Amazônia, diferentemente, por exemplo, de São Paulo e de outras regiões do Brasil, é a dificuldade de se borripar com DDT porque a casa só tem um compartimento fechado, que é o da procriação, e o outro, todo o resto, é aberto. E fica água retida em árvores e ali prolifera o mosquito.

Veja o que aconteceu agora com essa pobre tribo yanomami com a presença e a proximidade dos garimpeiros, imediatamente se deu, agora já epidemicamente a malária naquela região.

Quanto ao Dr. Arcoverde, eu tive a oportunidade de pertencer ao Governo em que ele era o Ministro da Saúde e eu peço permissão a V. S<sup>a</sup> para dizer que tenho por ele o maior respeito profissional e humano.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — São dois.

Bem, nós já estamos com a relação de perguntadores para o final. Eu fui solicitado para que o Sr. Deputado presente fizesse perguntas. É claro que, regimentalmente, não há abrigo esse tipo de intervenção. A Comissão Parlamentar Mista, neste caso para as duas Casas estão presentes e cada um dos representantes das respectivas Casas pode fazer a indagação.

Mas tem havido uma cortesia com relação à outra Casa, sobretudo ao Parlamentar presente; então após o último Senador que vier fazer a indagação eu passarei a palavra, caso ainda haja algum Deputado interessado para formular perguntas.

Passo, então, a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Sr. Presidente, Senador Maurício Corrêa, Sr. Vice-Presidente, Senador Lourival

Baptista; Srs. Senadores; Sr. Secretário da Administração Federal, Dr. João Santana; minhas Senhoras e meus Senhores:

Tanto a exposição do Sr. Secretário como as perguntas formuladas pelos eminentes colegas, com as respostas, trouxeram, nessa primeira audiência e depoimento desta CPI, um importante contributo ao meu relatório e V. S<sup>a</sup> deve ter observado que esse depoimento não é nenhum acerto de contas com V. S<sup>a</sup>, como alguns pensavam, por V. S<sup>a</sup> não ter vindo à Câmara ou porque não quis, até o presente, conversar com os Parlamentares e com membros do Congresso Nacional. Não é o caso. O que nos interessa é que longe de ser um acerto de contas, seja um início de uma caminhada conjunta visando o bem do País. Sou plenamente consciente de que V. S<sup>a</sup> está querendo o bem do País, mas é preciso acreditar que nós também queremos, isso que é importante, e com essa confiança mútua podemos trabalhar, porque não é a primeira vez que V. Ex<sup>a</sup> vai prestar o contributo importante que está prestando a esta Comissão e ao Senado da República, através desta CPI; vamos precisar mais. Eu, como Relator, tenho a requisitar uma série de documentos a V. S<sup>a</sup> e esperamos ser atendidos e com certeza seremos.

Portanto, é nesse espírito que queremos trabalhar, mas é preciso dizer, como já disse o Senador Jutahy Magalhães, se não me engano, que ainda não estamos satisfeitos com as informações colhidas até agora, também seria muita pressa, estamos apenas começando o nosso trabalho, seria muito apressado.

Há um ponto que eu gostaria de frisar, Sr. Presidente, Sr. Deponente, que é o seguinte: é impossível conceber adequadamente, no meu humilde entender, a reforma administrativa sem colocá-la no contexto. Isoladamente seria até fácil administrar. Bom, todo mundo sabe que para equilibrar as finanças de uma casa ou de um país é preciso cortar despesas, é um dos meios, é um dos caminhos. Cortando despesas como? Demitindo pessoal etc., evitando gastos supérfluos, isso é uma coisa clara, quem não entender isso não vai entender outra coisa. Mas não entendi até agora foi a lógica desse objetivo de diminuir despesas quando se está cortando, digamos assim, o sal e se está gastando ainda com caviar. Corta-se, por exemplo, o leite, mas não se está cortando o uísque. São figuras, não estou dizendo que isso

está havendo na administração. No meu entender está ocorrendo isso.

Por exemplo: o que representa os cortes que V. S<sup>a</sup> apresentou aqui? Despesas e sobre Despesas temos um número aí que não concordo. V. S<sup>a</sup> esteve em Recife e li no Jornal Diário de Pernambuco esse número que V. S<sup>a</sup> trouxe aqui: "A União gastou em fevereiro 80% das despesas correntes na folha de pessoal". Fiquei estarelecido porque pensei, então cochilei na Comissão de Orçamento, porque sou da Comissão de Orçamento, fiquei dizendo onde é que eu estava naquele momento quando se tratou disso? Será que eu estava dormindo lá na hora? Mas agora fico tranqüilo, mandei o assessor buscar o Orçamento. Esse dado que V. S<sup>a</sup> traz não é verdadeiro, é um dado incorreto. V. S<sup>a</sup> está induzido ao erro por dados incorretos. Aliás, este Governo, não é o privilégio de V. S<sup>a</sup> O Secretário da Economia, o Dr. Antônio Kandir, também confessou num depoimento na Comissão de Economia da Casa que absolutamente não sabia quanto era o PIB e que a variação ia de 280 milhões até 450 bilhões de dólares. Desse jeito não dá para raciocinar sobre números, acho que devemos raciocinar sobre princípios, sobre idéias, sobre respeito à pessoa humana.

Por exemplo, quando V. S<sup>a</sup> diz que em fevereiro 80% das despesas correntes foram feitas com pessoal, o Orçamento diz exatamente o contrário: não chega a 30%, e aqui está o Orçamento. Vamos considerar isso depois para saber qual é a tradução, afinal, de onde são essas fontes.

Mas essa não é a questão. Essa questão de número nós podemos acertar, afinal de contas isso aqui não é uma reunião de matemáticos, nem de estatísticos, é de políticos e de administradores que querem o bem do País.

Vamos, então, ao caso das perguntas e isolar a questão da reforma administrativa. Por exemplo, do problema das dívidas interna e externa, inclusive os recursos bloqueados que estão aí somando 170 bilhões de dólares fazem parte da dívida interna desse número também é passível de reformulação. Rendendo em média o serviço dessa dívida cerca de dez por cento ao mês, quanto é Secretário? (resposta fora do microfone). E o que equivale isso, se não se estão fazendo despesas sobre esse serviço da dívida, em face do corte dos servidores? O que representa isso? Está-se ou não cortando

leite e deixando o uísque? Está-se ou não cortando o feijão e deixando o caviar? Essa são perguntas que devem ser feitas? V. S<sup>a</sup> tem que falar sobre isso, não é uma mera opinião, não é uma mera divagação política. Mas gostaria exatamente de saber disso. Quer dizer, tem-se que ver o conjunto. E os subsídios?

Pelos dados que tenho aqui em mãos, Sr. Secretário, questão dos subsídios, nesse ponto concordamos, os elementos que temos aqui é que realmente, essa reforma administrativa poderia chegar em seus cortes, até 0,5% do PIB. Nesse ponto confere, V. S<sup>a</sup> falou também, que até 0,5% do PIB, com muito esforço, poderia ultrapassar essa taxa. Não foi o que V. Ex<sup>a</sup> falou?

Pois bem, quanto é 0,5% do PIB? O Secretário Antônio Kandir da Economia não sabe quanto é o PIB, mas em geral se convencional, dizendo-se que ele oscilar em trezentos e cinquenta bilhões de dólares, mais ou menos isso.

Pois bem, se for esse número, que é mais ou menos aceito em trezentos e cinquenta, trezentos e oitenta bilhões de dólares, digamos que isso representa, 0,5% do PIB, representa 1,75 bilhões de dólares.

Esses cinco por cento do PIB, seriam a economia com a reforma administrativa, 1,75 bilhões de dólares.

Quanto é o subsídio concedido pelo Governo Federal a duas empresas? Vou citar as empresas. Subsídios concedidos pela Eletrobrás a duas empresas: Albrás no Pará, e a Alumar, no Maranhão, por ano, quanto é? Um vírgula vinte e cinco bilhões de dólares.

Não quero discutir o mérito desse subsídio. Não quero discutir. O que quero dizer é que se deve discutir as coisas mais amplamente. Gostaria de discutir a reforma administrativa dentro desse contexto, e não isoladamente. Porque isoladamente também aplaudo V. S<sup>a</sup>, estou de acordo, é para sanear então vamos cortar. Agora aí só havia um aspecto é que havia os aspectos sociais, humanos, até dramáticos, de suicídios, que nós poderíamos também ver, porque faz parte do Governo que quer o bem social, que não quer apenas sanear a economia, mas sanear os desequilíbrios sociais tem que olhar esses aspectos também. Mas se apenas para diminuir despesas é muito fácil, vamos cortar isso, vamos cortar aquilo, etc.

Mas se é para reformar a sociedade, então era preciso ter uma visão do conjunto, e não só da parte estritamente administrativa.

Tinha uma pergunta a fazer a V. S<sup>a</sup> Agora já vamos entrar numa parte mais diferente, porque V. S<sup>a</sup> se referiu à reforma administrativa como uma consequência da vontade popular, expressa nas urnas. Se não me engano, foi no início da exposição de V. S<sup>a</sup>: "O povo quer essa reforma popular". Sobre esse assunto, o então candidato, Governador Fernando Collor de Mello, em carta compromisso dirigida às entidades representativas dos servidores públicos, textualmente se comprometeu, como candidato à Presidência da República, nos seguintes termos:

"Proclamo solenemente, que aqueles que trabalham e se devotam ao serviço público, com eficiência e operosidade, não têm o que temer de mim. Receberão sempre prova de apreço, reconhecimento e retribuição adequada:

Palavras de compromisso do Presidente Fernando Collor de Mello.

E foi, com certeza, que o servidor votou no candidato Fernando Collor de Mello por causa dessas palavras, deve compromisso. Agora, é de se perguntar a V. S<sup>a</sup>: V. S<sup>a</sup> está tranquilo? Esse compromisso está sendo cumprido mesmo V. S<sup>a</sup> poderia dizer: "Bom, mas aos servidores é que compete responder a sua pergunta". Não V. S<sup>a</sup> é um membro ilustre do Governador, que assumiu esse compromisso com o servidor público. Esse compromisso está sendo cumprido em todas as suas palavras? "Isto é, aqueles que trabalham e se devotam ao serviço público com eficiência e operosidade não têm o que temer de mim. Receberão sempre prova de apreço, reconhecimento e retribuição adequada".

Outra pergunta, e aqui vamos mais às questões, não digo menores, mas às questões menos amplas.

A questão das mansões a que V. S<sup>a</sup> se referiu na sua exposição inicial. Venda de apartamentos, carros e mansões. Representa alguma economia para o País vender mansões em Brasília com desbocamento dos depósitos em cruzados novos?

V. S<sup>a</sup> leu no *Correio Brasileiro* a informação até hoje não desmentida, e pedi informação ao eminente Líder do Governo, Senador José Ignácio, e até

hoje, infelizmente, não obtive resposta sobre aquela notícia de que, quando no leilão de um grupo de um lote de mansões, um dos compradores pagou em cruzados novos, portanto, com recursos que estavam bloqueados, como o de todos os pequenos poupadores, mas ele era um grande poupador; pagou uma importância, se não me engano, de 45 milhões por uma mansão - não tenho os dados aqui agora. Mas logo, antes de levantar-se da sua cadeira, um comprador pagou-lhe uma importância em cruzeiros - não mais em cruzados novos - superior. Onze milhões de cruzeiros a quantia que ele pagou em cruzados novos à administração. V. S<sup>a</sup> leu essa notícias? O que diz sobre ela?

Pergunta que parece menor também e não tem nada de pessoal, absolutamente, acredito. Qual é o carro que V. S<sup>a</sup> usa? É oficial? É alugado ou é o seu carro particular, no seu serviço, como Secretário de Administração?

E órgãos que venderam carros em leilões ruidosos ocorridos em Brasília, no Rio de Janeiro, em Recife? Órgãos, por exemplo, como o DNOCS, tipicamente de ação no interior, dos altos sertões, no semi-árido do Nordeste? Naquele leilão venderam, inclusive, carros utilitários, camionetes e hoje os técnicos não têm como fazer o serviço de inspeção das obras contra as secas, porque os veículos foram vendidos. Como V. S<sup>a</sup> explica isso? Para que tanta fúria, tanto zelo, em não dar instrumentos de trabalho à administração?

A questão do Inbra a que V. S<sup>a</sup> se referiu. É claro que é uma aberração! Mais da metade dos servidores do Inbra estará aqui, em Brasília. A não ser que o plano de Reforma Agrária começasse pelo Distrito Federal. Então deveria estar num órgão de repartição, não do Inbra Federal, mas do Distrito Federal.

Concordo inteiramente que os servidores não deveriam estar em Brasília. Mas, não seria mais importante, principalmente diante dos compromissos do Governo com a reforma agrária, que esses funcionários fossem fazer a reforma agrária em Tocantins, em Goiás, no Bico do Papagaio, em Pernambuco, etc., em vez de serem demitidos? Que esperança temos, a sociedade brasileira, de uma reforma agrária se os funcionários estão na rua muitos deles experientes, treinados e preparados para fazer a reforma agrária, e que não a fizeram porque nenhum Governo, até agora, quis fazê-la, até hoje.

Em vez de demiti-los não seria melhor aproveitá-los para fazer a reforma agrária? Por que demiti-los, se o Governo Collior quer fazer a reforma agrária? Esse que é o problema. Eu não entendo!

V. S<sup>a</sup> diz que o Parlamentarismo — e deu a entender que o Parlamentarismo virá em breve, na reforma constitucional, e nesse ponto tem toda a minha solidariedade política de que venha, realmente, o Parlamentarismo — exigirá alto índice de profissionalização no serviço público. Concordo inteiramente, perfeitamente. Mas como entender o Parlamentarismo em 1993, como esperamos e vamos nos esforçar para isso, através da vontade do povo, depois do plebiscito, da decisão popular, introduzindo-se o parlamentarismo, como querer a alta profissionalização dos servidores se profissionais, gente de alta capacidade está sendo jogada fora, na ociosidade forçada que se chama disponibilidade? É um ócio vitalício essa disponibilidade.

Ainda mais que — vamos ver isso agora, não posso me antecipar, sou o relator, por que vou me antecipar? Mas não posso entender o jurista e o constitucionalista se há isonomia, se há igualdade perante a lei, principalmente depois da sábia decisão do Supremo Tribunal, de uns trabalharem para ganhar e outros ganharem sem trabalhar. Tudo igualzinho no salário, mas uns estão em casa e outros estão na repartição. Como pode isso? Como vai ser possível? Vamos avaliar isso. Esse é o quadro que está agora. Então vamos avaliar.

Eu diria: vamos ao caso da Sudene: quantos servidores foram demitidos na Sudene? 588, 700...? A meta era cerca de 800. V. S<sup>a</sup> responderá depois, é uma pergunta para ser anotada. Mas pelos meus dados, além das centenas de copieiros, motoristas, porteiros, ascensoristas que foram demitidos na Sudene, um dado impressionante, não por ser de nível superior, mas porque todos concordamos em que o País precisa de cérebros. Quanta dificuldade, quanto investimento, quanto gasto para se formar um técnico de nível superior. Pois bem, pelos dados que tenho, a Sudene acaba de demitir ou colocar em disponibilidade 306 cérebros, 306 técnicos de nível superior: agrônomos, economistas, administradores de empresa, geológicos, geógrafos, procuradores etc., colocados no ócio forçado.

Recebi um carta de um senhor, que vou passar para a Presi-

dência da CPI, que vai ficar no meu relatório, onde ele diz o seguinte:

"Fiz trinta cursos pagos pelo Governo — trinta cursos" — e repete — "eu disse trinta; no Brasil e no exterior. Estava trabalhando e ainda tenho para a frente oito a dez anos de serviços a prestar ao órgão. Estava trabalhando em diversas universidades do Nordeste, pelo desenvolvimento nacional e regional, a serviço da Sudene. E leio no Diário Oficial a minha colocação em disponibilidade." E ele pergunta: "Isso é justo para o País? Isso é economia para o País? Alguém em quem o Estado, portanto, a sociedade, o contribuinte, investiu em trinta cursos no Brasil e no exterior, e agora é colocado para fora, em disponibilidade — para ganhar, é verdade."

Chegou a tal ponto, Sr. Secretário de Administração, que esses 306 técnicos e mais técnicos de nível médio formaram — isso estava dizendo há pouco no plenário do Senado — a Sudene paralela. Disseram: "Não, não é justo recebermos sem trabalhar. Vamos formar um grupo" — que logo foi chamado de Sudene paralela — "vamos prestar assessoria gratuita aos governos dos municípios e dos estados, porque o Governo Federal não precisa da gente, já é rico, já tem servidores suficientes, e então, é claro, se precisasse não nos colocava na rua." E vão prestar. E alguns prefeitos e governadores, a começar do Governador pelo meu Estado, estão recebendo com bom grado essa contribuição, esse presente que V. S<sup>a</sup> dá às administrações estaduais e municipais, através da dispensa, da colocação em disponibilidade de 306 técnicos de nível superior, além dos servidores.

Acho isso realmente grave! Quería que V. S<sup>a</sup> nos explicasse porque essas coisas ocorrem na administração e se isso realmente corresponde àquele espírito da reforma administrativa?

Ainda sobre a questão dos números, tenho aqui uma informação que é trazida pelo **Jornal do Brasil** de terça-feira, dia 24 de julho, intitulada "INAMPS tem menos servidores do que sonha demitir no Rio". E a matéria é longa — não vamos perder tempo — mas, em suma, diz o seguinte: que os números que estão sendo anunciados para certas repartições, o número de cortes e disponibilidades são superiores aos

próprios funcionários da repartição. Que matemática é essa? Que milagre da multiplicação dos pães é esse? Como é que se pode explicar essa coisa? O mais grave é a matéria que traz a **Folha de S. Paulo**. Não sei se esse jornal é a favor ou contra o Governo, não sei se é questão de oposição — isso fica por conta da **Folha de S. Paulo** — mas como é um jornal de respeito, vou aqui traduzir, até porque quanto aos dados oficiais — a não ser o **Diário Oficial** — temos muitas dificuldades em obtê-los. O Banco Central nos nega dados, assim nós não podemos raciocinar sobre os mesmos. Às vezes temos que recorrer à imprensa, quando a imprensa é que devia procurar esses dados conosco. Mas isso ocorre devido à dificuldade que temos em obter esses dados. Mas, a **Folha de S. Paulo**, do dia 22 de julho, traz uma matéria intitulada. "Cai a meta de demissão no Governo". É uma matéria de capa. E diz que V. S<sup>a</sup> — eu estou traduzindo a notícia — como Secretário de Administração não tem o menor controle sobre os números sobre os quais está tentando operacionalizar a chamada reforma administrativa. E dizia ainda que esses números são inexatos e manipulados. A afirmação não é minha porque eu não tenho elementos para fazê-la; é do **Jornal a Folha de S. Paulo**, do dia 22/7. São dados manipulados para que o cumprimento da meta pareça mais próxima do que de fato é.

O levantamento mais recente diz que 196 mil servidores já foram afastados. Isso não passa de projeção que inclui dispensas, aposentadorias voluntárias e demissões que os ministérios prometem fazer, sem fixar prazo ou garantia. Além disso, computa o afastamento de estagiários, prestadores de serviços e outras categorias sem ligação efetiva com o serviço público que somam 109.346 "dispensados". Em resumo, as notícias sugerem que o Governo não tem nenhum controle sobre os números efetivos da reforma administrativa e que está querendo dar impressão de que está cumprindo alguma meta, por determinadas razões que não são absolutamente claras. Os critérios que estão presidindo a reforma administrativa continuam obscuros. Em outras palavras, é calculado nessas informações, as quais V. S<sup>a</sup> terá a oportunidade aqui de contestá-las, essa reforma administrativa realmente está sendo *pour épater le bourgeois*; é só mesmo para dar impressão de que o Governo está fazendo alguma coisa. Aliás, o Presidente Fernando Collor de Mello

dá essa impressão. Na entrevista do Senhor Presidente da República ao **Correio Braziliense** de quarta-feira, dia 4 de julho, Sua Excelência diz claramente — o Presidente é de uma franqueza e de uma clareza que eu considero graves —. Sua Excelência diz que essa reforma administrativa foi feita porque tinha que balançar o País; tinha que fazer alguma coisa para dar satisfação. Palavras textuais do Presidente, respondendo à entrevista no **Correio Braziliense**.

A pergunta é a seguinte: "Mas aí, a meta de 360 mil demissões não foi muito ousada e anunciada muito cedo? O Presidente responde: "Tudo depende do estilo. É a tal coisa, isso depende muito da maneira como você queira fazer". Aí na frente diz: "Nós tínhamos que, de alguma maneira, balançar o País, acordar o País. E lá na frente a pergunta: "Mas aí a meta de 360 mil demissões não foi muito ousada e anunciada muito cedo? Sua Excelência diz: "Tudo depende do estilo — novamente diz —, é a tal coisa, isso depende muito da maneira como você queira fazer. Nós tínhamos que, de alguma maneira, balançar o País, acordar o País."

E o que nós verificamos também em todos os jornais, uns mais, outros menos, nunca foi a crítica — e isso é muito interessante —, por que, eventualmente, estivesse procedendo à dispensa no serviço público, mas sempre foi: "Poxa, prometeu 360 mil e até agora só demitiu 60! Cadê os outros 300? etc."

Sobre critérios, o Presidente se refere a alguns critérios nas estatais, mas não esclareceu quais são. Então, realmente, o que me parece interessar sumamente a esta CPI é comparar os resultados da reforma administrativa, e seria, uma grande alegria e satisfação para todos nós saber, ao final deste trabalho, que ela contribuiu para sanear e equilibrar as finanças do País, mas não basta isso, para dar um equilíbrio geral na sociedade, vendo os aspectos sociais etc. O importante é saber realmente como, qual foi o caminho, quais os critérios, porque isso não ficou claro.

O Senador Jarbas Passarinho leu um elenco, mas parece-me que são intenções que quando chegam na prática são bem diferentes. Já temos elementos de algumas repartições onde o chefe escolheu de acordo com critérios meramente pessoais, mas isso é coisa que não vai ao caso, porque isso precisa ser apurada, a CPI precisa

apurar. Houve denúncias que outras demissões ocorreram através de critérios políticos, havia interesse em depenar certos elementos que, digamos, causavam perturbação. V. S<sup>a</sup> foi militante da esquerda e sabe muito bem o que é isso. Então, realmente, em certos órgãos, ocorreram denúncias de perseguições políticas. Há elementos ligados a sindicatos — V. S<sup>a</sup> sabe que há alguns servidores que estavam com estabilidade temporária — foram demitidos — e a Justiça já mandou readiti-los — como perturbadores da ordem dentro da administração. Então, tudo isso é importante dizer.

Acho que V. S<sup>a</sup>, respondendo a essas indagações, por enquanto já agradecemos profundamente e mais uma vez reitero o desejo para que nosso diálogo seja franco, produtivo, sincero diante do interesse de trabalharmos juntos pela recuperação, pela meta, pelo menos do que se propõe, da reforma administrativa: sanear as finanças e ver como se conserta este País.

Parabenizo a exposição tranqüila de V. S<sup>a</sup> apenas com este reparo: de que ela precisava estar dentro de um contexto mais amplo e não só dentro desse objetivo que é estreito, que é a reforma administrativa. Por mais importante que V. S<sup>a</sup> seja como Secretário do Governo Federal, e o é, achamos que outras pessoas responsáveis, importantes, a Ministra da Economia, Fazenda e não sei o que mais, e o próprio Presidente da República realmente estão acima desse setor. Parabenizo V. S<sup>a</sup> e agradeço a atenção dispensada e a resposta que vamos colher de V. S<sup>a</sup>. Muito obrigado.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Concedo a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Antes que o depoente comece a responder as perguntas feitas pelo Relator, eu gostaria não de referir-me às perguntas, mas sim ao breve preâmbulo que foi feito antes, para pedir um aparte ao nobre Relator. Se bem ouvi, parece que S. Ex<sup>a</sup> declarou que entre os subsídios proporcionados pelo Governo Federal às duas empresas, entre elas a Albrás, o volume chegaria a mais de 1 bilhão de dólares, foi isso que ouvi?

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — O número que tenho é de 1 bilhão e 25 milhões.

O SR. JARBAS PASSARINHO — 1 bi? Milhão de milhão?

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Sim!

O SR. JARBAS PASSARINHO — Peço a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador, que assim como V. Ex<sup>a</sup> diz que o Secretário poderia estar induzido a erro, provavelmente em números, V. Ex<sup>a</sup> também está. Porque lembro a V. Ex<sup>a</sup> que fui à tribuna e consegui que a maioria do Congresso derrubasse a emenda apresentada pelo Deputado Maurício Ferreira Lima. Na ocasião, o Deputado era muito mais modesto que V. Ex<sup>a</sup>; S. Ex<sup>a</sup> criticava os subsídios dizendo que eram 250 milhões e não bilhões... V. Ex<sup>a</sup> já traz um bilhão! O dado de que disponho e que passo a V. Ex<sup>a</sup>, em relação a Albrás, em relação a Alumar, há maranhenses. Colegas nossos que poderão falar, mas em relação a Albrás falo eu. O valor é de 18 milhões de dólares...

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Anuais?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Anuais. E não se trata de subsídios, nobre Relator! Trata-se de tarifas favorecida temporariamente...

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Especial?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Especial!... Sem o que não teríamos condições de competir com outros fornecedores de produtos acabados que têm no insumo principal a energia elétrica.

Então, antes de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, dar a palavra ao nobre depoente, eu gostaria de colocar esta questão para ficar, pelo menos, ganhando o direito da dúvida, o benefício da dúvida, em relação aos números do ilustre Relator.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jarbas Passarinho, que esses números não serão colocados no meu relatório, sem serem checados. Tenho os números em mãos, como tenho os do Secretário, como tenho outros. Agora, se eles se referem a todos os subsídios da Eletrobrás, ou subsídios a essas duas empresas, e me parece que houve uma pequena confusão, ou grande, um bocadinho grande.

V. Ex<sup>a</sup> não tem os dados da Alumar; mas se um é 18, e tenho muito mais razão de seguir a informação que V. Ex<sup>a</sup> traz, porque é do Pará, porque estudei o assunto, inclusive acompanhei o seu debate em plenário, quando da votação da

medida provisória; então, não há por quê; eu não iria colocar. Levantei isso para dizer que há uma confusão terrível!

O SR. JARBAS PASSARINHO - E há um conflito! Não sei se V. Ex<sup>a</sup> recebeu informações partidas, por exemplo, do Sindicato de Eletricitários. Eles já dizem outra coisa. Eles dizem que não são 18, mas 98. De qualquer maneira, Poincare, o matemático - não o Presidente - dizia que quando se parte de uma premissa errada, chega-se, necessariamente, a uma conclusão errada. Mas, nem sempre partindo de uma premissa certa, se chega a uma conclusão certa.

Então, peço a V. Ex<sup>a</sup> que medite sobre isso. Porque foi uma colocação muito importante, no preâmbulo de V. Ex<sup>a</sup>, quando disse que estavam cortando o leite, mas proporcionando o uísque...

O SR. RELATOR (Mansueto de Labor) - Justamente.

O SR. JARBAS PASSARINHO - Aliás, V. Ex<sup>a</sup> só não deu a marca. (Risos)

O SR. RELATOR (Mansueto de Labor) - Para não fazer comercial. (Risos)

Primeiramente, gostaria de dizer que não estar contra as duas empresas e o subsídio. Porque estou preparando com assessores uma proposta de subsídios, que estão suspensos para o Nordeste.

Não vejo por que não se reiniciar os incentivos para empresas do Nordeste.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Nobre Senador, não vou contestar V. Ex<sup>a</sup>

O SR. RELATOR (Mansueto de Labor) - Segundo ponto, nem contra a Albrás, nem contra a Alumar.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Não tenho os dados reais sobre os subsídios da Alumar, no Maranhão.

Mas, pouco me importou o que V. Ex<sup>a</sup> disse, porque, V. Ex<sup>a</sup> não fez acusações, nem ficou contra os subsídios.

O SR. RELATOR (Mansueto de Labor) - Nenhuma, absolutamente.

O SR. ALEXANDRE COSTA - V. Ex<sup>a</sup> traçou um paralelo para se identificar da realidade da vida nacional.

O SR. RELATOR (Mansueto de Labor) - Perfeitamente.

O SR. ALEXANDRE COSTA - E confesso a V. Ex<sup>a</sup> que me agradou muito nas perguntas que fez, todas elas.

O SR. RELATOR (Mansueto de Labor) - Muito obrigado. Não só não entrei no mérito, mas disse que, ao contrário, não estava discutindo o mérito. V. Ex<sup>a</sup> disse que não é subsídio. Mas não entendo. É uma vantagem, seja qual for. Quer dizer, um preço abaixo do preço comercial, e me lembro muito bem da explicação que V. Ex<sup>a</sup> deu, em plenário, que é pelo fato de que se trata de uma única ligação, portanto, de um serviço único, em comparação com a distribuição com milhares de outros pontos, o que eleva o custo daquele serviço, daquele produto distribuído. Tudo isso está muito bem. Mas, de qualquer maneira, é uma diferença a menos de preço.

O SR. JARBAS PASSARINHO - Eu não gostaria de prosseguir, mas o aparte do Senador pelo Maranhão me obriga a fazê-lo, se V. Ex<sup>a</sup> pacientemente me ouvir.

V. Ex<sup>a</sup> não criticou e criticou. Porque, quando V. Ex<sup>a</sup> comparou, mostrou que enquanto o Governo está fazendo cortes em coisas essenciais, no julgamento de V. Ex<sup>a</sup>, está proporcionando a duas empresas a fabulosa quantia de 1 bilhão e não sei quantos milhões de dólares, para duas empresas, como sendo elas as favorecidas.

Então, veja V. Ex<sup>a</sup> que há implícito no refofo do pensamento de V. Ex<sup>a</sup> uma crítica nítida, que, evidentemente com honestidade que todos lhe reconhecemos, V. Ex<sup>a</sup> coloca para juízo e não em definitivo. E também fica demais para o Relator, na primeira reunião desta CPI, chegar ao relatório final.

O SR. RELATOR (Mansueto de Labor) - Quer dizer, independente do número, V. Ex<sup>a</sup> considerou um exemplo um tanto infeliz no caso.

O SR. JARBAS PASSARINHO - Sim, pelo valor. O valor seria excessivo; neste caso sim, daria ênfase à comparação que V. Ex<sup>a</sup> faz.

Agora, é um assunto a ser ainda contestado. Inclusive, o número que tenho, que é dado pela própria Eletronorte, que, aliás, devo dizer a V. Ex<sup>a</sup> está em situação muito difícil, porque, não as multinacionais, ou, aliás, multinacional Albrás não é brasileira, com controle acionário da Vale do Rio Doce, é uma joint venture com os japoneses. Sem

o que, talvez, não tivéssemos construído Tucuruí, para a alegria do Sr. Lutzemberg.

Mas, de qualquer modo, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que é uma velha questão, entre nós, já disse uma vez que em matéria de "berg", prefiro o Golden.

Nesse caso, é uma colocação importante, porque temos um contrato feito para uma duração de vinte anos. E foi assim que os japoneses se interessaram pelo projeto. Quanto ao caso Alumar, o Senador acha que não tem os números.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Eu não compreendi assim como o Senador Jarbas Passarinho compreende. É claro que o Relator fez a comparação. Mas eu tenho a obrigação de confiar na responsabilidade intelectual do Relator, que, quando for fazer a sua crítica no Relatório, S. Ex<sup>a</sup>, que apenas fixou os dados do subsídio, terá que fixar também os dados da vantagem que traz tanto a do Maranhão quanto a do Pará para a Nação brasileira. Foi por isso que não intervi, não aparteei e confio que será feito.

O SR. RELATOR (Mansueto de Labor) - Muito obrigado. Agora eu só queria dizer que, se por ventura os dois exemplos e os números não foram adequados, é claro que, no meu relatório, nós vamos discutir isso. A lógica, o raciocínio forem nessa linha de que se é para cortar aquilo que S. Ex<sup>a</sup> chama gorduras, às vezes, ossos, e, às vezes, até músculos, então vamos ser consequentes.

E a questão do serviço da dívida e dos juros sobre a qual o Governo não está falando? Aí o raciocínio, no meu entender, não tem contestação dos Srs. Senadores. O Senador Jarbas Passarinho, com certeza, não se referiu a isso, portanto, admitiu o meu raciocínio.

Quanto à questão do serviço da dívida, o número não é perfeito nem infalível, mas, pelos dados que tenho, a dívida externa já diminuiu um pouco por qualquer motivo, pela questão da conversão. A dívida interna, incluindo os recursos bloqueados, chega a 170 bilhões de dólares. Isso está custando em média 10% ao mês, de juros. Isso é importante ou não? Isso representa quantas vezes a mais?

O SR. JARBAS PASSARINHO - Peço a V. Ex<sup>a</sup> que se atenha ao exemplo que eu dei.

Agora, eu gostaria que nós encerrássemos, porque estou vendo que o nobre depoente

está ansioso por responder às poucas perguntas que recebeu.

O SR. ALFREDO CAMPOS - Nobre Senador Mansueto de Lavor, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me permitisse também uma intervenção. Será muito rápida.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) - Se eu estiver com o aparte, porque nós temos tempo, mas não sei se o Sr. Secretário tem algum compromisso. V. Ex<sup>a</sup> tem o aparte.

O SR. ALFREDO CAMPOS - Pelo que estou vendo, e sentimos muito, esta reunião hoje só tem como Senadores que não pertencem ao Norte e Nordeste o Senador-Presidente e eu V. Ex<sup>a</sup> acaba de dizer que vai propor, através de um projeto de lei, subsídios para o Nordeste. Gostaria, como representante de Minas Gerais, que V. Ex<sup>a</sup> colocasse o resto do Brasil e principalmente o meu Estado, porque subsídio não pode ser dado só ao Nordeste, tem que ser dado a todas as áreas necessárias do País.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Mas Minas Gerais já está incluída. Só se V. Ex<sup>a</sup> quisesse incluir o resto.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) - Queria que nós agora nos ativessemos à finalidade da reunião e da convocação do Sr. João Santana.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) - Isso é bom porque dá um ar de descontração. Eu tenho que encerrar, mas isso é bom para o Secretário ver que precisamos trabalhar descontraidamente. Os problemas estão aí para que os superemos.

Sr. Presidente, eu não poderia terminar esse questionamento sem me referir a um fato ocorrido aqui mesmo em Brasília, com um ex-alto executivo da Administração Federal que se demitiu ao ser encarregado de demitir. Isso já foi assunto divulgado na imprensa, já foi discutido. O Senador Pompeu de Sousa fez um pronunciamento sobre isso. Trata-se do caso do Dr. Ivan Moraes Rego e da sua carta publicada na imprensa. É uma carta longa, que eu não vou ler, mas todos se lembram de seu teor. Até hoje nem o Sr. Ministro do Trabalho, nem o Sr. Secretário da Administração deram uma linha de esclarecimento ou de contestação aos termos daquela carta. Seria importante termos isso aqui. V. Ex<sup>a</sup> leu a carta, Sr. Secretário?

O SR. JOÃO SANTANA - Tomei conhecimento.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) - Então, seria bom dar uma palavrinha sobre ela, porque realmente ela retrata o quadro que o País enfrenta. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO SANTANA - Muito obrigado e eu vou tentar responder a essa gama de perguntas imbricadas, como disse o nobre Senador Jarbas Passarinho, o mais rapidamente possível.

Em primeiro lugar, Senador, caso V. Ex<sup>a</sup> me permita, a questão dos subsídios. É ficou evidente aqui porque é um tema mais atinente a esta Casa e à Câmara dos Deputados. Quer dizer, a própria medida de iniciativa do Poder Executivo, recentemente, visando a revisão dos subsídios concedidos foi enviada para este Poder, e esses, inclusive, foram aprovados pelo Congresso Nacional. O Executivo nada tem a dizer, o Executivo obedece à uma determinação do Poder Legislativo, do Congresso Nacional, e procura, dentro dos seus recursos, conceder o que determina o Poder Legislativo. Posso discutir com V. Ex<sup>a</sup> enquanto brasileiro e como cidadão se são ou não justos determinados subsídios, se o subsídio está sendo apropriado, coletivamente, pela sociedade brasileira, se apenas por um setor da economia, se um desenvolvimento que não é prioritário para a economia do Brasil está sendo privilegiado, mas é uma questão pessoal. Acho que aqui não cabe tempo e nem eu teria a arrogância de colocar num fórum tão importante opiniões pessoais que até não dizem respeito propriamente à questão da reforma administrativa. Ainda ousou dizer que a questão do subsídio, como já aconteceu através da medida provisória proposta pelo Poder Executivo, começa a ser revista por esta Casa, o Senado Federal, particularmente tem uma importância vital porque tem o equilíbrio dos Estados, pode-se resolver a questão da desigualdade regional por uma Câmara igualitária, uma segunda instância, uma boa organização do poder republicano e dos países democráticos. V. Ex<sup>a</sup> mesmo disse que há projetos de revisão dos subsídios para o Nordeste. Sem dúvida outras regiões também terão a colocar a questão dos subsídios, tenho certeza de que chegar-se-á a um bom termo na questão dos subsídios. Que contemple o equilíbrio das finanças do Estado e que esses subsídios sejam colocados para projetos evidentemente de desenvolvimento e, mais do que isso, que sejam apropriados pelo conjunto da sociedade e não apenas

por setores. Tenho certeza disso.

Em relação à dívida externa, ao pagamento, nós não estamos pagando, nobre Senador. Há uma moratória, uma moratória que nós já herdamos do governo passado. Não temos despesas neste sentido, não só em relação aos juros como em relação ao principal. Mesmo a questão das conversões, que foram paralisadas pela atual administração do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Estão havendo apenas conversões autorizadas e que eram direitos adquiridos. Este Ministério deixou de autorizar não somente as conversões como os relandings, por exemplo, - porque todos esses itens são bases de expansão monetária - e V. Ex<sup>a</sup> tem razão, e aí concordamos com esse ponto - são altamente inflacionários; está no programa do Presidente Fernando Collor com todas as letras: não permitirá que no primeiro ano o Governo pague mais do que 2% do seu PIB com encargos da dívida externa. Essa promessa vai ser cumprida de longe, porque nós já estamos na metade do ano e não pagamos nada ainda dessa dívida externa.

Em relação ao PIB, já que tocamos neste assunto, devo fazer um esclarecimento. Não é só o Professor Antônio Kandir que tem dificuldade de saber de quanto é o PIB brasileiro, eu também tenho. E todo economista brasileiro, ou homem de finanças tem porque pela variação do dólar brasileiro, nós temos de sempre ter... Qual é o dólar que está sendo empregado para a avaliação do PIB naquele instante? Isso é uma questão básica para todos os economistas. Há uma inversão no ponto de vista do cálculo do PIB brasileiro que é feito em dólar, porque pela sistemática orçamentária deve ser na moeda nacional, cruzados ou cruzeiros. Então, quando se faz o orçamento, e o orçamento está em cruzeiros ou cruzados, nós termos de convertê-lo a dólar a que prioridade, a que momento? Qual é a defasagem? Então, há uma dificuldade. Não é uma dificuldade do Professor Kandir, mas uma dificuldade acadêmica dos economistas, não só brasileiros, mas de todos os economistas. Os que estudam finanças públicas, os que acompanham o debate nacional e o debate econômico sabem disso. Por isso que varia. O Deputado José Serra, por exemplo, diz que o impacto com folha de pagamento poderia chegar a 9% do PIB. Eu vi o nobre economista, Deputado Delfim Netto, dizer que era 7%. Há uma diferença de base de

cálculo de PIB. Seja 7, seja 9 ou seja o PIB de 300, seja de 200, o importante é que é muito dinheiro aqui ou no Japão, e dinheiro mal empregado que foge ao objeto social. Essa questão gostaria de frisar e deixar claro. Quer dizer, respondendo à questão do subsídio e respondendo a questão dos encargos externos.

Quero lembrar ao nobre Senador que participo do Governo Collor com muito orgulho, e particularmente na questão da dívida externa, porque participei da ousada e histórica iniciativa, muito combatida, mas que defendo até hoje, da primeira moratória do Brasil em fevereiro de 1987 quando trabalhava com o então Ministro Funaro e fiquei isolado, com poucos companheiros no apoio a essa moratória. Lembro efetivamente disso e dou razão a V. Ex.<sup>a</sup> porque V. Ex.<sup>a</sup> foi um dos poucos, inclusive, que se levantou a favor da questão da moratória, participando posteriormente da CPI sobre a dívida externa.

Eu tenho um compromisso de consciência, talvez até um pouco pela minha exagerada militância de esquerda em outros tempos, em relação à questão da moratória, em relação à dívida externa brasileira, aos demandas de contratações de dólares, de se buscar poupanças externa para fazer projetos que não necessariamente tinha a ver com a população brasileira.

Participo deste Governo com a certeza de que a dívida externa terá o melhor encaminhamento possível, o melhor que todos os outros Governos já fizeram em relação à dívida externa, usando, inclusive, os benefícios que essa moratória trouxe ao Brasil, que foi colocar o valor efetivo da dívida externa brasileira nos patamares verdadeiros.

É o momento de negociação e o Governo a está fazendo com altivez, com soberania. Não negociando um plano de acerto interno, não pegando receita do Fundo Monetário Internacional, mas construindo um plano de estabilização externa e de ajuste de suas contas a partir de um conjunto de jovens economistas e com a participação de outros mais experientes que pensam no Brasil há muito tempo e que, como V. Ex.<sup>a</sup> e muitos dos que estão aqui, assim como eu mesmo, já colocamos a nossa vida a favor do Brasil.

Já brigamos com a repressão, com o Estado autoritário. Já fugimos muitas vezes da polícia, cheiramos muito gás lacrimogênio defendendo essas

posições que hoje, graças a Deus, por uma consciência de geração e de agradecimento que tenho de fazer, participo deste esforço.

Tenho certeza que o Governo Fernando Collor chegará a este intento porque está chegando e demonstrando isso.

Respondo assim, meu eminente Senador, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, para dizer que estou tranqüilo em relação ao compromisso do Presidente Fernando Collor. Aqueles operosos que trabalham, do Presidente, não têm o que temer e isso não só é fato como em recente pesquisa 58% dos funcionários públicos aprovaram a reforma administrativa do Presidente Collor; 80% da população brasileira aprova a reforma administrativa do Presidente Fernando Collor.

Os funcionários não se mobilizaram, do ponto de vista de uma agressão, contra o Governo à ação que ele está fazendo.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Eu fico satisfeito em ouvir isso de V. Ex.<sup>a</sup> porque estou vendo que vou ter um aliado quanto ao que desejo fazer sobre privatização na Petrobrás.

Tal como V. Ex.<sup>a</sup>, eu também não só corri como apanhei de polícia gritando "o petróleo é nosso, é do Brasil".

E, pelo que vejo, querem reduzir a Petrobrás a uma simples perfuradora de poços.

O SR. JOÃO SANTANA — De maneira alguma.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Eu quero que V. S.<sup>a</sup>, com essas palavras tão bonitas, esteja a meu lado nesta hora, pois eu irei lutar por isso.

O SR. JOÃO SANTANA — Acho que é o espírito desta Casa que me faz ter um discurso mais fluente, usar uma adjetivação mais forte. Eu pego um pouco das paredes, da tradição desta Casa e espero que tenha sido minimamente digno aos brilhantes discursos que aqui são feitos, discursos importantes e que registram parte importante da História brasileira.

Recentemente isso ficou evidente quando se abriu o arquivo do Senado e coisas tão preciosas foram colocadas ao público.

V. Ex.<sup>a</sup> fez uma observação e eu digo: ninguém quer destruir a Petrobrás, ninguém é louco de destruir a Petrobrás, pelo menos os que estão no Governo. Ninguém quer reduzir a Petrobrás a uma simples empresa de perfuração de poços;

pelo contrário, quer se preservar a Petrobrás, dar significado a ela para que volte a ter recursos para as pesquisas, o petróleo profundo, para que volte a buscar, definitivamente, a suficiência de petróleo no Brasil.

Não podemos ter a Petrobrás com um conjunto de engenheiros, mais engenheiros de comunicação do que possui o Detel, do que possui a própria Embratel. Isso é justo, Sr. Senador? Evidentemente que não.

Ninguém quer mexer nas plataformas de petróleo.

O SR. ALEXANDRE COSTA — O conhecimento dessas coisas V. S.<sup>a</sup> ainda não deu à Nação. O que a Nação tem conhecimento e eu li numa revista técnica americana, recentemente...

O SR. JOÃO SANTANA — Sr. Presidente, posso continuar a resposta?

O SR. ALEXANDRE COSTA — Não, V. S.<sup>a</sup> tem que me ouvir, é obrigado a me ouvir.

O SR. JOÃO SANTANA — V. Ex.<sup>a</sup> também tem que...

O SR. ALEXANDRE COSTA — Não, V. S.<sup>a</sup> é que tem que me ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa fazendo soar a campainha.) — Eu rogaria a V. Ex.<sup>a</sup> que...

O SR. ALEXANDRE COSTA — Vou terminar, Sr. Presidente. Eu tenho o direito e vou terminar de falar. E espero que V. Ex.<sup>a</sup>, com esse mesmo entusiasmo de homem corrido da polícia, defendendo, como grande patriota, os interesses do Brasil, quando era da esquerda, agora que não é mais da esquerda, que é da direita, continue com o mesmo patriotismo.

O SR. JOÃO SANTANA — Sem dúvida.

Esclareço a V. Ex.<sup>a</sup> que fico com a definição do Norberto Bobbio sobre o que é esquerda e direita. E, dentro dessa definição, considero-me ainda uma pessoa de esquerda porque sou contra os privilégios de uma pequena elite do Brasil e luto contra esses privilégios.

A informação sobre essa questão dos engenheiros da Petrobrás não foi dada por mim, foi dada pelo próprio Presidente Fernando Collor, quando visitou a Petrobrás e esteve numa plataforma de petróleo e foi amplamente divulgado pela imprensa. Foram informações que Sua Excelência colheu na própria empresa.

Portanto, gostaria de dizer que estou tranqüilo em relação aos compromissos do Senhor Presidente da República e tenho muita honra em estar atrasando disso.

Em relação à questão das mansões, não tenho informações desse fato que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Senador, colocou sobre uma venda feita imediatamente após a uma outra colocada. Se esse fato for comprovado, evidentemente, o Código Penal está aí e toda a legislação para que se busque a fraude ocorrida. Precisamos investigar, abrir sindicâncias e, se culpados houver, vamos punir esses culpados, colocá-los na cadeia na forma legal, revertendo a questão do leilão.

A ação de correção é uma ação presente e sempre definida e determinada. Nós consideramos que a venda de cruzados não só nas mansões como nos apartamentos funcionais, foi autorizada, também, pelo Poder Legislativo e nós assim procedemos. É por isto que fizemos a venda das mansões e vamos executar a venda dos apartamentos, podendo ser utilizados os instrumentos cruzados, retidos pelo Banco Central.

Gostaria de dizer que se esta CPI colher mais elementos sobre essa questão da venda das mansões, evidentemente, mais do que ninguém, eu terei interesse em reverter essa venda e colocar uma investigação firme e decisiva para que isto seja corrigido. No que toca ao carro que uso — apenas um momento, Sr. Senador, eu gostaria de ter a oportunidade em poder responder a todas as simples perguntas que me foram colocadas e poucas.

No que toca ao carro que uso, eu uso um carro de minha propriedade, um Santana, placa de São Paulo — JF 1551 — havido por mim, através de consórcio, consórcio esse, inclusive, que ainda pago as prestações. Sempre tive carro, trouxe esse carro para Brasília há mais de 2 meses e, durante um pequeno período que estive em Brasília, aluguei um carro cujo contrato é celebrado em meu nome, tudo isto comprovado, inclusive, com cheque de minha propriedade, não procedendo, portanto, qualquer questão que foi colocada na imprensa e ventilada em alguns órgãos de comunicação. Estou tranqüilo em relação a isto e posso, inclusive, encaminhar à CPI o DUT, documento de propriedade do meu carro — uma xerox — para que possa, também, fazer parte dessa questão, se assim o Sr. Relator desejar.

Em relação aos carros vendidos, nós fizemos mais do que vender esses carros e os carros que estavam irregulares e que eram de propriedade do Governo Federal, mas estavam irregulares, nós também definimos um número, um quantitativo de carro, para que cada órgão público pudesse utilizar esses carros dentro da necessidade dos entendimentos, das organizações que cada entidade dessas possuía e da abrangência dos seus objetivos.

Não creio que DNOCS esteja sentindo falta de veículos para poder fazer a fiscalização das obras contra a seca. Mas de toda sorte, como a questão das obras contra a seca é uma questão bastante emergencial, é bom e é próprio para administração pública se nesse momento de infortúnio de seca e nessas obras não falte condições do DNOCS para que ele fiscalize não só as obras contra as secas mas, inclusive de seguimentos a outros projetos de combate à seca, não só com os carros do DNOCS, na com os carros de outras repartições situadas no Nordeste brasileiro, na área em que ele tem que atuar, não só em relação aos carros, mas como outros bens, outras capacidades que a administração pública possui no local, mesmo as capacidades que devam ser transferidas para o local, pois trata-se de um programa sério. Acho que não resolveremos a fiscalização das obras contra as secas concedendo e comprando mais camionetes, mais veículos utilitários para região.

Quero dizer, também, que o leilão dos carros que vendemos — fundamentalmente, um leilão, primeiro, para obedecer a Lei de Diretrizes Orçamentárias, votada pelo Congresso Nacional, que já limitava o uso de veículos de representação. Segundo, para vender um outro restante de veículos não necessariamente de representação, mas que eram tidos pela Administração Federal de maneira ilegal, de maneira errada, carros inclusive, foram comprados por autarquias e fundações com verbas não para compras de equipamentos, às vezes até verbas de investimento, e que o próprio Tribunal de Contas da União já questionava a utilização desses veículos nessas autarquias e fundações. Aproveitamos para sanear essa questão.

Quero, aqui, fazer um parêntese para dizer ao Sr. Senador — e prestar essa informação — que, quando tomamos posse na Secretaria de Administração Federal, o órgão que cuidava do registro desses carros do Governo Federal, possuía re-

gistrados apenas 2 mil carros de representação. Quando fizemos o recolhimento dos carros, nós acabamos por recolher perto de 3 mil carros de representação. Vendemos 4 mil e 462 mas, de representação — 4 portas: Opalas Diplomatas, Galixie, Santana —, de carros havidos como de representação, nós recolhemos quase mil veículos a mais que não constavam dos registros daquele órgão especificado. Portanto, registra-se, também, como uma medida saneadora e necessária.

Sobre o Incra, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, conheço um pouco o Incra, Sr. Senador. Dentro do meu passado, também prestei uma consultoria durante cinco meses na Superintendência Regional do Incra, em São Paulo. Na gestão, o Ministro da Reforma Agrária era do Pará, Sr. Nelson Ribeiro, e o Presidente do Incra era o Engenheiro Agrônomo José Gomes da Silva. Hoje, a exemplo da Sudene paralela, também no gabinete paralelo. Participei dessa assessoria e conheço relativamente bem o Incra, não só o Incra paulista, como inclusive algumas outras superintendências desse órgão.

Quero dizer, Sr. Senador, que infelizmente uma das grandes dificuldades que o Incra possuía, e tenho certeza de que ainda possui, era no sentido de contar com agrônomos, quadros próprios que pudessem efetivamente verificar a produtividade da terra que iria desapropriar. Grande dificuldade! Na maior parte das vezes, o esforço do Governo no sentido de desapropriação dessas terras foi feito utilizando agrônomos inclusive empregados das Secretarias de Agricultura dos Governos, ou mesmo contratando-os de firmas particulares. Muito difícil ter essas pessoas. O próprio acúmulo e o volume dos processos existentes no Incra, desde a época em que lá estive, e tive que me debruçar sobre essa questão também, eram enormes e não se dava um seguimento.

O cadastro do ITR e da reformulação das propriedades rurais feita pelo Incra está atrasado há anos, está totalmente parado. Há muitos processos parados. Gente que tinha transformado fazendas em empresas rurais, que, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, é uma caracterização do Incra e que queria, portanto, o benefício de ter uma alíquota diminuída do ITR, ficava esperando uma decisão desse órgão em processos de dois, três, quatro, cinco anos.

Não quero aqui dizer dos que foram dispensados e colocados em disponibilidade do Inkra - cerca de 900 Auxiliares de Portaria, como se o Inkra tivesse tantas portarias para ter tantos Auxiliares de Portaria. Sabemos que não tem. V. Ex<sup>a</sup> conhece a sede da Superintendência do Inkra no seu Estado, quero crer que mesmo o Inkra de Brasília e outras Superintendências do Inkra. V. Ex<sup>a</sup> sabe que, se tivermos de contar essas portarias, não vamos encontrar 900 pessoas. E se abrímos as portarias, talvez até tivéssemos algumas surpresas agradáveis e desagradáveis.

Sobre a questão do Parlamentarismo, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, fiz uma questão: quero crer que a sociedade brasileira se debruçará necessariamente sobre o assunto, até por determinação constitucional, através de um plebiscito em 1993 e optará, segundo a liberdade de escolha e de propagação, pelo Parlamentarismo ou não.

Evidentemente, como disse, no que toca à máquina administrativa, o profissionalismo dessa máquina é extremamente necessário. Ai junto o fato que V. Ex<sup>a</sup> colocou desses profissionais que estão sendo colocados para fora, mais a questão da Sudene.

V. Ex<sup>a</sup> cita o caso de uma pessoa com trinta cursos, passou a vida toda de funcionalismo fazendo cursos. E esse é um grave defeito da Administração. Infelizmente, um dos casos mais claros é a falta de critério para desobrigar o funcionário público a fazer cursos teoricamente de treinamento, de reciclagem, através da iniciativa privada muitas vezes. Há uma indústria do Congresso que garante. Isto é comum, analiso isto todos os dias, chega pelo ofício do papel da empresa privada: "de acordo com o I Congresso de Administração do Centro-Oeste, de Altamira e não sei o quê, estamos pedindo a liberação do ponto dos funcionários públicos que dele querem participar".

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) - V. S<sup>a</sup> não tem nenhum curso?

O SR. JOÃO SANTANA - Eu fiz apenas um curso, o Curso de Direito, e me atualizei na universidade da vida. Desisti do meu Curso de Mestrado na Universidade de São Paulo, no Largo de São Francisco, uma das melhores Escolas de Direito do País e do mundo, porque considerei que o Mestrado não estava me acrescentando nada naquele momento. Desisti in-

clusive de uma bolsa para Harvard, que seria financiada pelo próprio Estado brasileiro. Também considerei a desnecessária naquele momento. Aprendi o pouco que sei, trabalhando com pessoas que me ensinaram na vida prática do cotidiano, muitos daqueles com os quais trabalhei, inclusive, V. Ex<sup>a</sup> conhece, como o Ministro Dilson Funaro, que sempre cito, que foi um grande preceptor que tive; o economista João Manoel Cardoso de Mello; o economista Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo. São pessoas que têm relação muito próximas em Pernambuco, as duas esposas são ilustres pernambucanas, ilustres pernambucanas que estão sempre lá, inclusive V. Ex<sup>a</sup> conhece, o Senador Ney Maranhão também conhece. Foram os meus preceptores, aprendi com eles na vida, na prática desse cotidiano.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que essa questão dos custos tem sido disciplinada agora, estamos procurando disciplinar. Há um decreto, inclusive, cobindo o gasto com viagens ao exterior.

Há aqui, não sei se no Senado ou na Câmara, vou pesquisar, não me lembro, uma CPI a qual fez um levantamento da quantidade de viagens ao exterior de funcionários públicos e os gastos que foram feitos, só no ano passado. Quantos e quantos discursos estão registrados aqui neste Senado de protesto em relação às autorizações sucessivas de funcionários públicos que vão para fora estudar, sabe-se o quê? Mesmo que seja em uma boa universidade, qual é o sentido prático desse estudo ao povo brasileiro? Muitos têm e estão sendo preservados.

Quero dizer que, pela primeira vez, depois de muito tempo, na área de ciência e tecnologia deste Governo, temos um renomado cientista de fama internacional coordenando essa área. O Professor José Goldemberg, que foi inclusive Reitor da Universidade de São Paulo, tendo experiência como empresário porque geriu a Cesp, a Companhia Energética do Estado de São Paulo, uma das maiores empresas do Brasil, uma das maiores estatais e uma das maiores empresas brasileiras no ranking das 20 maiores empresas do Brasil. É importante que esse professor coordene, avalie os estudos, o curso, a capacitação técnica e tecnológica desses funcionários públicos.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> e dar uma notícia a todos que a previsão de bolsas e financiamentos para este ano, que deveriam ser dadas aos estudantes

de graduação e pós-graduação foi, pela primeira vez, cumprida, dando inclusive um sentido prático à pesquisa, obrigando-se o sentido prático.

V. Ex<sup>a</sup> me dá uma notícia que é extremamente auspiciosa e devo aplaudir que são os funcionários que foram designados da Sudene, que fazem uma Sudene paralela e se propõem inclusive a fazer uma prestação gratuita à população, ao Governo.

Ora vivas, parabéns! Vamos incentivá-los. Mesmo que eles se organizem em alguma coisa de natureza privada pública, vamos até pensar em facilitar para que eles tenham recursos de outra natureza, da própria iniciativa privada. Isso é muito positivo, isso é muito bom, dá um sentido, inclusive um sentido de desregulamentação, porque esses funcionários públicos sem as amarras do Estado, sem as correntes da repartição, dos objetivos preconizados por políticas maiores, podem servir diretamente a população do Nordeste.

O Superior Tribunal Militar concedeu uma liminar de decisão da Justiça para ser obedecida e este Governo obedece. V. Ex<sup>a</sup> sabe que numa liminar, os dois pressupostos básicos para ser concedido é o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*. Mas não quer dizer que houve uma análise de mérito, pelo contrário, o Supremo julgará o mérito da questão.

O Governo Federal tem a convicção de que pode ser vitoriosa no julgamento do mérito da questão do Supremo. Por que ele tem essa convicção? Porque baseado na doutrina, na jurisprudência, na lei, ele considera que é legal, é constitucional que o funcionário público colocado em disponibilidade receba proporcionalmente.

Quero lembrar que a Constituição de 1988, nesse tópico, registra apenas que a disponibilidade é remunerada. E é verdade, como a de 1946 o fez, mas por outra sorte a Constituição em nenhuma outra legislação complementar revogou a lei anterior. E o princípio da receptividade está colocado; essa legislação continua em vigor, que é o Decreto-Lei nº 489, de 1969, que prevê a disponibilidade com o pagamento proporcional.

Queremos crer que tenhamos a chance, democraticamente, no Supremo numa lide jurídica; que o Supremo arbitre e defina quem tem razão. Se o Supremo colocar que é proporcional o pagamento do funcionário em

disponibilidade, muito bem! Marchamos nessa direção. Se houver um outro entendimento do Supremo Tribunal Federal, também o Governo acatará porque o Governo acata as decisões da Justiça e tomaremos outras medidas. Mas é cedo julgar com antecedência, fazer julgamento sem elementos, talvez até tentando influenciar uma decisão sub judice na Justiça, ferindo um princípio democrático de espera pela decisão maior da Corte Suprema que nós coloquemos como uma definição a priori dessa ilustre Corte que vai julgar a questão num mandato de segurança, em tempo hábil, quando colocada em sua pauta de julgamento e o Plano se reunir para fins específicos.

O Governo estará lá, fará as suas razões, fará sua defesa, acreditamos que teremos pontos que a doutrina nos coloca como favoráveis. A legislação, mesmo ilustres doutrinadores como Professor Caio Tácito como o Professor Celso Antônio Bandeira de Melo como Professor Adilson Abreu Dallari, dentre outros, ilustres administrativistas que deixam claro, em seus livros — não foram pareceres encomendados pelo Governo — que foram publicados, inclusive, recentemente, ainda este ano após a promulgação da Constituição de 1988, diz que a disponibilidade é proporcional, até porque para que não corramos a falta de igualdade e isonomia. Não diria só a V. Ex<sup>a</sup> que é uma deslealdade, uma coisa equivocada deixar o que não trabalha ganhando o equivalente àquele que trabalha.

Faria um outro paralelo em relação ao aposentado proporcionalmente. Aquele funcionário público que, não por seu desejo, mas quis a Providência que o punisse impedindo que ele exercesse as suas funções no exercício do trabalho, pois isso, graças a Deus, a nova Constituição prevê que ele terá uma aposentadoria integral, mas que foi em férias, que não foi em virtude da realização do seu trabalho ele será aposentado e ganhará proporcionalmente, mesmo que tenha vinte ou vinte e cinco anos de serviço público. Enquanto o outro com cinco, sete anos de serviço público irá à disponibilidade e terá o vencimento integral. Falta o princípio da moralidade, falta o princípio da equidade nesse sentido.

É por essas e outras razões que acreditamos que temos elementos suficientes para convencer a mais alta Corte deste País que, no mérito, o Governo Federal tem condições.

Em relação ao Inamps, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, a imprensa realmente coloca uma série de números. Devo dizer para V. Ex<sup>a</sup> — e expliquei na minha colocação inicial — que reforço a necessidade de uma reforma administrativa neste País que, como Projeto SUDS, que coloquei meritório necessário a descentralização da saúde, até também por determinação constitucional que obriga a União a repassar esses recursos aos Estados e Municípios, essa questão da descentralização foi feita de maneira açodada, foi feita de maneira sem critérios, sem os atos administrativos pertinentes àquela questão que dá uma generalização bagunça na questão de pessoal ao Inamps, tanto que é a mais alta autoridade da administração do Inamps, seja o Presidente da autarquia, seja o Ministro da Saúde, eles não sabem exatamente a quanto anda a questão dos funcionários públicos. Porque em alguns Estados o SUDS prosperou, foi passado de maneira correta. E lá sabemos: "Olha, foram passados tantos médicos, tantas enfermeiras, tanto isso, tanto aquilo e eles sabem onde todos estão. Estão trabalhando na unidade hospitalar tal; estão trabalhando no posto de saúde tal; no Inamps e outros não. E o Rio de Janeiro é um exemplo claro disso.

Hoje, no Rio de Janeiro, temos dezesseis hospitais da rede do Inamps, localizados no centro que, infelizmente, é obrigado a receber toda a demanda da periferia, porque na periferia falta atendimento médico no Rio de Janeiro. O subúrbio, como o carioca costuma chamar, opera com mil e quinhentos leitos a menos. Ele tem uma capacidade para três mil leitos e opera com mil e quinhentos leitos a menos, fruto de não saber onde estão os funcionários necessários para operar aqueles leitos. É seguro e certo lhes dizer que a esta administração não será imputada a falta de critérios ou de pensar, de fiscalizar e de ver a questão do Inamps, o que está em excesso, o que está em falta. E isso está sendo feito pelo próprio Ministro da Saúde e pelo próprio Presidente da autarquia.

Quero deixar aqui que a questão da saúde para o Presidente Fernando Collor de Mello, que é extremamente importante, foi tratada durante toda a campanha por equipe de altíssimo nível que pensou na questão da saúde, muitos, inclusive, do próprio Inamps, funcionários públicos do Estado, concursados, médicos, sanitaristas, engenheiros sanitários que saíram da Fiocruz, que saíram

da Fundação Escola Nacional de Saúde Pública e que fizeram um relatório. A maior parte desses senhores estão, hoje, dentro do Ministério da Saúde, tentando remontar a estrutura da saúde brasileira.

Para que a gente reverta o quadro anterior de cada um cruzeiro gasto com saúde apenas vinte e oito centavos chegam ao posto de saúde, e tenta e tantos por cento ficam na administração. Como assentir que você transfira a Direção Central do Inamps para Brasília, deixando ainda a sua Direção Geral no Rio de Janeiro? Sendo mais que a Direção Geral Administrativa não mais precisa do conjunto de quinze mil funcionários, somando-se toda a administração do Inamps no Território Nacional, até porque esses funcionários públicos do Inamps foram repassados aos Estados e Municípios, às Prefeituras e aos Estados que não precisarão mais administrar, ou as vinte e uma gráficas que o Inamps tem espalhados por todo o Brasil com centenas e centenas de funcionários às disposições dessas gráficas. Gráficas que talvez façam inveja a outras gráficas conhecidas no Brasil e que empregam gente demais; muitos funcionários desnecessários à atividade pública. E isso que está sendo operado no Inamps e está sendo feito sob a coordenação do Ministro.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Ex<sup>a</sup> está fazendo uma crítica direta à Gráfica do Senado...

O SR. JOÃO SANTANA — Não.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Ex<sup>a</sup>, estabelece pelo menos a justiça que há seis anos não se faz nomeação aqui na Gráfica do Senado Federal.

O SR. JOÃO SANTANA — De maneira alguma, não estou fazendo nenhuma crítica específica a nenhuma gráfica. Mas poderia citar as gráficas, por exemplo, do Estado de São Paulo no Governo que trabalhei que são enormes. A gráfica oficial do Estado de São Paulo é maior que a gráfica da Imprensa Nacional, aqui. Há sempre problemas vários em relação à atividade gráfica, quando à administração pública o faz.

Em relação ao jornal Folha de S. Paulo, jornal paulista de minha terra, um jornal que tem o "rabo preso" com o leitor, como ele mesmo o disse, ele definiu a versão administrativa sob um parâmetro particular do jornal. Ele disse que a reforma administrativa é dessa maneira; o Governo está fraudando dados, fraudando núme-

ros, inventa metas para o Governo, coisa que o Governo nunca fez. Agora, V. Ex.<sup>a</sup> colocou um dado e a própria Folha de S. Paulo coloca um dado na matéria que reforça o critério da reforma administrativa.

Evidentemente, tivemos o cuidado de antes dispensar os estagiários, os prestadores de serviços. Sabe por quê? Se V. Ex.<sup>a</sup> me permitir, vou explicar. Na Caixa Econômica Federal, é evidente, vamos dispensar os estagiários porque eles estavam lá fazendo o papel de bancário. Muitos bancários que foram concursados para a Caixa Econômica Federal ficam um ano, ficam dois anos como estagiários, depois renovam, participam lá para um outro negócio, ficam três anos, quatro anos, o Tribunal de Contas dizendo que não podem ficar e esses estagiários entram com ação na Justiça, caracterizam um vínculo com a administração e a administração pagando. Sobre tudo porque, seja estagiário, seja prestador de serviço, sai de um só lugar o dinheiro para o pagamento: dos cofres do Tesouro, que são formados a partir da contribuição de cada cidadão, do pagamento de impostos de todos nós.

Então, é evidente, em vez de dispensar funcionários concursados, funcionários da estrutura que prestaram concurso, vamos dispensar aqueles que estão irregularmente contratados por tempo determinado. E esse um critério que temos os prestadores de serviço; a mão-de-obra aqui é feita por leasing de mão-de-obra. O Tribunal de Contas está todo ano lá questionando as contas das contratações. Vamos resolver essa situação de uma vez por todas, até porque a nova Constituição reza que todo o ingresso de servidor público na administração pública federal seja através do concurso público. E devemos estar preparados para isso.

Ainda sobre a questão da estabilidade sindical. Efetivamente, existiram equívocos. Foram dispensadas pessoas que tinham a estabilidade sindical e entraram na Justiça, mas, a bem da verdade, devemos colocar o seguinte: não foram formalmente avisados de acordo com a lei. Tanto a informação de que aquele funcionário concorreria à eleição do sindicato, como depois, quando ele foi vitorioso na eleição sindical e passou a ser do sindicato.

Diz a lei que a administração, a empresa, deve ser informada, dando prazos, inclusive. A maior parte desses funcionários a administração

não tinha a informação de que eram dirigentes sindicais, no que caracterizou a estabilidade dada pela lei e o Judiciário prontificou. Evidentemente, que nós obedecemos o Judiciário, porque é da natureza da democracia, Senador. O judiciário existe para isto: para administrar conflitos, interpretar a norma legal; e seja entre o privado e o público, seja entre a pessoa física e a pessoa jurídica. É para isso que existe a lei, mais do que ninguém sabemos disso, até pela pequena formação jurídica que temos, a oportunidade de lembrarmos de algumas aulas de Princípio Geral de Direito, que tivemos no primeiro e no segundo ano da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, é para isso. Cada vez que tivermos alguma questão de injustiça que a Justiça recolocar uma outra condução para o Poder Executivo nós o faremos; agora, quero colocar ao Senador que no caso das dispensas dos 50 mil? disponíveis, desses números que coloquei, não chega a 1.500 as ações. A maior parte das ações que temos hoje nós ganhamos em Segunda Instância. Os Tribunais têm dado ganho de causa para o Poder Executivo. Em primeira Instância, ganha-se, reintegra-se; em Segunda Instância, ganha o Poder Executivo, e nós procedemos novamente.

Quero deixar tranqüilo, Senador, dentro daquele espírito que V. Ex.<sup>a</sup> conclamou de que isso aqui não é uma interposição de posições, mas que talvez seja um fruto de colaboração entre dois Poderes de ação, de que é evidente V. Ex.<sup>a</sup> tem conhecimento de injustiças; evidentemente, traga esse conhecimento das injustiças ao Poder Executivo. Vamos analisar e rever, porque nós temos coragem de rever isso. Não somos infalíveis. Temos a coragem de enfrentar grandes projetos para o Brasil, e históricos, minimizando ao máximo o coeficiente de erro possível coisa que o fizemos, os números assim o retratam. E no resultado, se assim mesmo cometermos erros, e estes forem caracterizados, tivemos a coragem de revê-los, porque é nossa obrigação, inclusive como dirigente público, com pessoas que participam de um Governo democrata escolhido pela população.

Quero crer que com essas questões tenha respondido a maior parte das indagações de V. Ex.<sup>a</sup> muitas delas talvez tenham me faltado alguns dados, mas continuo à disposição de V. Ex.<sup>a</sup> para responder, eventualmente, a outros pontos que faltaram na minha resposta.

Muito obrigado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, aproveitando a exposição e as respostas, especialmente com relação ao Relator, gostaria de fazer uma indagação.

S. S.<sup>a</sup> colocou bem e nós aqui, também, muitas vezes, criticamos absurdos que são cometidos na administração erros que causam prejuízos muito sérios e graves ao Erário e apontamos aqui, em discursos, pronunciamentos e discussões, alguns equivocados, muitos erros e, às vezes, consideramos até erros criminosos. Mas, não temos os dados necessários nem as informações que V. S.<sup>a</sup> tem e que trouxe para o nosso conhecimento, apontando uma série desses erros.

Pergunto a V. S.<sup>a</sup> dentro de todos esses erros, o Erário foi praticamente fraudado durante muito tempo, as ações do Executivo, dos diversos órgãos e diversos graus foram prejudiciais à Nação? V. S.<sup>a</sup> tem hoje todas essas informações, todos esses dados; pelo menos, faz parte de um Governo e dentro de uma responsabilidade dessa área.

O SR. JOÃO SANTANA - Estamos buscando as informações.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Quantos inquéritos administrativos estão sendo abertos, exatamente, por esses absurdos cometidos contra o Erário?

O SR. JOÃO SANTANA - Superou a mais de uma centena.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. S.<sup>a</sup> já tem abertos os inquéritos?

O SR. JOÃO SANTANA - Vários, inquéritos abertos, várias áreas, principalmente nas empresas em liquidação, nas autarquias e fundações também extintas; passarei isto a Comissão, com os relatos, alguns deles inclusive, já superada a fase administrativa, estão sendo passadas para a fase de persecução de inquérito na Polícia Federal e na Procuradoria Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) - Solicito à Secretaria que tome providências no sentido de que esses requerimentos que foram formulados à respeito de providências e diligências que têm sido remetidos à CPI, sejam cobrados através de ofício, embora S. S.<sup>a</sup> tenha espontaneamente se oferecido a mandar.

O SR. RELATOR (Mansueto de Labor) - na questão do número de demissões, de disponibili-

dades, aposentadorias etc. seria importante que essa relação viesse com os números o que realmente representou o fato, em economia, dentro da despesa.

O SR. JOÃO SANTANA - Pois não.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) - V. S. Ex.<sup>a</sup> trouxe isso hoje?

O SR. JOÃO SANTANA - Tenho, mas posso trazerr de forma mais organizada.

OS R. RELATOR (Mansueto de Lavor) - Não vamos tomar mais tempo, realmente. Mas, a fluência com que V. S.<sup>a</sup> responde as perguntas, pode esquecer certos aspectos em colocações, V. S.<sup>a</sup> estende mais do que queira dar o exemplo: é o caso do rapaz dos 30 cursos. Aí V. S.<sup>a</sup> se debruçou sobre o excesso de cursos.

É claro, que o aperfeiçoamento prometido, inclusive, pelo Presidente Collor enquanto candidato ao servidor público em incluir, é claro, alguns cursos de aperfeiçoamento, principalmente no caso da pessoa exercer funções específicas, não vejo por que condenar isso. Não vejo por que a pessoa que serve 30 anos ao serviço público não possa fazer alguns cursos; esse é um exemplo extremo, não se está defendendo nem empreguismo nem a manutenção de fantasmas nem, muito menos, essa indústria de cursos, principalmente no exterior, que não representa retorno.

O escândalo não é tanto o servidor fazer curso no Brasil ou no exterior, é fazer e não retornar ao serviço público, e não ter mais nenhum compromisso, como se vê aí pelas Embra- ras e por toda a parte. Queria dizer o seguinte entre isso e o servidor que quer trabalhar, o Estado investiu nele e o Estado não o quer, o coloca na rua, como ocorreu com esses 306 técnicos de nível superior da Sudene; aí sim a resposta sobre isso não foi satisfatória.

O fato de prestar serviços gratuitos às prefeituras e aos Estados, não responde totalmente a respeito da União e do Orçamento da União. Não vejo como. Não está satisfatoriamente respondido.

Uma pergunta final, Sr. Secretário quantos Marajás V. S.<sup>a</sup> já demitiu?

O SR. JOÃO SANTANA - Ora, eu...

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) - Quantos marajás, entre esses?

O SR. JOÃO SANTANA - Procedemos ao enxugamento da máquina de várias pessoas que caracterizamos marajás enquanto pessoas que tenham salários e não produzem, há uma quantidade bastante grande, particularmente, dentro de empresas extintas. Quando falamos no Banco Nacional de Crédito Cooperativado, devemos lembrar os salários, porque muitos dos funcionários que trabalharam no banco, de anos, ganhavam em torno de 500, 600, 700 mil cruzeiros por mês, quando falamos da extinção da Interbrás já foram fechados todos os escritórios no exterior, em Nova Delhi, em Londres, Ilhas Caimã, uma série de desnecessidades falamos em demissão de pessoas que ganham 5, 7, 8, 12 mil dólares por mês ganhavam, felizmente, já não ganham mais. Ainda no sentido de quando o Itamaraty, numa medida provisória felizmente aprovada pelo Congresso, fechou embaixadas desnecessárias ao País, rebaixou embaixasa a consulados, e consulados de primeira ordem à segunda ordem, também, acabamos por demitir uma série de pessoas que lá trabalhavam, que até eram estranhas ao corpo profissional do Itamaraty, que ganhavam 3, 4, 5 mil dólares por mês. Quer dizer, é uma quantidade bastante grande, posso colocar para o senhor, aí, também, como um requerimento, uma relação indicando uma série de pessoas com seus salários, onde trabalhavam e o que não faziam, para caracterizar efetivamente essa ação da reforma administrativa, no sentido dos mais altos salários.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) - E esse senhor que foi o coordenador da campanha de Collor, no Rio de Janeiro, o Sr. Colagrossi, que agora recebeu um alto cargo executivo, do Lloyd em Nova Iorque, não teria sido um novo marajá no Governo Collor, por mais humanitárias que tenham sido as razões...?

O SR. JOÃO SANTANA - Não tenho a impressão de que as razões foram humanitárias.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) - Acredito que sim.

O SR. JOÃO SANTANA - Acredito, mas tenho a impressão que não, quero crer que não quer dizer, coordena o Ministério da Infra-estrutura o Ministro Ozires Silva, que é um homem provado numa série de setores, no Brasil, tanto no Estado quanto na iniciativa privada, e que é muito cioso dos

recursos que administra. E ele tem embaixo do seu Ministério o Loyd Brasileiro, que tem esse posto, e ele houve por bem nomear essa pessoa representante do Loyd Brasileiro nos Estados Unidos.

É importante dizer que há necessidade de um acompanhamento preciso na questão do Loyd, até porque devemos ter, grande possibilidade de reabertura das Conferências Marítimas, e o Loyd tem que estar presente.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) - E que foi a pessoa necessária, ele era especialista em navegação, o que, como é que é?

O SR. JOÃO SANTANA - Sem dúvida. Quero crer que sim.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) - Sem dúvida? A última função dele foi coordenador da campanha do candidato Collor, no Rio de Janeiro, e logo se tornou perito em navegação, a tal ponto de pegar uma diretoria do Loyd em Nova Iorque?

O SR. JOÃO SANTANA - Representante do Loyd em Nova Iorque. Quero crer que ele tenha as qualificações necessárias para o cargo. Se não tiver, se o seu trabalho não se provar necessário, se ele não produz os rendimentos previstos para o cargo, seguramente o Presidente Fernando Collor será o primeiro a pedir o afastamento dessa pessoa do seu Governo.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) - O Dental demitiu cem engenheiros - o Dental é o órgão de controle das telecomunicações do antigo Ministério das Comunicações, hoje Infra-estrutura, Secretaria de Comunicações. E agora fiscalização das emissoras de comunicação se torna difícil, porque esses técnicos é que exerciam a função dessa fiscalização.

Estão surgindo em todo o País rádios piratas, inclusive em alguns Estados. Se não me enganano no Norte, alguns integrantes do PT estão fazendo rádio pirata, também, para divulgar as suas idéias. Aliás não vamos dizer que é certo, é ilegal, mas como o Governo não concede, como deveria fazer comunicação a esse segmento da vida brasileira, então, realmente chegou o momento, por falta de fiscalização.

Dada a importância das comunicações no País, inclusive a questão de segurança nacional, os convênios internacionais de telecomunicações, foi correta a demissão desses cem engenheiros, representou alguma

economia, inclusive, para os interesses gerais do País?

O surgimento de rádios piratas em toda parte não vai dar mais trabalho, depois, ao governo e mais investimento em recursos, para evitar essa irregularidade, do que a própria manutenção desses técnicos especializados nesse setor de fiscalização?

O SR. JOÃO SANTANA — O fato é que a imprensa noticiou fartamente, não só a ocorrência de rádios piratas, inclusive a Polícia Federal detendo pessoas em rádio e televisão pirata, no Rio de Janeiro, inclusive um Parlamentar do Partido dos Trabalhadores. Então, há uma fiscalização.

O SR. RELATOR (Mansueto de Labor) — Quer dizer, a fiscalização, agora, é da Polícia Federal?

O SR. JOÃO SANTANA — Não, a Polícia Federal prendeu porque é crime federal, orientada pela fiscalização, ele tem que ir lá coibir o ilícito penal, que é de alçada federal. É assim que procede. A fiscalização não pode prender porque é engenheiro do Dentel, ele só descobre, não pode ir lá prender, não pode ir lá e "teje preso"; ele tem que comunicar à autoridade policial competente. Como é um crime Federal comunica à Polícia Federal esta diligência, configura o flagrante e detém a pessoa que está cometendo o ilícito penal. É assim o procedimento.

Mas, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, no caso específico do Dentel e desses engenheiros que foram dispensados, eram engenheiros que infelizmente estavam contratados de maneira irregular, não podiam continuar. Infelizmente, a administração anterior não tinha produzido o quadro de cargos e lotação necessária para que o Dentel funcionasse. Não vou entrar nem na questão se eles eram necessários ou não, mas não tinha feito e não se podia mais continuar com esses funcionários contratados de maneira irregular. Hoje, inclusive, o questionamento do Tribunal de Contas já tinha sido feito em relação a essa contratação. O Dentel, como outras organizações está fazendo a sua reestruturação, a sua fixação de lotação, e se se caracterizar a necessidade de cargos novos, de engenheiros ou seja o que for, aproveita-se os que estão em disponibilidade; se não encontrar pessoas em disponibilidade tecnicamente competentes para preencher essas funções, abrir-se-á concurso público.

O SR. RELATOR (Mansueto de Labor) — O Dentel?

O SR. JOÃO SANTANA — O Dentel.

O SR. RELATOR (Mansueto de Labor) — Mas o Dentel não foi extinto. Secretário?

O SR. JOÃO SANTANA — Não. O Dentel não foi extinto.

O SR. RELATOR (Mansueto de Labor) — Foi extinto sim.

O SR. JOÃO SANTANA — Não foi. Ele ainda está dentro da Secretária Nacional de Comunicações, no Departamento de Administração, Espectro de Rádio e Frequência.

O SR. RELATOR (Mansueto de Labor) — Conversei com um dos representantes...

O SR. JOÃO SANTANA — Ele se chama, hoje, Departamento de Administração de Espectro, Rádio e Frequência.

O SR. RELATOR (Mansueto de Labor) — Ah, tudo em ondas...

O SR. JOÃO SANTANA — Exatamente. Está fazendo o mesmo trabalho que fazia anteriormente.

O SR. RELATOR (Mansueto de Labor) — A função, não; o nome que mudou.

O SR. JOÃO SANTANA — Exato. Estão lá os engenheiros concursados que já estavam no Dentel; as outras pessoas que estavam no Dentel, que foram contratadas regularmente continuam lá analisando e fazendo todo o trabalho necessário ao Dentel. Mas quero caracterizar isto: os outros foram dispensados porque estavam contratados de maneira irregular. É tarefa da Administração permitir que a irregularidade continue. Temos que fazer isso, porque senão como é que depois o administrador vai responder ao Tribunal de Contas? E aí ficam as contas sem aprovar durante um ano, dois, três... Não pode! Foi isso que ocorreu no caso Dentel.

Neste momento, inclusive, necessário de queda de pessoal, o Dentel está sendo suprido no que falta por outros setores da própria questão da radiodifusão e fiscalização de rádio e frequência, como a própria Embratel e mesmo o setor das telecomunicações que tem competência para executar essa ação.

O SR. RELATOR (Mansueto de Labor) — Mas V. S<sup>a</sup> reconhece que houve um surto de rádio pirata em decorrência dessa

desativação da fiscalização especializada?

O SR. JOÃO SANTANA — Não em decorrência da desativação da fiscalização especializada.

Houve um surto de rádio pirata agora, como houve outros. Isso é um pouco de moda, é como comida natural; como sociedade civil; de tempos em tempos volta à moda. Há questão de cinco anos, houve um grande surto também de rádios piratas, FM e de TV pirata, que depois não prosseguiram; as pessoas faziam o equipamento dentro de casa e tinham várias rádios piratas que ficavam funcionando durante muito tempo, mas pereceram pela própria incapacidade de se tornarem efetivas.

O SR. RELATOR (Mansueto de Labor) — A última informação que gostaria de pedir a V. S<sup>a</sup> é sobre a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco do Nordeste.

Resumindo: primeiro a Caixa Econômica. Foram colocados para fora, aí não são irregulares, são concursados, muitos dos concursados deixaram seus empregos em outras repartições, em bancos particulares, e entraram na Caixa por concurso. O Governo coloca para fora, a Justiça coloca para dentro; o Governo coloca para fora e a Justiça coloca para dentro de novo.

O SR. JOÃO SANTANA — Em Segunda Instância a Caixa está ganhando, começou a ganhar.

O SR. RELATOR (Mansueto de Labor) — É, está ganhando. Vamos ver agora a Terceira. Banco do Brasil e Banco do Nordeste. A questão fundamental é a seguinte: as representações dos servidores e dos funcionários desses órgãos, que são empresas controladas pelo governo, empresas de capital misto, alegam o seguinte: há carência de funcionários tanto na Caixa, como no Banco do Brasil, como no Banco do Nordeste, e que há um esquema montado de grande interesse de bancos particulares para que esses órgãos tradicionalmente com bons e grandes serviços prestados, inclusive o Banco do Brasil com suas carteiras de crédito agrícola, atendendo ao mini, ao pequeno agricultor; a Caixa Econômica Federal, com sua função social; o Banco do Nordeste, nem se fala, pois bem, esse enxugamento, que não é mais do que um encolhimento, isso representa por outro lado a expansão dos bancos particulares em setores importantes. Inclusive, até, há algumas agências da Caixa Econômica que afastam

o cliente pelas filas, porque os funcionários são poucos, atendem mal; não porque queriam atender mal, mas porque não podem atender em tempo hábil, e aí vão às filas para esperar. E qual é o resultado? É que o cliente retira a conta da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e vai fazer o seu depósito, o seu movimento, nos bancos particulares.

A acusação, portanto, não é minha. O prejuízo está no esvaziamento e na privatização do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, etc.

Então, é bom porque o Senhor é banqueiro, mas para outros não é bom, não é? Desculpe-me, mas, realmente, a realidade é esta. Interessa ou não interessa ter o Banco do Brasil? É ou não um patrimônio público brasileiro? É essa privatização, como é que vai ser? Então, realmente, tem-se ouvido esse argumento. Não é meu o argumento, estou apenas dizendo que temo e vamos ouvir, aqui na CPI, porque vão ser chamados os representantes dos servidores do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e do BNB. Eles vão falar aqui. Mas estou apenas antecipando nas questões, aproveitando a presença de V. S<sup>a</sup>.

Como é que V. S<sup>a</sup> responde a esse argumento, a essa acusação, de que se trata de uma estratégia deliberada para se esvaziar a Caixa Econômica, o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, em favor dos bancos privados, da banca, contra a qual não tenho nada, Senador, ao contrário?

(Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. AFONSO SANCHO - Estou achando que V. Ex<sup>a</sup> está divagando demais, compreendeu?

O SR. RELATOR (Mansueto de Labor) - Não, não estou divagando.

O SR. AFONSO SANCHO - Nós estamos aqui e só V. Ex<sup>a</sup> já tomou uma hora e meia, compreendeu, e os outros tomaram vinte minutos.

O SR. RELATOR (Mansueto de Labor) - Mas nós somos pagos para isso!

O SR. ALEXANDRE COSTA - Mas S. Ex<sup>a</sup> é o Relator, nobre Líder, é o Relator da Comissão.

O SR. RELATOR (Mansueto de Labor) - Não queremos atrapalhar.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - O Relator tem direito de falar o tempo que desejar.

O SR. RELATOR (Mansueto de Labor) - E nem eu vou abrir mão, não vou abrir mão.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E quem vem para cá depor vem certo de que pode sair à meia-noite, às duas horas da manhã. E quem vem para cá assistir também fica certo de que pode sair daqui à meia-noite, duas horas da manhã.

O SR. RELATOR (Mansueto de Labor) - Ninguém é obrigado a ficar aqui, a não ser o depoente. Ninguém nem o Presidente, S. Ex<sup>a</sup> querendo sair, há o Vice-Presidente. Agora, eu, como Relator, não vou abrir mão das minhas responsabilidades. Faço todas as perguntas que desejar e que o dever me obriga a fazer. Ninguém vai me cassar a palavra, ninguém vai me cassar a palavra. Eu tenho poderes para isso. Desculpe. Colega, mas aí tenha a paciência, V. Ex<sup>a</sup>, usando uma expressão popular, "pisou na bola". Desculpe-me, Colega, tenha a paciência! Ora, se estou divagando, como é que estou divagando? Se há essa acusação, se se diz que no Banco do Brasil há uma deficiência de dez mil servidores, agências são esvaziadas, o Banco do Nordeste está fechando agências onde os bancos particulares estão abrindo, agências é sei que o mesmo trabalho não vai ser feito, vai dar privilégio aos grandes grupos, aos grandes latifundiários... É uma questão diferente, é filosofia. O Senador tem razão de ver. Então, queria que o Sr. Secretário de Administração dissesse qual é seu ponto de vista. Eu nem estou concordando com o ponto de vista dos representantes dos servidores nem, necessariamente, vou concordar com a versão de S. S<sup>a</sup>, mas tenho a obrigação de ouvir os dois lados, Senador.

Eu tenho a obrigação! Não estou olhando, aqui, para o relógio, nem coisa alguma. Foi uma brincadeira o Senador Jutahy dizer: "Nós temos que jantar."

Quem não pode jantar às oito vai para casa jantar, não há problema! Então, estamos aqui cumprindo a nossa obrigação. Pouco interessa se estou ou não passando o tempo, mas tenho que fazer um relatório que seja o reflexo dessa solução que nós vamos analisar.

O SR. AFONSO SANCHO - Mas, Senador, eu queria dar uma explicação.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) - V. Ex<sup>a</sup> terá a palavra, mas acontece que seja resumido.

O SR. AFONSO SANCHO - Não, serei sempre sucinto.

O que tenho informação, é que o Banco do Nordeste está fechando agências onde elas nunca poderiam ter existido.

Foram agências eleitoreiras, mas agência onde realmente está havendo atendimento à sociedade e a sociedade precisa dela o Banco do Nordeste não vai fechar nenhuma.

O SR. RELATOR (Mansueto de Labor) - Nós vamos examinar.

Onde tiver assim, "agência eleitoreira", aí vamos fechar, mas é preciso examinar mesmo se é "eleitoreira".

Agora, a questão que se põe é se há, realmente, um deliberação - indireta, é claro que não vai ser confesso, nem explícito - esvaziamento da Caixa Econômica do Banco do Nordeste, do Brasil, enquanto bancos públicos - digamos assim a expressão, via contratação de servidores, via colocação de funcionários concursados para a rua. Essa é a acusação que estão fazendo e vão fazer aqui. É necessário ouvir a versão do Secretário de Administração. Seria incompleto se ouvíssemos esses servidores e eles não falassem sobre o assunto.

Consta, inclusive, que o Banco do Brasil, para servir bem, para atender em pé de igualdade com o Banco Bradesco, tem que contratar cerca de 10 mil servidores e não botar gente para fora.

A Caixa Econômica idem, o Banco do Nordeste idem. Então, gostaria de ouvir o Secretário. Não vejo divagação nenhuma nisso. Desculpe-me Colega, a quem tenho o maior respeito, não estou vendo ligação nisso.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) - É útil.

O SR. JOÃO SANTANA - Se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, tomaria a liberdade de sugerir também à Comissão que não só ouvisse a Associação de Funcionários desses bancos, mas que ouvisse também a Direção. Convidasse o Dr. Alberto Policaro, Presidente do Banco do Brasil que, aliás, diga-se, um funcionário de carreira do Banco do Brasil, o Dr. Lafayette, Presidente da Caixa Econômica, Dr. Jorge, Presidente do Banco do Nordeste.

As informações que possui são justamente o contrário, que há um excesso de funcionários, particularmente nas instituições Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

O Banco do Brasil possui hoje 134 mil servidores. Agora, evidentemente, os bancos oficiais padecem dessa dificuldade da fila — o senhor tem razão, sou cliente de banco oficial também. Por quê? Porque a concentração é na atividade-meio do Banco. Por exemplo, 35% dos funcionários do Banco do Brasil que ganham acima de 20 salários mínimos estão na atividade-meio do banco, na atividade administrativa, não estão nas agências. Então, falta caixa, falta atendimento. Grande parte dos funcionários do Banco, já quase 9 mil funcionários na extinta Cacex, com a extinção da Cacex e a redução do trabalho da questão das guias, de todo o trabalho da Cacex, já estão sendo recolocados nas agências, na atividade-fim: caixa, atendimento, etc., que deve ter uma produtividade, uma resolutividade bem maior para o Banco oficial.

A Caixa Econômica Federal idem. Havia na Superintendência do Rio de Janeiro, por exemplo, cerca de 60 médicos, que passavam lá só quase que para pegar o contracheque. Alguns médicos existiam lá e que atendiam aos funcionários, que trabalhavam, etc. Porém, mais do que, essas implicações com dados, seguramente serão dadas pelo Presidente da Caixa, Dr. Lafayette, quando aqui estiver.

É necessário uma racionalização dos serviços do banco oficial. Primeiro, quero colocar a V. Ex<sup>a</sup> que não procede de forma alguma que o Governo maquiavelicamente, por intenções ideológicas, políticas, filantrópicas, quisesse extinguir esses ou quaisquer outros instrumentos da administração pública, notadamente os bancos oficiais, notadamente alguns desses bancos que são bancos de fomento, maior parte deles são, bancos de fomento para regiões necessitadas, no sentido de beneficiar a banca privada. Ao contrário, a ação do Governo Federal é no sentido de sanear esses bancos para que eles possam prestar melhores serviços. O Presidente da Caixa Econômica Federal, quando estiver aqui, seguramente deve confirmar essa afirmação. A Caixa não quebrou enquanto banco porque é do Tesouro. A relação ativo-passivo dela é inconcebível a qualquer banco desse País ou do mundo. Não quebrou porque é o Tesouro. E nós sabemos o quanto não foi

feito de agências desnecessárias à ação na Caixa, no Banco do Brasil. Por que o banco oficial tem que chegar primeiro? Por que há necessidade de monetizar uma economia que floresce em determinado lado? É uma agência pioneira, para atender o pequeno, o médio, mesmo o grande projeto industrial que vai se instalar numa região onde o banco privado não vai no primeiro momento. Depois de monetizada a economia, está o Banco do Brasil, está a Caixa Econômica Federal, está o Banco Meridional, está o Banco do Nordeste, está o Banco do Brasil, está o BASA, está o BNB. Por que tantas agências? É comum, é uma cena do cotidiano brasileiro andar numa grande cidade e verificarmos num só quarteirão agência do Banco do Brasil, 15 metros, agência da Caixa Econômica Federal, 15 metros, agência do Banco do Nordeste, 15 metros, agência do Banco da Amazônia, 15 metros, o Banco Meridional. Não pode!

Ocorreu anteriormente essa proliferação de agências e muitas agências de bancos de fomento foram para o Sul do País, não só na capital porque, às vezes é necessário, eles fazem a relação dos negócios, entram-lá para captar recursos. Por exemplo, na Cidade de São Paulo, para remeter ao Nordeste, para facilitar a ação de um projeto industrial que seja instalado no interior de qualquer Estado nordestino, é comum ir para o interior do Estado de São Paulo, para Ribeirão Preto, para Presidente Prudentes. Por quê? Porque com a inflação ou a hiperinflação que vivemos, esses bancos tiveram lucro através de float, de caixa inflacionária; agora não têm mais. Então, eles têm que racionalizar o seu serviço. Para tanto, afóra essa separação de funcionários considerados ociosos, já no primeiro momento, o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento e o Coordenador disseram ao Secretário Executivo, Dr. Eduardo Teixeira, para reunir todos os bancos federais para fazer uma avaliação das agências, porque é inconcebível que o Banco da Amazônia tenha uma agência em Porto Alegre e, ao mesmo tempo, o Banco Meridional tenha uma agência em Belém do Pará.

É necessário, é fundamental que todos os bancos oficiais tratem conjugadamente. Quando se fechar agência do Banco da Amazônia no Pará. Tem de haver um entendimento de contas entre os dois bancos e a carteira, a performance daquela agência deve ser repassada para o outro banco oficial. Evidentemente, se determinado cliente não aceitar trabalhar com o

Meridional e transferir para outro banco é um custo da racionalidade que se tem de correr; mas, por outro lado, uma só agência com reforço estará captando muito mais do que duas de maneira desorganizada porque um compete com o outro, inclusive, na colocação dos meios de serviço, não só dos meios de serviço tradicionais dos bancos múltiplos, mas na colocação das mesmas linhas de crédito de fomento do Governo Federal. Então, se colhe linha de crédito de fomento no Banco Meridional, no BASA, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal, tudo em Porto Alegre; uma está concorrendo com a outra e a a redutividade é baixa, tem-se pouca produtividade, gasta-se muito. Então, é necessário fazer uma avaliação dessas agências.

É verdade, e aqui quero dizer de público, que não pensamos em fechar agências desses bancos, simplesmente porque elas não têm lucro, porque é função também desses bancos monetizar a economia, levar o desenvolvimento a muitas regiões; bancar, fazer o sacrifício que o banco privado não faz, por isso existem bancos oficiais e isso será feito, mas é inegável que podemos fazer mais isso, se conseguirmos racionalizar as agências.

Além do que, a coisa difícil no Banco do Brasil — e isso já enfrentamos em 1986, trabalhamos com isso no Banco do Brasil — é levar o funcionário para o interior do Brasil, mesmo tendo mercê de alguns benefícios salariais, porque ninguém quer ir para o interior do Piauí; ninguém quer ir para o interior da Paraíba; ninguém quer ir para o interior do novo Estado do Tocantins; ninguém quer ir para o interior do Acre. As pessoas querem ficar nas cidades maiores, melhores, nas melhores agências, é uma grande dificuldade porque se tem excesso.

Na região central, em São Paulo, as agências do Banco do Brasil, se pegarmos a central da São João, Avenida Paulista, têm um excesso, um excedente de funcionários nunca visto; se todos forem trabalhar ao mesmo tempo, em muitas seções não dá, não cabe. Agora, falta funcionários em agências pioneiras, em agências do interior do Brasil. Tem-se que fazer uma redistribuição, essa redistribuição passa pela avaliação das agências conjugadamente a todos os bancos oficiais.

Esse é o plano que tenho conhecimento de reforma no setor financeiro de bancos oficiais

no Governo Federal. Agora, de toda sorte, acho e tenho certeza que as pessoas diretamente envolvidas nessa ação podem informar muito melhor do que eu à Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Sr. Presidente, gostaria de fazer mais duas ou três perguntas, **em passant**, já que o Relator esgotou praticamente a matéria e, além disso, sinto que o nobre Secretário, o interpretando mal, naturalmente, as perguntas que se faz, irrita-se, chegando...

O SR. JOÃO SANTANA — De modo algum.

O SR. ALEXANDRE COSTA ... a fazer acusações veladas a um órgão do Senado Federal com grandes e reais serviços prestados, não somente ao Senado, como também ao Executivo.

Então, vejam V. Ex<sup>as</sup>: ...

O SR. JOÃO SANTANA — Senador, se assim fui entendido, peço desculpas de público a V. Ex<sup>a</sup> e a todos os outros Senadores e a esta Casa. Minhas desculpas se assim fui entendido.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Bem, então encerro, não concluo o que ia concluir. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — (fora do microfone) ... nem querer convencer do que penso, nem o senhor vai tentar explicar para me convencer de tudo que o senhor pensa.

Vou fazer perguntas objetivas e o pacto que gostaria de estabelecer com V. S<sup>a</sup> é o seguinte: é claro que quando uma pessoa acusa alguém, às vezes a resposta tem de ser maior do que a pergunta do que a acusação; mas vou fazer perguntas simples, não se trata de um processo inquisitório, não vou lhe acusar de nada, só estou querendo esclarecer. Esta foi a razão da instalação da CPI.

Alguns dados que chegaram ao nosso conhecimento, são até perguntas singelas, simples, mas que têm um escopo, uma finalidade precíua de instruir esta CPI porque as suas afirmações se contradizem ou se contrapõem àquelas que temos de outros setores. Nós não os ouvimos ainda, mas seguramente vamos ouvi-los para comparar com o que V. S<sup>a</sup> falou. Daí a razão pela qual, às vezes, há até alguma repetição, mas serrei breve na leitura.

Acho que V. S<sup>a</sup> depôs aqui, disse aqui, na época da qualificação, que tinha residência

em Brasília e que exerce o cargo de Secretário da Administração; depois surgiu aqui a questão relativa ao seu automóvel. V. S<sup>a</sup> teria alugado um carro e justificou que não, que trouxe o carro de São Paulo. Como V. S<sup>a</sup> tem residência aqui, portanto, pela lei, V. S<sup>a</sup> deveria transferir a placa do seu carro para Brasília, V. S<sup>a</sup> está cometendo uma ligeira inflação de trânsito — apenas uma brincadeira. (Risos.)

Dr. João Santana, com toda a honestidade, achei que essa segunda parte do seu depoimento está sendo, assim, mais tranqüila, e confesso que tive, como os Senadores Jutahy Magalhães e Alexandre Costa, uma impressão um pouco desagradável, porque estamos presenciando que V. S<sup>a</sup> tem uma exuberante prosaica, loquaz, fala bem, mas talvez seja subestimar um pouco a inteligência dos Senadores.

V. S<sup>a</sup> citou, em primeiro lugar, a questão referente à Gráfica do Senado, V. S<sup>a</sup> não falou Gráfica do Senado, falou gráfica, mas todos entendemos que V. S<sup>a</sup> quis se referir, embora venha a dizer que nunca quis se referir, mas nós vamos pôr a carapuça na cabeça, V. S<sup>a</sup> se referiu ao Senado. A outra questão que me pareceu profundamente injusta, foi a ironia que interpretei da sua parte quando V. S<sup>a</sup> se referiu à abertura do cofre do Senado. Todos sabemos que a expectativa de que se iria encontrar algo mais grandioso em termos de História e, na verdade, sabemos que até a imprensa fez galhofa a esse respeito. Parece-me que esse tipo de ironia, que demonstra uma certa prepotência, não é bom para aquilo que queremos que é a reposição da verdade. V. S<sup>a</sup> não está aqui respondendo, como um réu, V. S<sup>a</sup> sabe disso, a essa exigência processual, estilista, ritual da lei. V. S<sup>a</sup> está prestando um depoimento.

Depois desse preâmbulo, farei algumas perguntas rápidas e muitas delas V. S<sup>a</sup> já as respondeu, em parte. Inúmeras denúncias têm sido feitas de que a dispensa de funcionários vem ocorrendo nos diversos ministérios e órgãos sem critérios definidos previamente. Contam-se 30% de percentual de servidores, quase aleatoriamente, sem levar em conta a produtividade e o desempenho, a qualificação e especialização do servidor e a relevância das funções desempenhadas pela unidade em que está alocado. A grande questão é o critério adotado. Queremos saber quais são os critérios? Como os cri-

térios que nos são trazidos não são os que V. S<sup>a</sup> explica? Por isso estou repetindo. Pergunto, então: o Governo continuará a efetuar demissões de maneira aleatória ou adotará uma postura justa e transparente? Se houver critérios, que critérios são esses? Ou ficou a cargo de cada ministério ou órgão estabelecer esses critérios? Sabemos que um ministério demite ou coloca em disponibilidade porque recebeu ordem para uma determinada quota, etc. Essa é a primeira pergunta.

O SR. JOÃO SANTANA — Já posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Pode. Nós não fizemos um pacto? Eu pergunto e o senhor responde!

O SR. JOÃO SANTANA — Sem dúvida! Dentro do pacto, só gostaria de falar rapidamente sobre a questão do preâmbulo. Já disse e volto a dizer que não quis me referir especificamente a nenhum órgão desta Casa, mas se assim fui entendido, novamente já pedi desculpas aos Senadores e renovo as minhas desculpas a V. Ex<sup>a</sup>, aos outros Senadores e a esta Casa. Se assim fui entendido, fui mal entendido, peço desculpas com grande humildade. Quando falei do arquivo não falei em tom jocoso. Ao contrário do que a imprensa noticiou, acho que algumas coisas que foram lá encontradas são importantes. Tenho vários Senadores com os quais privo da amizade, inclusive de vários Partidos, sempre participei de campanhas políticas, tem um Senador aqui que foi, de certa maneira, também, a pessoa com quem aprendi muito, o Senador Fernando Henrique Cardoso, que é uma pessoa que vive muito preocupada com essa questão da História, de arquivos, de documentação, e por duas vezes votei no Senador Fernando Henrique Cardoso. Tenho a maior estima por esta Casa e tenho vários amigos aqui.

Os critérios são aqueles já respondidos. Primeiro, reverter esse quadro da atividade, meio para atividade-fim e, dentro dessa reversão, utilizando esses critérios do duplo emprego, do aposentado reformado, do aposentável, do **leasing** de mão-de-obra, do absentismo. São esses os critérios principais e esses foram os critérios colocados para toda a administração. Esses critérios foram passados a todos os ministérios, aos presidentes de autarquias, para que assim eles procedessem.

Quero dizer, avançando uma parte da resposta, que já ocorreu isso; o Poder Executivo já voltou atrás em alguns casos, que sempre que se caracterizar — e o Presidente Fernando Collor deu essa orientação sempre que se caracterizar um desrespeito a esse critério estaremos dispostos a reverter e o Presidente assinará um novo decreto. Isso já ocorreu, o Presidente inclusive já assinou alguns decretos retornando alguns funcionários que haviam sido colocados em disponibilidade de volta à ativa.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Já houve algum caso de reaproveitamento dos funcionários que estão em disponibilidade?

O SR. JOÃO SANTANA — Não. O reaproveitamento dos funcionários em disponibilidade ainda não houve; mas houve reaproveitamento de funcionários de empresas extintas que iriam para disponibilidade e já foram reaproveitados, particularmente no IBC, no extinto DNOS e no IAA, autarquias que na sua maioria absoluta seus funcionários possuem estabilidade, muitos inclusive entraram por concurso público em uma carreira.

O caso mais clássico dessa redistribuição que a imprensa noticiou fartamente é o caso do piloto do extinto DNOS, que ao ser transferido o avião para a Polícia Federal, o funcionário foi transferido também, entre outros casos pequenos este é um exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — O Senhor tem verificado ou já tem avaliações sobre o efeito do funcionamento na eficiência dos órgãos, tendo em vista essas disponibilidades e essas demissões, quer dizer, não houve um prejuízo do serviço em decorrência disso?

O SR. JOÃO SANTANA — Na avaliação do Governo e da Secretaria de Administração Federal não, pelo contrário, em alguns setores houve no serviço uma sensível melhora. Na ação de construção INSS — Instituto Nacional do Seguro Social, com a junção das antigas autarquias que cuidavam da questão no mundo da seguridade, o IAPAS e o INPS, já conseguimos num projeto experimental, que deve ser alaistrado pelo resto do País, mas que está acontecendo no Rio de Janeiro, com o deslocamento de funcionários da atividade-meio para a atividade-fim, para o atendimento ao público e a abertura dos postos por um horário mais elástico, fazendo com que os funcionários cumprissem o

horário de oito horas de trabalho, ocorreu a diminuição quase que a zero das filas da Previdência no Rio. Esperamos, se esse expediente der certo, nesse caso concreto, alastrar isso para o resto da estrutura da previdência, do INSS no Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — É claro que a Imprensa pública muita coisa que é atribuída a alguém e alguém não disse, mas ouvi piadas — se não me engano, na televisão — de um determinado Ministro que teria dito que o Governo cogita providenciar uma atualização no que tange ao soldo dos militares, em decorrência de uma violação ao princípio constitucional da igualdade de aumentos quando haja para o civil ou para o militar. Procede essa informação? Está a caminho alguma modificação do código de vencimentos e vantagens dos militares?

O SR. JOÃO SANTANA — Não. O Senhor mesmo respondeu a questão que é inconstitucional. Não podemos pensar nisso pois é inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Só estou perguntando isso porque o Ministro falou isso.

O SR. JOÃO SANTANA — É evidente mas estou esclarecendo V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Outra coisa, Dr. João Santana, que gostaria de saber. Estava em tramitação, cumprindo determinação constitucional, a mensagem do Governo no José Sarney sobre o regime jurídico único, que é uma questão de fundamental importância.

O Senhor sabe melhor do que eu que a implantação do regime jurídico na União permitirá, inclusive vai ajudar nessa proposta de melhoria do enxugamento da máquina administrativa, portanto, dos ônus que isso acarreta. Essa mensagem passou nas respectivas comissões, recebeu um substitutivo e se encontra — o Senhor deve saber disso — na Mesa da Câmara para cumprir aquela exigência constitucional do prazo e depois ser encaminhada ao Senado para confirmação da Câmara revisora. O Presidente Fernando Collor faz um esclarecimento pedindo a retirada exatamente dessa mensagem do Presidente José Sarney.

Gostaria de questionar, pois é algo que diz respeito à reforma administrativa, que vai poupar, vai economizar. Gostaria de saber o que houve nessa idéia de retirar, se houve

discordância, e por que a situação daqueles que não são considerados estáveis e efetivos, por que a situação deles não foi contemplada, já que se trata de regime jurídico? Gostaria de uma explicação que se enquadre dentro dessa questão.

O SR. JOÃO SANTANA — É importante que se coloque que paralelamente ao pedido de retirada da mensagem do Executivo que o Presidente Fernando Collor encaminhou foi encaminhado um outro projeto sobre a questão do regime jurídico único. Então, simplesmente não questionamos o projeto, mas encaminhamos um outro e, até aí, independia da nossa vontade ser a favor ou contra, porque era uma determinação constitucional. Eu me indago, salvo melhor juízo dos grandes juristas, como, tendo passado o prazo constitucional, não se entrou, ainda, com nenhum mandato de injunção no sentido de se obrigar o cumprimento da Constituição? Não sei se isso seria possível ou não. Bem, logo no começo do Governo, ao contrário, inclusive, do que foi noticiado na imprensa, estivemos na Comissão de Trabalho e Administração Pública da Câmara dos Deputados. Estivemos lá debatendo a questão da reforma administrativa. Esteve junto comigo o Ministro Magri e o Secretário Eduardo Teixeira que, naquele momento, respondia pelo Ministério da Economia. Lá, colocamos — e colocamos não só para a mesa, mas, inclusive, para a Liderança do Governo, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, e para outros Parlamentares que me procuraram — que o atual Governo, tendo em vista toda uma reformulação na Administração que estava começando a fazer, e que hoje já está praticamente avançada, gostaria de rediscutir o projeto de regime jurídico único, que estava na Câmara Federal. Por que gostaríamos de rediscutir? Porque consideramos que o projeto de regime único deve ser apreciado por partes, porque se fez de um projeto uma resolução de 266 artigos, que procura abranger toda a questão do funcionalismo público, historicamente, todas as defasagens.

Na realidade, o regime jurídico único nada mais é do que um contrato coletivo de trabalho que o Estado faz com os funcionários públicos atuais e futuros. Acharmos que um projeto dessa magnitude, que abrange tantas questões, deveria ser discutido em partes. Em primeiro lugar, a mensagem substitutiva que o Governo mandou dá a regra para que aqueles que conseguiram a esta-

bilidade pelo art. 19 das Disposições Transitórias da Constituição pudessem concorrer ao benefício que eles mais almejam, que é a aposentadoria na forma do estatutário. Então, resolvia-se essa questão dos aposentados. Sabemos, pelos cálculos, que, dando-se a regra à aposentadoria, quase que automaticamente o Governo Federal teria um impacto entre 40 a 50 mil aposentadorias quase que imediatas de funcionários do Executivo, Legislativo e Judiciário que apenas esperam por esse projeto.

Resolvida essa questão da aposentadoria, que é mais grave e que dá grande poupança ao Governo Federal, porque passando para estatutário o Governo Federal deixa de recolher as verbas previdenciárias — representaria um impacto de 30% na folha dos celetistas que deixamos de pagar —, nós teríamos que concorrer, primeiro, para uma reforma do Estado, porque acho que no projeto anterior confunde-se regime jurídico único com estatuto para o servidor. Aí, faríamos uma reforma do Estatuto dos Funcionários Públicos, que é necessária. Embora seja uma lei muito boa em vários aspectos, é bastante antiga. É necessária uma reforma, uma nova discussão, sob uma nova ótica da administração.

A partir então, da definição do regime e de uma reforma do Estatuto do Funcionário Público, reabrir, rediscutir a questão do plano de carreira e de salários, inclusive tendo aí a questão dos benefícios, e também, entre um intervalo e outro, rediscutir a questão da regulamentação do direito de greve no serviço público federal, para os funcionários públicos.

Acreditamos, neste Governo, que esta questão deva ser discutida separadamente. Todas elas devem ser enfrentadas e resolvidas. As que tiverem mais consenso, evidentemente, serão aprovadas mais rápido e merecerão menos vetos do Executivo; algumas até sem nenhum veto do Executivo, outras uma maior discussão e uma maior disputa sobre o tema. Nesse sentido é que foi a nossa opção, não poderíamos aceitar que fôssemos omissos. Quer dizer, estamos fazendo uma profunda reforma administrativa, revisando toda a questão do funcionalismo público, quando se discute o regime jurídico único o Governo Federal não apresenta sua posição.

Discutimos várias vezes, pedimos, inclusive, que fosse apreciada essa posição do

Governo. Quando estive na Comissão do Trabalho, disse ao próprio Presidente da Comissão e a outros Deputados que o Governo Federal, se lhe fosse facultado, se fosse aberta novamente a questão da discussão do regime jurídico único, teria colocações a fazer e ainda as temos, temos algumas divergências na questão de licenças que foram concedidas a servidores públicos, algumas garantias, a questão do quinquênio passar a anuênio, e temos uma questão importante que deve ser analisada na questão do regime jurídico único, que é a questão da Previdência para o funcionalismo público. É uma questão que até este Governo não sofreria, porque, aprovado o projeto que aí está, na Câmara Federal, teríamos uma grande limpeza, com uma poupança para o Governo, e o impacto no instituto de Previdência, os cálculos são feitos para daqui a 4,5 anos. Portanto, o futuro Governo é que teria o ônus de reanunciar a Previdência do funcionalismo público.

Achamos que não podemos ser responsáveis neste sentido, e gostaríamos de discutir, porque há uma série de questões, no projeto que tramita hoje na Câmara que se encontra nesta situação que V. Ex.<sup>a</sup> colocou, que podem inviabilizar a Previdência de médio e longo prazo. Este Governo não teria muito ônus, seria para os governos futuros. Foi neste sentido que trabalhamos nesta linha, nesta questão.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Estamos aqui tentando buscar a verdade. Baseados exatamente nessas informações que recebemos, formulamos as perguntas.

O liquidante da Portobrás foi substituído e alega-se ouvimos isso, a Imprensa publicou — que teria sido em razão do comportamento adotado por ele ao ter entrado exatamente em regime de contraposição a pessoas ligadas ao Presidente da República. V. S.<sup>a</sup> tem algum conhecimento disso, ou é fato infundado?

O SR. JOÃO SANTANA — É um fato completamente infundado. Primeiro, porque isso está na raiz e vou me permitir prolongar um pouco mais — da própria decisão de extinção da Portobrás que moveu o Governo Federal. Decidimos extingui-la, porque num processo de avaliação da Portobrás, do sistema portuário, particularmente não só em relação à Portobrás mas à Fundação Portos de Previdência Complementar, que congrega os funcionários da Portobrás e das Compa-

nhas Docas, nós começamos a descobrir uma série de indícios de irregularidades, principalmente durante o Governo de Transição, onde pudemos ter um acesso mais profundo a essa área. Consideramos que a melhor maneira de apurar seria ultimar a liquidação e decidir-se por aberturas de inquéritos rapidamente, no caso da Portobrás e no caso da Fundação Portos; inclusive chegamos a pensar que deveria ser substituída imediatamente a direção da Fundação, colhidos os dados necessários e a partir daí, pedir-se uma intervenção na Secretaria Nacional de Previdência Complementar, que é do Ministério do Trabalho e Previdência, para que se fizesse uma intervenção e uma auditoria independente.

Todas essas colocações foram pedidas para o anterior liquidante da Portobrás, para que procedesse a esses estudos e a essa ação. Infelizmente, decorridos cerca de 100 dias, o liquidante pouco fez no sentido da apuração. Ele elencou uma série de contatos, cerca de 18, dizendo que havia irregularidades, passou um relatório à Secretaria da Administração Federal, um relatório escrito sem nenhum documento comprobatório. Pedimos que ele trouxesse os documentos, que acelerasse a comissão de sindicância e passasse rapidamente os documentos para a Polícia Federal, para que fosse formado o inquérito.

Na questão da Fundação Portos, ele não afastou totalmente a diretoria anterior, inclusive nomeando uma pessoa da diretoria anterior para a diretoria financeiro-administrativa da Fundação Portos, e nós dissemos que isso não poderia ocorrer porque inclusive haveria suspeitas em relação a essa pessoa nos procedimentos da Fundação Portos. O liquidante foi chamado e foi dito: o trabalho está insatisfatório, você será substituído. Foi comunicado, quando ele foi chamado e ele já sabia previamente, que eu já havia remetido um ofício ao Procurador-Geral da República, Dr. Aristides, para que ele determinasse um procurador especificamente para acompanhar o caso Portobrás, e comunicuei a ele que o Dr. Romeu Tuma deveria comparecer à Portobrás para que procedesse à coleta dos documentos que estavam dentro da Portobrás. Tínhamos informações e isso estamos ainda verificando, há possibilidade inclusive, por falta de uma determinação maior no sistema de dados da Portobrás, de uma série de fitas a empresa do impresso terem sido apagadas. Isso está sendo aprofundado.

Há um especialista do Banco Central em informática destacado para a área, e é do Banco Central porque é especialista em investigar falências fraudulentas de financeiras, tradicionalmente na área do CPD, do banco de dados, e o requisitei para que investigasse essa questão. O liquidante, antevendo o seu afastamento, como costume dizer, abriu um para-queda, foi à imprensa e disse: "Agora que estou desabrindo um monte de coisas vou ser afastado".

Da nossa parte não há qualquer problema em investigar todas essas questões, que estão sendo investigadas. Determinei, para caracterizar ainda mais a lisura da liquidação, a pedido do Dr. Tuma, que fosse indicado um delegado da Polícia Federal para ser o novo liquidante, que foi o indicado. Afora o delegado da Polícia Federal que está como liquidante, tem um outro delegado da Polícia Federal que está trabalhando dentro da Portobrás na formação desses inquéritos necessários. E mais do que isso, o volume já foi tão grande que o próprio Procurador da República designou um segundo Procurador para também acompanhar esses inquéritos. Não há nenhuma pressão de áreas do Governo para que isso não seja apurado; pelo contrário, há uma grande pressão do Presidente Fernando Collor para que nesse caso e nos outros se aprofunde o mais rapidamente possível e se levante todos os eventuais problemas do a quem doer, se tiver que doer em alguém.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Pois não, Senador.

Outra questão sobre a qual eu gostaria de saber é a da previsão do Governo com relação às dispensas e disponibilidades.

Falou V. S<sup>a</sup> que na Administração Direta e Indireta, Fundacional, teríamos uma ordem de duzentos mil, aproximadamente.

Eu indagaria se é plano do Governo continuar com essa meta de dispensa e disponibilidades, se há uma previsão, e a que nível, por exemplo?

O SR. JOÃO SANTANA — O Governo tem meta de corte de despesas, que passa, inclusive, eventualmente, por dispensas e colocação em disponibilidade.

O instrumento da disponibilidade, mais ainda do que poupamos despesas e isto se cetera será principalmente a decisão do mérito no Tribunal Federal — é

muito útil para a redistribuição e a realocação desses funcionários. Temos meta onde perseguimos, que haja um corte médio de vinte e três por cento nos encargos de salário e de orçamento-segurança na folha de pagamento do Governo Federal, que são pagos pelo próprio Tesouro. E isso foi dito, inclusive, no discurso do Presidente da República, e não necessariamente isto implica exclusivamente em dispensas ou disponibilidades.

Cito dois exemplos a V. S<sup>a</sup> que foram fartamente noticiados pela imprensa e onde chegamos a um acordo, tanto com as escolas técnicas e agrotécnicas, no sentido de que as escolas propusessem, não uma dispensa ou disponibilidade de professores e funcionários das escolas, mas um corte profundo nas funções gratificadas e de comissionamento, o que dá uma poupança muito grande nos encargos sociais dessas escolas, aumentando, inclusive, a produtividade das escolas em cerca de quase cinquenta por cento de vagas, no período de um ano, ou de dois períodos letivos. E no caso de universidades federais, onde também através do Ministro Carlos Chiarelli, chegou-se a um bom acordo, no sentido de corte de uma série de funções gratificadas, comissões, etc.

Então, é importante dizer-se que, em vários setores da Administração, não só no sentido da dispensa e do afastamento do funcionário público que trabalhamos, mas, inclusive, no sentido de cortes de funções gratificadas, de horas extras, de abonos, etc., que têm peso muito grande na folha de pagamento e nos encargos do Tesouro.

Persequimos é o corte, a redução das despesas com pessoal, incluindo eventuais necessidades de dispensas e disponibilidades.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Outra questão, sobre a qual gostaria de saber é se há algum cunho de verdade quanto ao aspecto de as pessoas, os funcionários, os trabalhadores na área de manutenção, vigilantes, operadores, enfim, do serviço de manutenção, terem sido dispensadas — que eram contratados e foram dispensadas — e outras terem sido ou estão sendo admitidas. Procede isso? O governo tem contratado gente para manter aqueles serviços que eram feitos pelos outros, ou não?

O SR. JOÃO SANTANA — Esse anúncio chegou a nós esta semana e designei que o meu diretor de recursos humanos, que

está aqui, o Dr. Maurício Teixeira, diligenciasse imediatamente, para saber se isto está acontecendo. O Dr. Maurício já se reuniu, inclusive, com o sindicato dos vigilantes, para que eles tragam os dados para o Governo Federal, e se efetivamente isto estiver ocorrendo, será sanado imediatamente, porque é impossível que se dispense "a" para contratar "b", de outra forma. Se "a" tem serventia, deve ser preservado. Isso aí demonstra, inclusive, uma outra ação do Governo, onde está o nosso diretor de recursos humanos, conversando com o sindicato específico da área dos vigilantes, que está trazendo os dados e estamos investigando. O que for apurado, e for irregular, até por que também o Tribunal de Contas punirá, certamente, e no final, faremos o saneamento necessário.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Dr. João Santana, eu gostaria de apenas ler um telegrama rápido, aqui.

Sei que V. Ex<sup>a</sup> já falou isto aqui, em outra resposta que foi dada.

O pessoal da Fundação Roquete Pinto, do Maranhão, diz que essa dispensa de pessoal parece-me que quinhentos e quarenta e quatro funcionários, que teriam sido demitidos, teria causado um prejuízo muito grande àqueles alunos que acompanhavam professores, operadores, radialistas, etc. V. S<sup>a</sup> tem conhecimento disto, de que atrapalhou o funcionamento?

O SR. JOÃO SANTANA — Tenho conhecimento da denúncia e, até por uma coincidência, o meu chefe de gabinete, que é do Maranhão, o Dr. Pedro Ronald Braga Borges, está também se reunindo com a área. Se for preciso, inclusive, irá ao próprio Maranhão para fazer essa investigação. Se houver incorreções nessa área, também corrigiremos.

Sobre todas as denúncias que têm chegado temos feito as investigações necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Há algum Senador que queira perguntar? (Pausa).

Parece-me que não há Deputados.

Podemos encerrar.

Do ponto de vista da obrigação, claro, teria que vir aqui. Mas quero agradecer a sua gentileza em haver respondido às perguntas, e dizer que poderemos reconvoá-lo novamente, na hipótese de encon-

trarmos necessidade, tendo em vista alguma contraposição que surgir, alguma divergência do seu depoimento com aquilo que estamos apurando. Mas parece-me que o Relator ainda quer falar.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) - É só para dizer, aproveitando a Comissão reunida, que se aprovassem a minha proposta de convocação para depoimentos futuros não quer dizer que seja o próximo das seguintes pessoas e autoridades, o Sr. Ministro do Trabalho e da Previdência Social, tendo em vista não só essas denúncias surgidas do seu próprio gabinete, do Sr. Ivan Moraes Rego, mas, sobretudo, pela Reforma Administrativa no âmbito da Previdência Social que está havendo, e das conseqüências. E por oportuna sugestão do Dr. João Santana, dos Srs. Presidentes do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e do Banco do Nordeste para que, numa reunião conjunta, eles fizessem o depoimento sobre as conseqüências da reforma nessas instituições.

E o terceiro ponto, é claro, sugeri para iniciar a questão da parte dos servidores do Presidente Nacional da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, o Sr. Raimundo Nonato Cruz.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Eu gostaria de sugerir, também, a convocação, se fosse o caso, devido a repercussão que foi dada às declarações do ex-Presidente da Rede Ferroviária Federal e do ex-Diretor Financeiro, que saíram atirando em todas as direções. Então, acho que seria conveniente, também, convocarmos para que eles aqui tratassem a respeito da Reforma Administrativa na área em que eram responsáveis. Segundo declarações atribuídas aos dois diretores, em discurso público, eles teriam feito afirmações sérias, de que a reforma legislativa naquela área não estava sendo feita de acordo com o interesse nacional, porque eles já estavam fazendo as demissões, durante o transcorrer do tempo, tendo alcançado, parece-me a demissão de 61% dos funcionários com o aumento do transporte de 50 e tantos por cento. Porém, o mais importante seria o de que contratos estariam sendo feitos com prejuízos para o País. Então, essas denúncias foram publicadas amplamente.

O **Jornal do Brasil** publicou e acho que seria importante, também, trazê-los aqui.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) - Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, quanto à convocação do Ministro Antônio Rogério Magri, devemos avisá-lo, de acordo com a conveniência, o dia e a hora que S. Ex.<sup>a</sup> possa comparecer.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) - Caso não haja manifestação contrária ficará aprovado esse calendário.

Agora, eu gostaria de solicitar ao Dr. João Santana que remetesse esses dados, que foram mencionados aqui, inclusive o Relator vai sugerir o encaminhamento de algumas observações como, por exemplo, a relação de amigos - sei que vai ser uma tarefa difícil, órgão por órgão e informações que V. S.<sup>a</sup> deu a respeito dos dados que não pôde comprovar, porque são aleatórios dos dados relativos à repercussão disso, em termos de economia etc.

O SR. MANSUETO DE LAVOR - ... se efetivos ou não, se aposentados, o tempo de serviço, etc.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) - Inclusive, mencionando as unidades federativas.

Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a reunião. Vamos comunicar oportunamente o dia da próxima reunião e as autoridades que serão convidadas a depor.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às horas e minutos.)

#### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

12ª REUNIÃO, REALIZADA

EM 8 DE AGOSTO DE 1990

Às dez horas do dia oito de agosto de mil novecentos e noventa, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Severo Gomes, com a presença dos Senhores Senadores Meira Filho,

Francisco Rollemberg, Nabor Júnior, Roberto Campos, Jorge Bornhausen, Afonso Sancho, Raimundo Lira, Teotônio Vilela Filho, Leite Chaves, Ruy Baccalar, Jarbas Passarinho, Cid Sabóia de Carvalho e Mauro Benevides, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores: Ronaldo Aragão, Mansueto de Lavor, João Calmon, Márcio Lacerda, Aluizio Bezerra, Ronan Tito, Edison Lobão, Odacir Soares, Marcondes Gadelha, Dirceu Carneiro, José Richa, Olavo Pires, Carlos de Carli, Moisés Abrão, Maurício Corrêa e Jamil Haddad. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Prosseguindo, o Senhor Presidente submete à apreciação da Comissão o Ofício "S" nº 032/90, "do Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando ao Presidente do Senado Federal pedido formulado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, no sentido de que venha a ser elevado em caráter excepcional o limite estabelecido pelo item II do art. 3º da Resolução nº 94, de 15-12-89. Colocada em discussão e votação a matéria, é aprovado o parecer do relator, Senador Raimundo Lira, favorável nos termos do PRS que apresenta. A seguir, passa-se à apreciação do Ofício "S" nº 026/90, "do Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando ao Presidente do Senado Federal, pedido formulado pelo Governo do Estado do Paraíba, no sentido de que seja autorizada a emissão e colocação no mercado através de ofertas públicas de Letras Financeiras do Estado da Paraíba - LTF-PB". Colocada em discussão e votação a matéria, é aprovado o parecer do relator, Senador Raimundo Lira, favorável nos termos do PRS que apresenta. Constatando a ausência de quorum, o Senhor Presidente encerra a reunião e comunica que ficarão adiadas, uma próxima oportunidade, os demais itens da pauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Senador Severo Gomes, Presidente.